UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

NELSON ALVES CAETANO

"Alguns Aspectos do Pensamento Keynesiano Aplicados Durante o Governo Lula: 2003-2010"

> São Paulo 2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

"Alguns Aspectos do Pensamento Keynesiano Aplicados Durante o Governo Lula: 2003-2010"

NELSON ALVES CAETANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa

São Paulo 2014

Catalogação na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Caetano, Nelson Alves

CC127A

Aspectos do Pensamento Keynesiano Aplicados Durante o Governo Lula: 2003-2010 / Nelson Alves Caetano ; orientador: Wilson do Nascimento Barbosa. – São Paulo, 2014.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Economia. 2. Imperialismo. 3. Keynesianismo. 4. Lulismo. I. Barbosa, Wilson do Nascimento, oriente. II. Título

Para Camila com muito amor e carinho.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus progenitores, Maria Edith Alves Caetano e Fernando dos Reis Caetano, de quem sempre tive apoio, compreensão e que acreditaram no meu potencial.

Cumprimento também os meus colegas de trabalho - Ermelino Romeu, Osvaldo Medeiros, Luiz Filipe da Silva Correia, Loreta Spirandelo, Eduardo Polidori e Sofia Guimarães – pelos "puxões de orelha", disposição e espírito de coleguismo.

Aos companheiros do LEPHE (Laboratório de Economia Política e História Econômica) e do NEPHE (Núcleo de Economia Política e História Econômica) no levantamento de questões sobre o tema.

E um agradecimento especial ao meu orientador, amigo e "segundo pai" Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa pela conduta, paciência e disposição nestes 3 anos de "acompanhamento" desta discussão que se tornou neste trabalho.

Muitos me ajudaram e apoiaram na construção deste trabalho intelectual, alguns direta outros indiretamente. Todos foram importantes, mas estes que foram citados mereceram um "algo a mais".

Sumário

RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A ECONOMIA CONTEMPORÂNEA E AS POLÍTICAS	
ECONÔMICAS	
1.1. Antecedentes	
1.2. O KEYNESIANISMO	
1.4. Sobre Keynes	
1.5. RESENHA DO TRATADO SOBRE A MOEDA	
1.6. O Problema da Dependência das Importações	
CAPÍTULO 2 - ECONOMIA KEYNESIANA NO PRIMEIRO GOVERNO LULA .	
2.1. A TEORIA NA PRÁTICA	
2.2É OUTRA COISA	
2.3. O MERCADO EXTERIOR FAVORÁVEL	
2.4. SUCESSO DA PRIMEIRA ADMINISTRAÇÃO	
2.5. A BUSCA POR UMA SINTONIA FINA	
2.6. DÍVIDA E CRESCIMENTO	
CAPÍTULO 3 – O SEGUNDO GOVERNO LULA (2007-2010)	97
3.1. EFEITOS ESTRUTURAIS	
3.2. O PRAGMATISMO	
3.3. EM BUSCA DA SAÍDA	
3.5. REMENDANDO O IMPRESTÁVEL	
3.6. GATO POR LEBRE	
3.7. DINHEIRO PARA QUEM GOSTA DE DINHEIRO	
4. CONCLUSÃO	
5. BIBLIOGRAFIA	
5. BIBLIUGRAFIA	135
Indíce de Gráficos	
Gráfico 1 - Comércio Exterior Brasileiro - 2000 a 2010	55
Gráfico 2 - Cotação do dólar (média anual - 2000-2007)	57
Gráfico 3 - Consumo real das famílias do Brasil (2000 a 2007)	
Gráfico 4 - Formação bruta de capital fixo real do Brasil (2000 a 2007)	
Gráfico 5 - PIB real do Brasil (2000 a 2007)	
Gráfico 6 - Valor real adicionado por setor (2000 a 2007)	
Gráfico 7 – Rendimento Nominal Médio da População Brasileira	
Gráfico 8 - População Economicamente Ativa ocupada (2001 a 2007)	
Gráfico 9 - Dívida brasileira (2000 a 2007)	
Gráfico 10 - Investimento estrangeiro direto no Brasil (2000 a 2007)	
Gráfico 11 - Gastos com turismo e viagens ao exterior (jan/2006 a out/2007)	
Gráfico 12 - Renda recebida e enviada ao exterior (2000 a 2007)	
Gráfico 13 - Cotação do Dólar – Média Anual 2003 a 2010	
Gráfico 14 - Consumo Real das Famílias do Brasil - 2003 a 2010	
Gráfico 15 - Formação Bruta de Capital Fixo Real do Brasil - 2003 a 2010	98

Gráfico 16 - PIB Real do Brasil - 2003 a 2010	98
Gráfico 17 - Valor Real Adicionado por Setor - 2003 a 2010	99
Gráfico 18 - Rendimento Nominal Médio da População Brasileira	99
Gráfico 19 - População Economicamente Ativa Ocupada - 2003 a 2010	100
Gráfico 20 - Dívida Brasileira - 2003 a 2010	100
Gráfico 21 - Investimento Estrangeiro Direto no Brasil - 2003 a 2010	101
Gráfico 22 - Renda Recebida e Enviada ao Exterior - 2003 a 2010	101
Índice de Quadros Quadro 1 - Resumo das Formas Pré-Capitalistas	1.0
Quadro 2 - Principais Economistas Clássicos	
Quadro 3 - Principais Autores Keynesianos	16

Resumo

Este trabalho procurou encontrar a hipótese correntemente veiculada de um modelo ou mesmo de políticas soltas keynesianas, durante as duas administrações presidenciais de Lula (2003-2010). O estudo observa que, embora adotando políticas sociais novas e includentes que podem conduzir a um Estado de Bem Estar Social, os governos de Lula utilizaram políticas keynesianas apenas de forma tática, para aliviar os defeitos do modelo neoliberal, no auge da crise (2008-2009). Os governos de Lula – na visão desta pesquisa – se caracterizaram por políticas de curto prazo imediatistas e conciliatórias, que ao contrário dos modelos keynesianos, não priorizaram o emprego e a elevação de renda dos trabalhadores.

Palavras-chave: modelo neoliberal; análise de conjuntura; políticas de internacionalização; modelos keynesianos; programa bolsa família; estratégias oligopolistas.

Abstract

This study sought to find a commonly circulated hypothesis of a model or even loose Keynesian policies during the two presidential administrations of Lula (2003-2010). The study notes that while adopting new and inclusive social policies that can lead to a state of Social Welfare, the governments of Lula used Keynesian policies only tactically, to alleviate the shortcomings of the neoliberal model, the height of the crisis (2008 - 2009). The governments of Lula - the vision of this research - were characterized by short-term policies immediacy and conciliatory, which unlike the Keynesian models, not prioritized employment and increased income workers.

Keywords: neoliberal model; situational analysis; internationalization policy; Keynesian models; family allowance program; oligopolistic strategies.

Introdução

A ideia desta dissertação nasceu da tentativa do Autor de se aprofundar nos textos escritos por Keynes, que foram publicados (são 231). Keynes elaborou, talvez, o mais sofisticado modelo heterodoxo de Economia no século XX, dando grande impulso por isso mesmo à análise heterodoxa. Havendo de certa forma o Autor buscado acompanhar as análises de conjuntura do Governo Lula pelo professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, assessor do Governo, veio-lhe a ideia de sistematizar os eventuais pontos em que se pode distinguir claramente um apelo às práticas de Keynes. Por "pensamento Keynesiano" quero referir-me ao próprio Keynes e não ao pensamento de seus seguidores.

Capítulo 1 – A Economia Contemporânea e as Políticas Econômicas

A economia contemporânea pode ser apreciada de dois planos: (a) os acontecimentos principais de fundo econômico que se deram nas últimas décadas; e (b) a evolução da compreensão teórica de tais fatos econômicos, com os impactos que sobre/e daí ocorreram.

Costuma-se relatar a continuidade e ruptura dos processos econômicos, para desde aí caracterizar as mudanças ocorridas e tentar analisar o leque de seus efeitos. No plano dos grandes conflitos sociais, deve-se caracterizar aqueles que formaram o século XX e já parecem conformar talvez o início do século XXI:

- (1) Primeira Guerra Mundial (1914-1918);
- (2) Segunda Guerra Mundial (1939-1945);
- (3) Conflitos regionais entre potencias locais;
- (4) Guerra da Coréia (1950-1953);
- (5) Guerra do Vietnã (1958-1975);
- (6) Guerras de descolonização (1940-1980);
- (7) Guerras de desestabilização geradas pelas potencias centrais.

Além desses sete tipos de conflitos que mudaram a face do mundo contemporâneo, tem-se as grandes transformações de fundo tecnológico, que caracterizaram a época:

- (a) Segunda revolução industrial (1880-1930);
- (b) Terceira revolução industrial (1958-2008).

Essas continuações/descontinuações da revolução industrial clássica (1760-1840), mudaram completamente a estrutura do capital e do trabalho, através da criação de ondas de inovações econômicas e culturais, que são estudadas em detalhe em vasta literatura (vide Quadro 1).

Quadro 1 - Resumo das Formas Pré-Capitalistas

Modo de	Classes	Características
Produção		
Escambo		Trocas dos excedentes de produção; havia o ouro, mas
		este não tinha a função de moeda de troca, possuía
		apenas o seu valor intrínseco.
		Senhor Feudal = Dono de terra (protetor de seus
		Servos no auge da Idade Média. No declínio, passa a
		arrendar a terra - Camponês);
	Senhor Feudal	Servo = trabalhador da terra (em troca de proteção).
Feudalismo	Servo/Camponês	Retira o suficiente para sua sobrevivência e repassa o
		excedente para o Senhor Feudal;
		Camponês = trabalhador da terra (arrenda). Paga o
		aluguel da terra e se apropria do restante, para sua
		sobrevivência e para o comércio.
		Nobre = Herdeiro da classe dos senhores feudais;
		Burguês = Classe emergente, que começa a adquirir
		riqueza através do comércio mercantil e busca romper
		com o absolutismo e a intervenção do Estado na
Mercantilismo	Nobre	economia;
	Burguês	Trabalhador = Classe que produz a mercadoria (base
	Trabalhador	do mercantilismo). Trata-se da porção mais numerosa
		nos grandes centros urbanos, que é explorada pela
		Burguesia. Na periferia, os trabalhadores rurais ainda
		seriam maioria até o advento das Revoluções
		Industriais.

Organizado por: CAETANO, Nelson A. (2013) Fonte: (HUNT 2005) e (FORSTATER 2009)¹

1.1. Antecedentes

Para muitos autores, o "pai da teoria e da política econômica moderna" seria Adam Smith. Dentre suas obras, destaca-se "A Riqueza da Nações". Alguns economistas atribuem a William Petty, com o uso do *conceito de excedente*² (1690), como o percursor da referida escola. Mais tarde, outros autores viriam ser classificados dentro desse mesmo arca-bolso teórico, vide o Quadro 2 - Principais Economistas Clássicos a seguir.

-

¹ Os temas abordados no Quadro 1 podem ser explorados mais aprofundadamente nas obras dos autores citados: História do Pensamento Econômico – Uma Perspectiva Crítica e Pequeno Livro das Grande Ideias: Economia, de E. K. HUNT e Mathew FORSTATER, respectivamente.

² O conceito de excedente foi elaborado em função de seus estudos sobre colheitas (principal obra: Aritmética Política – 1690). Para William Petty (membro do Colégio Invisível – grupo de filósofos e cientistas, onde se destacam, também, Thomas Hobbes e René Descartes) o excedente era a chave do sucesso econômico. O mesmo era incorporado pelos donos de terras na forma de arrendamento.

Quadro 2 - Principais Economistas Clássicos

Período	Autor (obra)	Principais Contribuições
1623-1687†	William Petty	• Conceito de excedente (1690)
1680-1734†	Richard Cantillon (Um Ensaio a Respeito da Natureza do Comércio em Geral)	 Antecede os fisiocratas e destaca-se nas áreas de: produção, distribuição e valor. Apresenta, também, avanços na teoria sobre dinheiro, juros e comércio.
1694-1774†	François Quesnay	• Principal propositor do sistema fisiocrático ³
1723-1790†	Adam Smith (A Riqueza das Nações)	 Riqueza da nações em termos de produção e trabalho (oposição aos mercantilistas que apostavam no acúmulo de ouro e prata); Promove a divisão e especialização na mão-de-obra; Apelo à liberdade no comércio internacional (quanto maior a amplitude do mercado, mais espaço para a especialização e aumento da produtividade); Prevê o declínio ou estagnação do capitalismo, citando a saturação dos mercados, o crescimento populacional, o declínio dos recursos naturais e a queda dos salários e das taxas de lucros como fatores desse fenômeno; A ação da <i>mão invisível</i> para regularizar o mercado.
1766-1843†	Thomas Malthus	 Teoria sobre a pobreza e crescimento populacional (a população cresce geometricamente e os meios de subsistência aritmeticamente); Subsídios governamentais aos extratos mais pobres da população só piorariam essa situação, pois isso estimularia o crescimento populacional e, consequentemente, agravaria o problema de falta de recursos – Ciência do Desencanto; Donos de terras como fundamentais para o funcionamento do sistema econômico. Estes ajudavam a preserva a possibilidade de acúmulos, através de sua demanda, que mantinha os preços e os lucros elevados.
1772-1823†	David Ricardo (Princípios da Economia Política e da Tributação)	 O investimento capitalista como o motor do crescimento econômico; Militância a favor da elite emergente capitalista; Contra a teoria de Malthus, no tocante aos arrendamentos. Para Ricardo, as restrições às importações cortavam os Lucros, diminuindo os investimentos e o crescimento; Aponta a relação inversa entre salários e lucro, o calcanhar de Aquiles do capitalismo e o combustível para os inúmeros conflitos de classes (capitalistas de um lado, que querem o seu Lucro na potencia máxima; trabalhadores de outro, buscando melhorar a remuneração e a condição de vida).
1806-1873†	John Stuart Mill (Princípios de Economia Política com Algumas de suas Aplicações em Filosofia Social)	 Primeiro autor a publicar texto relevante sobre teoria econômica; Sociedade dinâmica, em constante mudanças progressivas; O espírito público reinaria em lugar do interesse privado individual. Distinção entre o caráter das Leis de Produção e o das Leis de Distribuição. Enquanto a primeira obedece suas premissas rigorosamente, a segunda é regida pelas leis e

³ Sistema fisiocrático – teve origem na França no século XVIII. Em oposição ao mercantilismo, os fisiocratas estavam preocupados com a produção (principalmente na agricultura), de onde deveria vir a riqueza de uma nação e não do acúmulo do ouro.

		costumes da sociedade, estando sujeita às alterações de cada localidade; • Acredita na capacidade da sociedade em afetar a distribuição e, de certa forma, oferecer melhoria ao bemestar social dos pobres e desfavorecidos.
1898-1983†	Piero Sraffa (As Leis dos Retornos sob Condições Compe-titivas; Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias)	 Derruba os conceitos de concorrência perfeita e de equilíbrio parcial; Buscou resolver a questão clássica do valor; Criticou a teoria marginalista da distribuição e, também, a teoria do valor do trabalho de Marx.

Organizado por: CAETANO, Nelson A. (2013)

Em 1867, Karl Marx⁴ publica o primeiro Volume de sua principal obra "O Capital". Infelizmente, Marx morre em 1883 e os manuscritos dos outros dois volumes foram organizados, ordenados e publicados por Friedrich Engels (o Volume II em 1885 e o Volume III em 1894). Estava fundada a escola marxista, que influencia até hoje muitos economistas e filósofos. Alguns estudiosos incluem Marx na escola clássica, em virtude de sua apropriação de conceitos originários da mesma. Contudo, o seu enfoque é totalmente diferente. Ele está preocupado com a classe trabalhadora e de sua exploração pela *burguesia*. Conceitos como: mercadoria, capital, mais-valia, lucro e juro, renda fundiária, reprodução simples e ampliada, as formas de valor, etc., são discutidos ou elaborados dentro dessa obra fundamental. Inspirado na *dialética hegeliana*, elimina o *Espírito do Mundo* enquanto sujeito ou essência (após seu contato com os conceitos de Feuerbach⁵) e desenvolve o *materialismo-dialético* para dar luz às suas teorias.

⁴ Karl Marx, nasceu em 1818, em Trier, Alemanha. Entre as suas principais obras estão: Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844); O Manifesto Comunista (1848); O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1852); Grundisse (1857-1858); Salário, Preço e Lucro (1865) e O Capital (1867).

⁵ Ludwig Andreas Feuerbach, nasceu em 1804, em Landshut, Alemanha. Teólogo humanista, abandona os estudos de teologia para acompanhar o filósofo Hegel, em Berlim. Escreveu diversas obras, mas "Sobre Filosofia e Cristianismo" (1839) ganhou especial atenção de um jovem Marx, desse contato germinaria a semente do materialismo dialético. Segundo Feuerbach, a religião se trata puramente de uma criação humana, e a argumentação que ele usa para isso é a comparação do homem com os animais irracionais. Pondo-os lado a lado, ele confirma que a diferença primordial entre os dois é a razão. (...) A consciência humana tem como objeto de si as diversas capacidades e características humanas e as torna exterior a ela. O homem, portanto, na sua crença em Deus, acredita em si mesmo, em tudo o que a ele é possível, em todas as suas perfeições elevadas a graus exponenciais e aí se encontra a virada teológica-antropológica proposta pelo filósofo. (...) Tendo a antropologia como chave para o mistério religioso, a proposta do pensamento feuerbachiano é a de busca de satisfação no materialismo e não na religião, que para ele é classificada como alienação. Esse conceito significa a separação de algo, que na sua teoria se aplica justamente à realidade material que é abandonada em busca de um Deus e vida eterna inexistentes.

Marx, contrariamente aos economistas que criticava, procurou entender como o *poder do capital de gerar lucros* (através dos instrumentos de produção e do trabalho acumulado) para uma classe social especial (dominante) surgiu e, depois, como se perpetuou. Para os clássicos, a propriedade era sagrada e a Economia Política não passava do estudo das *trocas*.

A teoria econômica governa o mundo contemporâneo. Do controle da inflação ao entendimento da globalização; da definição de preços e dos produtos às políticas de liberalização do comércio ou às suas restrições; dos índices de qualidade de vida às relações entre as nações, estando as suas teorias e profissionais em voga, seja em debates ou no cerne da elaboração das diretrizes políticas.

Historicamente, as políticas econômicas vêm definindo as relações entre nações e à criação recente dos blocos econômicos (MERCOSUL, CCE, ALCA, etc.) são um bom exemplo disso. Ainda na era moderna, durante a Guerra Fria, havia o bloco dos socialistas (URSS, Alemanha Oriental, Cuba, etc.) e dos capitalistas (EUA, Reino

_

Disponível em: <<u>http://www.regnumchristi.org/por/articulos/articulo.phtml?id=37085&se=362&ca=967&te=707</u>>. *Acesso em: 27/04/2013*.

⁶ O **Materialismo** surge da luta das ciências contra as formas primitivas de conhecimento (fonte do idealismo) e contra o desvirtuamento da verdade pelos grupos dominantes com o propósito de reproduzir o status quo. Não menos importante seria definir o conceito de matéria, que, segundo Lênin, seria "a noção de matéria exprime apenas a realidade objetiva que nos é dada na sensação" (in: LÊNIN, V. I. Materialismo e Empiriocriticismo. Moscou, 1909). A Dialética (do grego: apto à palavra, ou movimento de ideias) para os gregos era a arte do diálogo, que depois passou a ser a arte de, através do diálogo, demonstrar uma tese por meio de argumentações capazes de definir claramente os conceitos envolvidos. O conceito foi retomado por HEGEL (1770-1831). Para ele, o conhecimento e a razão seriam regidos por um Espírito Universal exteriorizado na natureza e na cultura. Esse Espírito seria a razão, o logos e o momento em que se move e opera no universo, descobrindo-o e transformando-o. Ao transformar o universo, esse "Espírito" se reconhece em suas obras e adquire um maior conhecimento de si e do mundo, elevando-se a um estágio superior de entendimento. A História seria o resultado da ação do "Espírito Absoluto" sobre o mundo, manifestando-se através de suas obras (artes, ciências, técnicas) e de instituições (religião, filosofía, leis, etc.). A Dialética (ou Ciência da Lógica, sinonímia do conceito de dialética na obra hegeliana) seria o método pelo qual o Espírito Absoluto se reconheceria ao operar sobre o mundo e todas as vezes que ele opera o mundo, reflete em si mesmo, reconhecendo e superando suas formas anteriores. Tal manifestação pressupõe a contradição como princípio que estabelece a relação entre o Espírito Absoluto e o Universo. O Materialismo Dialético parte da concepção materialista da realidade, para, através do método de análise da dialética, abordar os mais variados fenômenos e ainda descobrir as leis objetivas que regem a sua evolução. Sendo assim, o materialismo dialético é um sistema coerente de pontos de vista científicos sobre as leis que regem o desenvolvimento da natureza e da sociedade, em que, especificamente para os marxistas, versa sobre as possibilidades históricas e concretas da revolução socialista e as vias pelas edificação do socialismo e do comunismo tornar-se-ia possível. Disponível <dce.unifesp.br/textos/materialismo.pdf>. Acesso em: 11/07/2012.

1.2. O Keynesianismo

Quadro 3 - Principais Autores Keynesianos

Período	Autor (obra)	Principais Contribuições
1883-1946†	John Maynard Keynes (Teoria Geral)	• Estado de Bem-Estar Social (mais adiante, serão abordadas as demais contribuições do autor).
1915-1970†	Paul Anthony Samuelson (Economia)	• Tido como "generalista", Samuelson desenvolveu teoria nos áreas econômica estatística e dinâmica (recebeu Prêmio Nobel de Economia – 1970).
1904-1989†	John Richard Hicks (A Teoria da História Econômica)	• Prêmio Nobel de Economia (1972), examinou durante a sua carreira diversos assuntos, desde as funções de equilíbrio/desequilíbrio, passando por trabalho, produção, capital, acumulação, moedas, finanças e história econômica.
1922-1995†	Don Patinkin (O Dinheiro, Juros e Preços: a Integração da Teoria Monetária e Valor)	• Defensor, tributário e colaborador do pensamento Keynesiano, este autor traz a luz a sua teoria do mercado de trabalho e a sua correspondência com a noção de equilíbrio de pleno emprego.
1903-1983†	Joan Robinson (A Função Produção e a Teoria do Capital)	 Pupilo de Keynes em Cambridge, sua maior contribuição foi para a noção de que a competição raramente é perfeita em um mercado (indicação da teoria da definição de preços).
1943-2001†	Joseph Eugene Stiglitz (A Globalização e seus Malefícios)	• Prêmio Nobel de Economia (2001), criou os fundamentos da teoria dos mercados com informações assimétricas; e versou, entre outros temas, sobre a eficiência do equilíbrio de mercados e o papel do Estado.
1903-1982†	Abba Ptachya Lerner (Fator de Preços e Comércio Internacional)	• Desenvolveu o conceito de eficiência distributiva; finanças funcionais (atingir as metas: pleno emprego, financiar despesas/investimentos e diminuir a inflação).
1908-1986†	Nicholas Kaldor (Um Modelo de Crescimento Econômico)	• Ferrenho crítico da política monetária, contribuiu para as teorias sobre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a política fiscal.
1922-1998†	Robert Eisner (The Misundestood Economy: What Counts and How to Count it)	Compreensão do investimento, comportamento de consumo, teoria macroeconômica e política fiscal e monetária, foram algumas de suas contribuições.
1953-	Paul Krugman (Economia Internacional: Teoria e Política)	Prêmio Nobel de Economia (2008), crítico da Nova Economia e oponente às políticas de austeridade, destacou-se nas áreas de teoria do comércio, nova geografia econômica.

Organizado por: CAETANO, Nelson A. (2013)

1.4. Sobre Keynes

Em 05/06/1883, nasce o economista, empresário e benfeitor das artes, John Maynard Keynes.

Descendente de família tradicional, Keynes desfrutou da melhor educação que Inglaterra vitoriana oferecia (Matemática, Filosofia e Humanidades). Ingressou para o funcionalismo público, em 1916 (após concluir seus estudos em Cambridge).

Mais adiante, decide retornar à vida acadêmica. Em 1919, chefiou a delegação inglesa na Conferência de Paz (Paris). Porém, pede demissão por não concordar com as condições impostas à Alemanha.

A *Treatise on Money* (Tratado sobre a Moeda) – obra publicada em 1930 -, foi a primeira tentativa de síntese de suas ideias. Em 1936, termina a sua obra-prima *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, que derrubou um dos principais pilares da economia clássica: o equilíbrio automático entre a oferta e a procura, sustentado na "*Lei de Say*⁷".

Representou a Inglaterra na Conferência de Bretton Woods⁸ (1944) e pouco tempo depois, morre de ataque cardíaco, em 1946.

⁷ Ou Lei dos Mercados, um dos postulados da economia clássica (principais representantes: Adam Smith, Jean-Baptiste Say, Thomas Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill, Johann Heinrich von Thünen e Anne Robert Turgot. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_cl%C3%A1ssica. Acesso em: 16 de julho de 2012.

⁸ As **conferências de Bretton Woods**, definiram o **Sistema Bretton Woods** de gerenciamento econômico internacional, estabeleceram em Julho de 1944 as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. O sistema Bretton Woods foi o primeiro exemplo, na história mundial, de uma ordem monetária totalmente negociada, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre Nações-Estado independentes. Disponível em: http://www.geomundo.com.br/geografia-30107.htm. Acesso em: 18 de julho de 2012.

1.5. Resenha do Tratado sobre a Moeda

O texto está dividido em cinco partes que não foram nomeadas, assim como nos outros capítulos da obra.

Na primeira parte, o autor inicia apontando os principais defeitos da sociedade econômica:

- Incapacidade de gerar o pleno emprego;
- Desigualdade na distribuição das riquezas e das rendas.

Em seguida, anuncia o objetivo principal desse capítulo: apontar os dois pontos de contribuição da Teoria Geral para a minimização do segundo defeito (uma vez que para o primeiro já foram dedicados vinte e três capítulos de seu trabalho).

Para desenvolver tal argumentação, Keynes lança seu olhar para o processo de tributação direta, que desde o final do século XIX vinha conseguindo diminuir as desigualdades de riqueza e de renda. Porém, descreve duas considerações que impedem o avanço dessa eficácia, seriam elas o receio de:

- "tornar as evasões bem urdidas demasiado vantajosas;
- enfraquecer excessivamente o incentivo de correr riscos".

O autor aplica seu ponto de vista sobre a segunda consideração, afirmando que o crescimento do capital não depende de uma baixa propensão a consumir, mas sim, o contrário, é reprimido por ela (exceto na situação de pleno emprego, onde poderia ocorrer o aumento do capital, conforme por ele demonstrado nos capítulos anteriores).

Seguindo essa lógica, a abstinência dos ricos faz com que o crescimento da riqueza seja prejudicado, invalidando uma das principais justificativas sociais da grande desigualdade da riqueza.

O autor conclui a primeira parte opinando sobre a possibilidade de existir justificativa social (existência de atividades humanas que são motivadas pelo lucro, sendo a propriedade privada a mais indicada para a sua exploração) e psicológica (inclinações da natureza humana, que podem ir de "inofensivas" para cruéis, ambiciosas – por poder e riqueza) para as grandes desigualdades nas rendas e nas riquezas.

"Embora na comunidade ideal os homens possam ser acostumados, inspirados ou ensinados a desinteressar-se do jogo, a sabedoria e a prudência da arte política devem permitir a prática do jogo, embora sob certas regras e limitações, em se considerando que o homem comum, ou mesmo uma fração importante da comunidade, é altamente inclinado à paixão pelo lucro".

A segunda parte do capítulo inicia-se com a apresentação do outro ponto de contribuição da Teoria Geral, cujas consequências são mais importantes para o futuro das desigualdades de riqueza, a teoria da taxa de juros.

A prática econômica justifica a elevação dessa taxa pela necessidade de proporcionar estímulo suficiente à poupança. Contudo, o autor demonstrou, nos capítulos anteriores, que a extensão da mesma é determinada pela quantia investida, e que esta cresça em virtude de uma taxa de juros baixa (respeitando o nível de pleno emprego).

⁹ KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Editora Atlas S/A, São Paulo, 1936/1985, pp. 254)

Keynes acredita que a procura de capital é limitada.

"... o rendimento agregado dos bens duráveis durante toda sua vida cobriria justamente, como no caso dos bens de curta duração, o custo do trabalho necessário para produzir mais uma margem correspondente ao risco e ao custo da habilidade e da supervisão". ¹⁰

Na próxima passagem, Keynes invoca o *rentier*¹¹ e o poder cumulativo de opressão do capitalista em explorar o valor de escassez do capital. Ele prediz que esse personagem é passageiro e que sua retirada do cenário econômico, será gradual e prolongada, "sem carecer de qualquer revolução".

O autor traça como objetivo a ser alcançado, a busca por um incremento no volume de capital até que ele deixe de ser escasso, deixando, assim, o especulador sem qualquer benefício, e a criação de um sistema de tributação direta eficaz, que permita o capitalista dedicar-se à comunidade em condições razoáveis de remuneração.

"Contudo, se fosse fácil conseguir uma aproximação do pleno emprego com uma taxa de acumulação não muito maior que a presente, pelo menos ter-se-ia resolvido um problema de máxima importância...". 12

A terceira parte do capítulo, o autor explana sobre a importância do Estado no cenário sócio-político-econômico. Da ênfase para que este não atue como produtor, isto é, como concorrente ou único ator dos fatores de produção. A sua participação deveria ser apenas como regulador (principalmente, onde haja lacunas no mercado privado) e como consumidor.

-

¹⁰ Ibidem. pp. 255.

Pode ser entendido como especulador.

¹² Ibidem, pp. 256.

Keynes não acredita que haja justificativa para um Socialismo do Estado. Entende que a socialização dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego. Admite, também, não possuir nada contra a teoria clássica quanto ao grau de conciliação entre as vantagens públicas e particulares, tanto em regime de concorrência perfeita quanto à imperfeita.

"... Assim sendo, fora a necessidade de um controle central para manter o ajuste entre a propensão a consumir e o estímulo para investir, não há mais razão do que antes para socializar a vida econômicas". 13.

A seguir, vantagens de eficiência assinaladas pelo autor, alcançadas pelo domínio da iniciativa privadas:

- descentralização das decisões e da responsabilidade individual;
- maior liberdade pessoal;
- melhor salvaguarda da variedade de vida (é melhor percebida quando há sua perda em situação de Estados autoritário).

Keynes reitera a amplificação das funções do governo como o melhor meio de evitar a destruição total das instituições econômicas e como condição para manutenção de um bem sucedido exercício da iniciativa privada.

Em sua quarta parte, o autor aponta que o novo sistema econômico talvez seja mais eficaz para a paz, e faz correlação dos fatores da guerra e suas consequências ao tema tratado.

¹³ Ibidem, pp. 256.

Para Keynes, sob o regime de laissez-faire 14 interno e de padrão ouro internacional (característicos da segunda metade do século XIX), não haveria outro meio de se reduzir a miséria econômica interna a não ser pela conquista do mercado externo, uma vez que o único remédio eficaz para atenuar o desemprego, nessas condições, seria as medidas destinadas a incrementar a balança de pagamentos em conta corrente.

> "Haveria o lugar para a divisão internacional do trabalho e para o crédito internacional em condições adequadas, mas deixaria de existir motivo premente para que um país necessitasse impor suas mercadorias a outro ou recursar as ofertas de seus vizinhos, não porque isto seja indispensável para capacitá-lo a pagar o que deseja adquirir no estrangeiro, mas por causa do objetivo expresso de alterar o equilíbrio de pagamentos, a fim de criar uma balança comercial que lhe seja favorável. (...) simplesmente deslocaria o problema do desemprego para o vizinho que levasse desvantagem na luta, e se converteria num livre e desimpedido intercâmbio de mercadorias e serviços em condições de vantagens mútuas"¹⁵.

Em sua última seção do capítulo, Keynes parte de seus próprios questionamentos e aponta para a necessidade de ampliação da discussão. Defendendo as suas ideias expressas, prevê que seria um erro ignorar a força que com o tempo elas virão a adquirir. Partindo do princípio peculiar a época, as ideias dos economistas e filósofos políticos – estando elas certas ou erradas, o risco de aceitar tais ideias. "Porém, cedo ou tarde, são as ideias, e não os interesses escusos, que representam um perigo, seja para o bem ou para o mal".

Vê-se que já em 1930, Keynes tinha uma visão que se afastava, no todo, de sua postura inicial na economia neoclássica, dentro do ramo marshalliano. O afastamento se deu gradativamente, pelos impactos da crise da Primeira Guerra Mundial

14 Expressão-símbolo do liberalismo econômico, na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar

livremente, sem interferencia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Laissez-faire. Acesso em: 18 de julho de 2012. ¹⁵ Ibidem, pp. 258.

e seus efeitos, das crises de 1921 e 1927 e, mais potente, de 1929-33.

Os escritos de Keynes que precedem a "Teoria Geral", e que a preparam, são em número de vinte e três (23). Em todos eles vê-se o gradual afastamento da leitura clássica e neoclássica dos fenômenos econômicos, com crescente preocupação pelos acontecimentos do dia a dia: o desemprego, a procura efetiva, a redistribuição de renda, etc. São eles, apenas para situar (em português) os principais textos:

- Corrência e Finanças Indianas (1913);
- Relatório da Real Comissão sobre a Corrência e as Finanças Indianas, vol. I (1926);
- Tratado sobre o Dinheiro (1930);
- Um Sistema Econômico que Auto se Ajusta? (1935);
- As Consequências Econômicas da Paz (1920);
- Laissez-Faire e Comunismo (1926);
- Ensaio sobre a Persuasão (1932);
- O Franco Francês (1926);
- Tratado sobre a Reforma Monetária (1923);
- As Consequências Econômicas da Paridade do Esterlino (1925);
- Relatório sobre a Grã-Bretanha e os Comitês de Finança e Indústria (1931);
- A Volta ao Padrão-Ouro The Times (1925);
- Pode Lloyd George Fazê-lo? (1929) (onde expõe o multiplicador);
- A Crise Econômica Mundial e o Caminho de Saída (1932);
- O Desemprego com um Problema Mundial (1931);
- Orçamento e Ação Econômica (1931);
- O Orçamento (1931);
- Está a Libra Sobrevalorizada? (1925);
- Volume das Importações e das Exportações The Times (1931);
- Livre-Comércio para a Inglaterra (1923);
- A Questão dos Altos Salários (1930).

Estes textos de Keynes fundamentam com clareza uma postura estruturalista e heterodoxa de interpretação da realidade econômica. Esta visão de Keynes, ao se preocupar com o que realmente acontece, aproxima-o da visão daqueles que dão

importância aos fatos históricos, àquilo que se passa. A política econômica em seus aspectos fiscais e monetários é pensada para combater distorções da estrutura socioeconômica e busca remédios para que se possa alterá-la.

Sua visão de comércio exterior autoriza amplamente a visão estruturalista latino-americana que – através da teoria da dependência da importações – estava então (1933-1945) a se formar.

Quantos aos impactos relacionais na formação da teoria econômica, a literatura existente é também muito rica. Trata-se aqui de elaborar apenas uma referência, para introduzir o nosso trabalho.

Estamos hoje em um mundo de 200 países, caracterizado pela hegemonia da nação norte-americana, que se consolidou nesta posição ao fim da Segunda Guerra Mundial.

No chamado Sistema de Bretton Woods, a moeda norte-americana – o dólar – foi tornada o centro de referência das trocas internacionais, em função de sua relação com o ouro. Mais tarde, com as crises de 1968-1973, o governo retirou a possibilidade de trocar a dita moeda pelo ouro que representava, criando assim uma situação nova. A partir daí, a moeda norte-americana, emitida por um só país, tornou-se o valor central – sem correspondência ouro – das trocas internacionais, gerando o paradoxo de o órgão controlador do comércio mundial, FMI (Fundo Monetário Internacional), representar não o conjunto, mas o interesse de uma única nação, pondo fim ao chamado Sistema de Bretton Woods.

Como é sabido, são dois os objetivos da política monetária: (a) atrair capital estrangeiro, sob a forma de divisas; e (b) controlar o câmbio, mantendo estáveis os preços das importações e exportações (vide BARBOSA, Wilson do Nascimento, 2006). Ora, nas condições pós-Bretton Woods, a economia norte-americana passou a ser financiada pelos seus parceiros comerciais, que deviam tanto (1) reter enorme quantidades de dólares para manter-lhes o valor, como (2) desvalorizar suas próprias moedas, com a mesma finalidade, para permitir crescentes exportações de bens para os EUA.

Esta nova situação transformou o Balanço de Pagamentos (BP) dos países mais pobres em uma espécie de armadilha, porque a menos que tais países tivessem sempre enormes saldos no Balanço Comercial (BC), a situação de sua contas correntes ver-se-ia sempre negativada pelo movimento dos serviços e dos invisíveis.

Os três campos teóricos que melhor puderam descrever as dificuldades do mundo pós-Bretton Woods (1973-até aqui) foram: (a) o marxismo; (b) o estruturalismo econômico; (c) o keynesianismo. Essas correntes se preocuparam com as relações de modo abrangente, caracterizado por: (1) prioridade para a observação empírica dos fenômenos e sua teorização; (2) relacionamento necessário entre uma teoria/empiria das flutuações observáveis e a análise da economia real e financeira; (3) busca de uma coerência entre os fatos da sociedade e de suas classes constituintes e a elaboração das teorias econômicas explicativas. Desse forma, podemos considerar o campo dessas três formulações teóricas como um campo rico, porque busca uma explicação convergente em cada qual entre a história observada, os fatos sociais, econômicos e políticos, e a ação coletiva desempenhada pelos agentes.

Na impossibilidade de abarcar estes três caminhos teóricos, vamos nos valer apenas do *keynesianismo* e de seu impacto na prática das políticas econômicas recentes, do Governo Lula (2003-2010), para indicar nosso entendimento das mesmas políticas e a atualidade fecunda do estudo do keynesianismo. Tal não deve ser, contudo, entendido como um desinteresse pelas outras duas abordagens, mas compreendido como uma estratégia para tornar exequível a presente pesquisa.

1.6. O Problema da Dependência das Importações

Assim caracteriza o historiador Marcos Cordeiro a dependência das importações:

"Isto quer dizer que, a partir de um certo ponto da dependência das importações, torna-se difícil para o país periférico manter controle sobre os elementos macroeconômicos de sua política, deixando os indicadores quantitativos de sua economia de corresponder a interesses sociais reais locais. Nesse sentido, as metrópoles recebem da periferia mais do que entregam, e o equilíbrio não pode se estabelecer seque como mito. Daí as três componentes que caracterizam a dominação e a exploração internacional: (a) troca desigual; (b) exportação de capitais pelos países pobres, via endividamento; e (c) imposição continuada de novos padrões de consumo, empobrecedores da periferia.

Assim, enquanto o discurso das metrópoles é que se deve 'buscar o equilíbrio' nas trocas internacionais, sua estratégias comprovam, ao longo da história da Revolução Industrial, a persistência de práticas mercantilistas, a obtenção de saldos positivos em seus balanços de pagamento, com base na ação implacável da espoliação do alheio.

Ora, para que existisse equilíbrio a cada rodada completa do comércio internacional seria necessário que seu primeiro pressuposto teórico fosse verdadeiro. Ou seja, seria necessário que a quantidade de ouro (ou dinheiro nele lastreado) fosse suficiente para mover a massa de mercadorias que é levada a tal comércio. Isso não se dá nem na imaginação dos mais incompetentes tecnocratas, como comprova a existência do comércio internacional haseado numdólar norte-americano sem lastro Consequentemente, o comércio internacional nada mais é do que a corrida ao lucro, em que os 'mais atrasados' não formam preços das mercadorias, mas recebem o que lhes querem dar, como meninos que empurram carrinhos nos supermercados. O problema

interno da liquidez oculta o problema da insolvência internacional. A dívida externa dos pobres é o custo do capital que efetivamente não existe e que por tal, só pode ser atribuído a um erro dos pobres". ¹⁶

Em termos correntes, nas economias mais industrializadas, vê-se uma verdadeira doença, oriunda de preceitos econômicos falsos, que optam pelo desemprego e pela substituição de tecnologias como a principal maneira de obter um crescimento mais rápido. Na verdade, o crescimento mais rápido nem sempre é o desejável. Tal crescimento sempre traz consigo a concentração de renda. Contrariamente, Keynes caracterizou o problema central de depressão como a necessidade de criar emprego. A elevação do consumo deve levar à elevação do investimento como caminho para deixar o patamar da depressão.

Explica Charles Schultz; sustentando ponto de vista tradicional:

"Podem traçar-se políticas com vista à aceleração da taxa de expansão econômica. Uma subida mais rápida do capital por trabalhador faria acelerar o crescimento da produtividade. Para atingir tal objetivo, podem gizar-se políticas fiscais e monetárias convenientes. Mas, supondo que a economia considerada já está em pleno emprego, um acréscimo do investimento tem de ser acompanhado de uma diminuição do consumo (ou de gastos públicos de natureza semelhante ao consumo). Deste modo, decréscimos de taxas de impostos, com vista a estimular o investimento (em pleno emprego), teriam de ser acompanhados de agravamentos de taxas de impostos aos consumidores, natureza de investimento. Analogamente, um progresso do ensino ou um alargamento das despesas de investigação e divulgação (propaganda) faria desviar para estas atividades orientadas para o crescimento recursos que poderiam ter sido utilizados para produzir bens de consumo. Por outras palavras, uma aceleração da taxa de expansão econômica não é gratuita; tem um custo em termos de recursos". 17

¹⁶ PIRES, Marcos Cordeiro. *Dependência das Importações e a Crise da Mundialização: Crescimento e Flutuações na Economia Brasileira, 1980-2000.* Tese de Doutoramento, Programa de Pós-Graduação de História Econômica, DH-FFLCH, USP, São Paulo, 2002, pp. 62.

¹⁷ SCHULTZE, Charles L. Análise do Rendimento Nacional. Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1974, pp 278.

Keynes prefere a ideia de uma taxa de expansão natural, que derive não de uma priorização de determinado tipo de capital suposto maximizante, mas que resulte da expectativa dos investidores produtivos. Estes seguem a expansão acarretada pelo investimento público, capaz de irrigar a propensão a consumir com a elevação do nível de emprego.

Na visão keynesiana, os produtores já não são capazes de resolver este problema por si mesmos. A queda dos lucros os leva a certa paralisia. O papel parasitário do capital financeiro, buscando sempre apenas a remuneração nominal, atrapalha os ganhos e as fontes de recursos da atividade produtiva. Nessas condições, o poder público deve elevar os gastos públicos. A eficácia desses gastos é garantida pelo multiplicador de investimento. Assim, entende Keynes que são deveres do Governo: (a) aumentar a renda nacional; (b) assegurar o maior nível possível de emprego; e (c) garantir um conjunto de ações positivas que os indivíduos e as empresas não são capazes de fazer.

Foi o desenvolvimento da Análise Macroeconômica de tipo keynesiana que estabilizou a economia política com uma disciplina eminentemente empírica, em que as relações possíveis entre as variáveis construídas para descrever a realidade conhecível assumem aspectos verídicos através de medição estatística (inferencial) e contábil, em nível agregado (Contabilidade Nacional).

A teoria de Keynes valorizou de forma direta a Macroeconomia e a Contabilidade Nacional porque se verificou de pronto capaz de emanar de seus princípios, ao mesmo tempo que lhes servia de rumo teórico.

Qual o papel da Contabilidade Nacional? A "bíblia" do keynesianismo, Ruggles e Ruggles, afirmou:

"Um dos principais objetivos das contas nacionais consiste em fornecer informações sobre a estrutura e funcionamento do próprio sistema econômico. Para este fim é útil dividir a economia em várias partes, de modo a poderem ser observadas as suas relações internas. As partes em que se divide a economia serão designadas neste capítulo por 'setores'. As contas para estes setores serão sempre definidas de tal modo que, tomadas em conjunto, refletem toda a atividade econômica corrente que se realiza.

São possíveis muitas formas de decomposições setoriais da economia. Não há nada implícito no conceito que limite o número de setores e adoptar. Para alguns fins, seria vantajoso dividir a economia apenas em dois setores; mas, para outros fins, seria necessária uma subdivisão maior da atividade econômica, com centenas de setores, todos relacionados uns com os outros por cadeias diretas ou indiretas de transações. Além disso, para diferentes problemas econômicos, seria vantajosa a classificação de diferentes tipos de setores. Os que estão interessados no desenvolvimento regional podem desejar uma decomposição regional que mostre o crescimento e a transformação de uma região relativamente a outra, e as transações que se verificam entre as várias regiões. Com vista a planear a defesa nacional seria muito útil uma decomposição por atividades que evidenciasse as relações entre as indústrias pesadas e as outras atividades da economia". 18

Ou seja, as relações macroeconômicas podem ser apresentadas sob diferentes formas nas matrizes da Contabilidade Nacional. O desempenho comportamental de tais variáveis assumidas para descrever um subconjunto de relações cabe perfeitamente no plano de elaboração puramente descritiva do que se passa, ou, ainda, pode ser levada – por sua diversidade – à elaboração de simulações tentativas ao teste macroeconômico. A superioridade das relações que podem ser testadas é assim indiscutível e elas decorrem abertamente de uma massa teórica que advém do núcleo duro da teoria keynesiana.

¹⁸ RUGGLES, Richard e RUGGLES, Nancy. Contabilidade Nacional e Análise Macroeconômica. Livraria Sá Costa, Lisboa, 1962, pp 421.

Para Keynes, a estabilidade econômica é sempre um fenômeno relativo. Aquilo que pode mantê-la são as tendências das instituições e os mecanismos culturais, os hábitos formados que se expressam na maneira de produzir, distribuir a riqueza obtida e consumir. Uma comunidade tende a aumentar o seu consumo de uma quantidade absoluta menor do que a elevação de sua renda, quando esta aumenta. Tende a restringir o consumo menor do que a renda, quando esta diminui.

Como disse Charles Schultze:

"O problema da estabilidade econômica não é independente do crescimento econômico. Para evitar desemprego, o PNB efetivo tem de igualar o PNB potencial. Para que isto seja possível, o gasto de investimento tem de ser suficiente para compensar a poupança que se daria para o nível de rendimento de pleno emprego. Mas o investimento também faz aumentar o potencial econômico. Consequentemente, a consecução do pleno emprego num ano arrasta consigo a certeza de um PNB potencial mais elevado no ano seguinte. Será, então, necessário um volume ainda mais alto do investimento, a fim de garantir que a procura agregada iguale o novo potencial. Deste modo, uma economia em pleno emprego tem necessariamente de ser uma economia em expansão.

Numa economia em que o consumo representasse 100% de rendimento — ou seja, em que não houvesse nem poupança nem investimento — não existiria grande problema de instabilidade econômica. Mas, naturalmente, também não haveria crescimento econômico". 19

Na visão de Keynes, o consumo é mais estável do que a renda ou rendimento. E esta, a renda, é mais estável do que o investimento. Quando a renda cai, o consumo tende a se estabilizar, e um consumo adicional pelo gasto público e pelo investimento público, podem impactar para expandir o conjunto do consumo e o conjunto do investimento. Nesse caso, o resultado inevitável será, em uma certa defasagem, a elevação do rendimento. A instabilidade econômica, embora cíclica, não

-

¹⁹ Ibidem, pp. 267

pode reduzir o consumo a zero. E o consumo efetuado é o patamar a partir do qual uma política fiscal eficiente, conhecedora das regras da eficácia do capital, pode elevar tanto o consumo que seja capaz de inibir a depressão, ou mesmo, eliminar uma recessão. Desta forma, a estabilidade econômica pode ser de novo obtida, pelo conhecimento e pelo uso das forças auto-limitadoras das flutuações. A política fiscal pode ser assim entendida como a ferramenta central de uma política econômica governamental antidepressiva.

As prateleiras de livros de economia e as próprias colunas dos jornais e revistas, setenta e sete anos depois da publicação da Teoria Geral, estão cheias de críticas ao "déficit público" e insistem em propagar a teoria clássica (e neoclássica) de que o modelo microeconômico de uma família, que só pode gastar o que ganha, é o mesmo modelo macroeconômico de um país, cuja economia nacional se limita aos recursos orçamentários. Keynes (como Marx) explica que a economia real está cheia de defasagens e é praticamente impossível o déficit público não refletir como déficit (despoupança ou desafôrro) o excesso de poupança ou acumulação improdutiva dos setores que possuem o dinheiro.

Comenta Ruggles e Ruggles:

"Um dos grandes objetivos econômicos dos governos é atualmente o pleno emprego. Ora, na maioria dos países ocidentais, onde o governo não detém os meios de produção, a política financeira do Estado, coordenada com a política monetária, constitui o principal instrumento para atingir o pleno emprego. É de notar, contudo, que é relativamente recente o uso da política financeira para conseguir o pleno emprego. De fato, até os anos 30, era doutrina assente que a política mais apropriada para atacar uma depressão residia no equilíbrio orçamental. Em 1932, o então governador Franklin D. Roosevelt lançou uma campanha contra este ponto de vista. Longe de aceitarem um 'déficit' orçamental, pela subida das despesas ou redução dos impostos, a maioria dos chefes no governo do Estados Unidos defendiam a política tradicional. E, ainda hoje, é

considerado arriscado para um político admitir abertamente o princípio do 'déficit' orçamentário''.²⁰

O governo, nas condições de uma economia em geral depressiva, como diz Keynes, só pode evitar (ou reduzir) o desemprego, caso ouse lançar uma ponte sobre a brecha enorme existente entre o total existente do rendimento e o total efetuado do consumo. Esta disparidade aponta para uma propensão ao consumo entre 0,65 até 0,80 e consequente insuficiência do investimento privado para "descongelar" uma massa de poupança entre 0,20 e 0,35 do nível de rendimento. O resultado de tal disparidade é o desemprego crescente. De alguma forma, é preciso cobrir a brecha com gasto público. Dependendo do grau de estagnação ou depressão, a política fiscal contra a depressão deve ser aqui acionada. O governo vê-se obrigado a incrementar, pois, a propensão a consumir, e aquela a investir.

Keynes observou que nas vizinhanças do pleno emprego o multiplicador do investimento não deve ser alimentado pelos empréstimos aos bancos, uma vez que um aumento adicional do investimento faria aumentar o rendimento em termos monetários em quantia superior ao aumento do investimento. Nesse caso, o aumento do rendimento monetário deve expressar-se originando uma quantidade de poupança provinda deste rendimento. Daí uma pressão para o aumento dos preços, porque a expansão da produção já se encontra em seu limite superior (o do pleno emprego).

Conforme Richard e Nancy Ruggles:

"As alterações no nível das despesas causarão assim uma variação no nível do produto nacional bruto com a qual se associarão tanto as alterações dos preços como as alterações da produção. Nem todos os ramos da economia reagem do mesmo modo às variações do produto nacional bruto. No setor agrícola a

²⁰ Ibidem, pp. 125

característica será uma alteração dos preços, permanecendo constante o nível da produção, mas no setor industrial verificam-se alterações tanto nos preços como na produção, dependendo a sua extensão da capacidade da indústria, do volume do desemprego, da natureza das matérias-primas utilizadas pela indústria e da política de preços seguida pelos industriais. Todas as variações no nível do produto nacional bruto implicarão alterações inter-relacionadas de preços e produção, verificando-se reações diferentes consoante os setores. Somente quando a atividade de cada indústria atinge um nível difícil de ultrapassar, em virtude de estrangulamentos ou limitações de capacidade e de disponibilidade de mão-de-obra, a reação predominante na economia será no sentido de um aumento dos preços em vez de um aumento da produção.

Estas reações básicas dos diferentes setores da economia são extremamente importantes ao analisar o que se passa quando uma economia caminha para uma depressão ou inicia um movimento inflacionista em espiral. Mas seria necessário, para explicar exatamente como se alteram os preços e a produção em cada ramo da economia, ter em conta simultaneamente todas as considerações mencionadas nas seções anteriores. conseguinte, ao discutir a análise macroeconômica, dar-se-á um pouco mais de atenção às relações preços-produção resultantes de uma modificação do nível do produto nacional bruto; admitir-se-á, por comodidade, que na hipótese da economia funcionar abaixo da plena capacidade, um aumento das despesas em produtos industriais provocará uma produção e emprego adicionais, e um aumento das despesas em bens agrícolas apenas aumentará os seus preços. Quando se atinge um ponto de relativo pleno emprego, admite-se que os preços, em geral, subirão".²¹

Ou seja, não se faz aqui a defesa do processo inflacionário, mas se observa sua aproximação, nas condições do pleno emprego. A diferença do rendimento e o consumo – hiato geralmente enorme nas economias industriais – deve ser reduzida pela política de pleno emprego. No entanto, quando o nível da procura efetiva é alcançado, não deve continuar a força-lo para cima, para além da disparidade que pode ser coberta pelo gasto público efetuado. Se o investimento é maior do que o suficiente para cobrir o hiato entre o rendimento e o consumo aos preços existentes, nas condições do pleno emprego irá surgir o movimento inflacionário.

²¹ Ibidem, pp. 246.

No entendimento da economia clássica (e neoclássica), poupar é apenas outra forma de gastar, e aquilo que não se gasta em consumo, se gasta parcialmente em investimento, com a compra de bens produtivos. Daí que não possa haver uma ruptura no fluxo de rendimentos, pois a oferta estaria a criar sua própria demanda (J. B. Say). A variação da taxa de juros tratava assim de manter a igualdade entre poupança e investimento; taxa de poupança mais elevada, muitos recursos disponíveis para o investimento, cai a taxa de juros. E vice-versa.

Ora, se tal ocorresse, a demanda agregada e a oferta agregada seriam iguais para todas as quantidades de emprego, o que não se verifica na prática.

Estabelecem Richard e Nancy Ruggles:

"... o nível da atividade econômica depende das despesas que são feitas em bens e serviços, mas o processo exato pelo qual o nível do produto nacional bruto é determinado ficou ainda por analisar. Mostrou-se que uma tentativa para modificar o nível da poupança bruta ou despesas de investimento pode iniciar uma alteração cumulativa no nível do produto nacional bruto, mas a justificação fica incompleta até serem determinados os limites do movimento cumulativo. O problema é complicado pelo fato de as decisões da poupança corrente e dos investimentos correntes estarem estreitamente relacionadas com o nível e a taxa de variação do produto nacional bruto. O processo de ajustamento cumulativo iniciado por uma modificação das decisões relativas à poupança e aos investimentos terá, portanto, repercussões nas decisões futuras concernentes à poupança e ao investimento. O primeiro passo no esclarecimento destas relações deve ser, portanto, procurar compreender as determinantes destas decisões relativas à poupança e ao investimento". 22

Portanto, nem toda a renda é consumida, nem toda parte dela restante é aplicada em investimento produtivos (ligados diretamente à produção), razões pelas quais a procura efetiva é apenas a procura agregada possível (e não a totalidade de

²² Ibidem, pp. 284

população de uma comunidade). Não se deve confundir um investimento na produção com o investimento financeiro, ou a especulação, como a compra de títulos. Só é relevante para o aumento do consumo e, portanto, para a satisfação da procura efetiva, o investimento produtivo real (novos equipamentos, novas fábricas, novas estradas, etc.). Um investimento em títulos ou papéis de bolsa não muda a natureza da produção, com exceção da emissão das ações diretas, isto é, quando de seu lançamento. A compra de títulos (investimento improdutivo – CDB, opções de compra/venda; Debentures; etc.) é cancelada pela venda dos mesmos títulos (desinvestimento improdutivo). A troca de mãos não gera bens novos. Investimento, portanto, é uma adição aos bens existentes, ou ao capital fixo instalado. Estes geram emprego.

O volume da poupança depende do rendimento, logo, a tendência a poupar pode considerar-se um elemento estável. Quanto ao investimento, ele depende do dinamismo da economia; do aumento da população; do surgimento de novos hábitos e novos produtos; etc. As mudanças, particularmente a mudança técnica, modifica a expectativa de lucros dos empresários e isto os leva a investir mais nesta ou naquela atividade.

Uma vez que a poupança é aquilo que excede o que foi consumido, toda vez que se consome, se consome uma poupança potencial; toda vez que se consome a mais, se consome um adicional que antes era poupança. A poupança pode ser vista como excesso de rendimento (em termos monetários) sobre o gasto do consumo. A despoupança ou desafôrro trata-se, pois, de um gasto adicional da parte que não fora consumida. A poupança individual é definível nos mesmos termos da poupança nacional ou agregada, mas a poupança agregada não se reduz à soma das poupanças

individuais. A poupança coletiva contém elementos induzidos pela dinâmica do investimento (produtivo), porque os investidores buscam expandir primeiro sua capacidade produtiva, e o movimento desse fluxo é que estimula a orientação do fluxo das poupanças disponíveis rumo a si.

O comentário de Richard e Nancy Ruggles é deveras esclarecedor:

"A poupança pessoal não decairá pelo total do acréscimo das despesas de consumo dos particulares, pois também aumenta o rendimento pessoal. As receitas do setor público e o seu superávit aumentaram efetivamente graças ao nível mais elevado de rendimento da economia. O novo investimento dos produtores e o decréscimo da poupança pessoal ficam equilibrados pelos aumentos de poupança dos produtores, do setor público e da conta de relações com o exterior.

Quando se verifica a redução efetiva do imposto podem já ter-se realizado os principais ajustamentos da despesa e do investimento de modo que somente aumentarão as despesas dos particulares que anteriormente lutavam com falta de fundos... Admite-se por conseguinte que a redução efetiva do imposto é acompanhada de alterações um tanto menores das despesas de consumo dos particulares, e que não se verificará aumento das despesas totais de investimento.

A redução das receitas públicas provoca um decréscimo de igual importância no superávit do setor público (ou um acréscimo no déficit). Admitiu-se, por simplicidade, que o ligeiro aumento das despesas dos consumidores resultou de um acréscimo de igual quantia do rendimento pago aos particulares; portanto, a redução do imposto pago pelos particulares resulta num acréscimo da sua poupança, igual ao valor dessa redução, e o mesmo é válido para os produtores. A Conta de Poupança e Investimento Brutos mostra como a poupança e o desafôrro se equilibram em relação ao conjunto da economia". 23

Assim, o movimento das contas dos quadros da Contabilidade Nacional expressam verdades teóricas habilitadas por Keynes para a análise macroeconômica. A leitura correta dos fluxos da contabilidade agregada indica o defluxo da poupança agregada para cobrir o investimento que se está a realizar, ou seja, a tendência da

²³ Ibidem, pp. 265.

poupança para se tornar investimento. A dinâmica dos que investem tende a influir no comportamento daqueles que poupam.

Acha-se a curva da poupança quando se subtrai as quantias que foram consumidas das quantias do rendimento. A elevação do consumo estimula, pois, os produtores a aumentarem seus investimentos e os poupadores são atraídos a colocar seus recursos poupados no processo de investimento.

Sendo o hiato entre o nível do rendimento e o nível do consumo considerável sempre nas economias industriais, o advento do gasto e do investimento público são indispensáveis à continuidade da expansão rumo à demanda efetiva. Ou seja, o poder público deve exercer uma política fiscal de buscar empréstimos para induzir investimentos, isto é, despoupar (desafôrro) para investir, compensando desta forma o não-investimento daqueles que poupam (e também o não-consumo).

Comentam Richard e Nancy Ruggles:

"A redução das vendas aos consumidores provoca uma queda do produto nacional bruto numa quanti equivalente; e, antes que os pagamentos aos particulares sofram alteração, os produtores terão uma poupança bruta menor (neste caso sob a forma de lucros não distribuídos) e deverão menos impostos ao setor público. Os pagamentos aos indivíduos não se alteram e, portanto, o rendimento pessoal não virá modificado. A poupança pessoal deve, por conseguinte, aumentar de um quantitativo equivalente à redução das despesas dos consumidores. A diminuição na poupança dos produtores e do setor público equilibra o aumento de poupança pessoal, permanecendo assim invariável o total da poupança bruta. Encaradas neste aspecto, as reações serão idênticas às que se discutiram acima: o ajustamento da produção às menores compras dos consumidores pode implicar a redução de pagamentos aos particulares, pondo-se assim em movimento uma série contínua de reações.

Assim, uma tentativa dos particulares para aumentarem as suas poupanças aumentará a poupança total da economia apenas enquanto continuar a acumulação involuntária das existências pelos produtores. Desde que os produtores não desejem aumentar o total do investimento bruto, as tentativas dos particulares para pouparem conduzirão, eventualmente, quer a uma redução no total da poupança feita pelos outros setores, quer a uma queda do nível do rendimento pessoal. No primeiro caso, o aumento da poupança dos particulares será compensado pela redução da poupança em outros setores. No segundo caso, a baixa no rendimento pessoal compensará a redução das despesas de consumo dos particulares, de maneira que a tentativa para poupar terá sido mal sucedida para o conjunto dos particulares. Portanto, um aumento da poupança de um indivíduo não resultará, necessariamente, num aumento de poupança na economia, pois pode apenas forçar alguém a desaforrar uma quantia igual".24

Recordemos que, para Keynes, em cada intervalo de tempo o aumento da renda é resultado do aumento do investimento multiplicado pelo chamado multiplicador. Portanto, deve ocorrer sempre um investimento adicional, que não se confunde com o investimento que já havia sido feito, e cujo efeito multiplicador ainda se faz atuar, com força decrescente, na economia. Semelhante investimento adicional é que agora se faz responsável efetivo pelo crescimento da renda, razão porque, se ele não é feito pelo setor privado, deve ser feito pelo setor público. Nesse caso, embora o poder público haja até eventualmente "despoupado" para investir produtivamente, o efeito multiplicador carreará recursos adicionais da poupança que está a ser feita e efetivará algum montante adicional de investimento do setor privado, que vê perspectivas incrementadas de lucro.

À medida que as grandes navegações facultavam o saque de regiões inteiras do mundo, viam-se os países centrais, que ordenavam uma periferia de acordo com suas necessidades. Tal periferia passa a ser colonizada, de uma maneira ou de outra. Nos países que promovem tal exploração, vê-se concentrar a riqueza, própria e aquela das

²⁴ Ibidem, pp 264.

_

colônias derivadas. Estes países se transformam. Levam nessa transformação aqueles que não são colônias, mas que a elas se assemelham.

Assim ensina Caio Prado Júnior:

"A descoberta e colonização da América — como se há de reconhecer prontamente — contribuíram para incrementar a atividade: primeiro, de todos os países que mantém contato direto com ela, tais como Espanha, Portugal, França e Inglaterra; segundo, de todos os países que, embora não mantenham comércio direto com ela, enviam à América, por intermédio de outros países, mercadorias de sua produção própria, tais como o Flandres austríaco; e algumas províncias da Alemanha (...). Entretanto, talvez não seja igualmente manifesto que esses grandes eventos contribuíram também para estimular a atividade de países que, como a Hungria e a Polônia, talvez nunca exportaram um único item de sua própria produção para a América".²⁵

Avança a partir daí uma divisão do mundo em comunidades que comandam; outras que são comandadas. Comunidades que decidem os preços e os produtos que se irão produzir; e aquelas que acatam tais decisões e tratam de materializá-las. Dá-se uma divisão de trabalho, similar àquela que existe dentro de cada nação. No entanto, neste novo patamar, é uma divisão que abarca o mundo todo, é uma divisão internacional. Nasce assim uma divisão internacional do trabalho (DIT).

Não havia para Portugal outra saída para manter-se como potencia marítima que, (1) intermediar produtos tropicais com os países da Europa, substituindo, para isso, os mouros e os árabes. E (2) estabelecer por conta própria novas plantações de cana na recém descoberta terra do Brasil, à semelhança do que já fazia em Cabo Verde. Valeuse para tal sua experiência em África e da experiência de seus sócios genoveses no Mediterrâneo. O domínio, ainda que temporário, do comércio da Ásia, forneceu-lhe os quadros e outras experiências.

_

²⁵ PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1971, pg. 31-32

O historiador Celso Furtado caracterizou:

"A exploração econômica das terras americanas deveria parecer. no século XVI, uma empresa completamente inviável. Por essa época, nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala dentro da Europa. O principal produto da terra – o trigo – dispunha de abundantes fontes de abastecimento dentro do continente. Os fretes eram de tal forma elevados – em razão da insegurança do transporte a grandes distâncias – que somente os produtos manufaturados e as chamadas especiarias do Oriente podiam comportá-los. Demais, era fácil imaginar os enormes custos que não teria que enfrentar uma empresa agrícola nas distantes terras da América. É fato universalmente conhecido que aos portugueses coube a primazia nesse empreendimento. Se seus esforcos não tivessem sido coroados de êxito, a defesa das terra do Brasil ter-se-ia transformado em ônus demasiado grande e (...) dificilmente Portugal teria perdurado como grande potencia colonial na América". 26

Portanto, foi o Brasil uma colônia fundada inteiramente sob interesses comerciais. Não foi para aqui concebido trazer ou criar uma comunidade. Fosse o que fosse, só interessava como campos de trabalho. Pouco a pouco, a colônia, criada de "fora para dentro", adquiriu dinamismo próprio. Em dois séculos (1550-1750), converteu-se em uma sociedade tropical.

Os historiadores Eric Hobsbawm, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, entre outros, estabelecem com bastante clareza a formação das sociedades periféricas de "fora para dentro" e, em nosso caso, a formação similar da comunidade brasileira. O colonialismo português, a tempo assessorado pelas demandas europeias, formou o Brasil como uma economia de pilhagem da natureza e plantação agrícola, exportando seus produtos, baseados no trabalho escravo, por uma economia de exportação. Mais tarde, e à revelia do comércio internacional, formou-se aqui uma sociedade, em que tem prevalecido por largo tempo o interesse do setor exportador.

²⁶ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1986, p. 8.

Observou Maria da Conceição Tavares:

"No caso dos países desenvolvidos, não havia, como não há, uma separação nítida entre a capacidade produtiva destinada a atender aos mercados interno e externo. Não é possível identificar um setor propriamente exportador: as manufaturas produzidas são tanto exportadas quanto consumidas em grandes proporções dentro do país e a especialização com vistas ao mercado externo se faz antes por diferenciação de produtos do que por setores produtivos distintos".²⁷

Assim, se opõe quase sempre ao caráter heterogêneo das economias dos países periféricos, o caráter bastante homogêneo das economias centrais, voltada cada qual para um mercado interno, com desempenho considerável na formação dos preços locais. No caso dos países centrais, sua participação no comércio internacional se dá pela exportação de bens nos quais suas economias possuem vantagens de custo mais baixo e tecnologia mais eficiente. Como países formadores de preços internacionais, os países centrais compram a preços menores e vendem a preços maiores, que relativamente ainda são menores que àqueles a que produzem bens similares os países periféricos. Para compensar semelhante desvantagem, os países periféricos veem-se compelidos a desvalorizar sua produção, com vistas a obter vendas de quantidades maiores para os países centrais.

A este mecanismo chama a escola estruturalista (de economia) latinoamericana de "deterioração dos termos de troca", com a venda de tonelagens maiores de produtos para obter um poder de compra da periferia similar a patamares (de compra) que efetivava no passado.

²⁷ TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaios sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 31.

As chamadas duas crises do petróleo dos anos (19)70 (e começo de 80) não foram apenas crises de falta de combustível, que se refletissem internacionalmente. Como explica Wilson do Nascimento Barbosa em diversos trabalhos²⁸, elas foram: (a) crises de desajustamento da correlação necessária de preços entre bens industriais e matérias-primas (a matéria-prima pode custar mais caro que o bem que dela resulta); consequentemente; (b) crise do padrão tecnológico apoiado sobre o petróleo e alto consumo de energia; (c) crise da divisão internacional do trabalho (DIT). E algo pior.

Ensina também Dércio Garcia:

"Os países em desenvolvimento foram induzidos à política de endividamento, para evitar os riscos de uma posição de confronto entre produtores e consumidores de petróleo, que necessariamente teria implicações maiores. E, afinal, o realinhamento dos preços do petróleo interessava aos próprios países desenvolvidos, pois só assim se tornaram viáveis áreas promissoras como o Mar do Norte e o Alasca.

É por essas razões que o endividamento do Terceiro Mundo não pode ser visto de forma simplista, apenas como um problema causado por irresponsabilidade dos devedores. Já que a dívida dos pobres foi em verdade a grande solução encontrada e trabalhada para defender os interesses das economias centrais, e para evitar complicações imprevisíveis na ordem mundial".

Ou seja, a política adotada pelos países centrais (ou metropolitanos) foi a de repassar por completo o custo dos novos preços do petróleo (e outras matérias-primas), embutidos nas taxas de juros móveis dos empréstimos concedidos aos países periféricos, inclusive pela recém aparecida "finança árabe".

Sendo o Brasil à época o principal importador internacional de petróleo,

_

²⁸ BARBOSA, Wilson do Nascimento. A Corrente Keynesiano-Estruturalista de História Econômica - 2008 e BARBOSA, Wilson do Nascimento Barbosa 2010

nenhum outro país possuía uma economia mais mal fundamentada que o nosso. Era resultado das opções de política econômica da Ditadura (1964-1985), que arrancou trilhos ferroviários e aumentou a parceria com grandes potencias para ampliar as rodovias locais e produção automotiva (principalmente automóveis). Esta política de imitação da Segunda Revolução Industrial (1880-1929) foi adotada no país, quando já estava em curso a Terceira Revolução Industrial (1958-2008), que nem sequer foi percebida (!) pelas autoridades brasileiras. Semelhante política, praticamente suicida, levaria o país à estagnação, gastando duas décadas de sua existência (1982-2003) somente para pagar parte do endividamento externo (que ainda persiste como dívida interna e externa). Dessa forma, em 2003, quando se deu a ascensão do Governo Lula, o país havia "quebrado" várias vezes. Só no Governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), tal sucedeu por duas vezes, levando o Governo a submeter-se às imposições dos banqueiros internacionais e liquidar grande parte do setor público produtivo.

O economista Dércio Garcia Munhoz (Universidade de Brasília) foi o grande defensor para desmascarar para o povo brasileiro a natureza da dívida e o mecanismo externo de exploração.

O detalhamento do mecanismo explorador na conta petróleo não pode ser omitido:

"Os países não desenvolvidos deverão... resguardar-se com relação às nações mais avançadas, pois estas adotaram uma política de empurrar o déficit comercial gerado pelo petróleo, para as outras regiões. Não é sem razão, portanto, que o Brasil vem absorvendo um desequilíbrio comercial que corresponde ao dobro do valor que normalmente se deveria esperar em face dos novos preços do petróleo".

A atual disponibilidade de informações estatísticas permite que se observe com clareza a evolução desse processo de transferência da conta de petróleo para as regiões periféricas, e que surpreendentemente se repetiu quando do "2º. Choque" do petróleo, com os novos aumentos de preços em 1979/81. Da tabela 3 (a seguir), pode-se verificar que:

- a) com os dois grandes saltos nos preços do petróleo (em 1974 e em 1979), os países industrializados registraram significativa elevação em seus déficits comerciais junto aos fornecedores do produto (coluna A);
- b) em movimentos simétricos (coluna B), os países industrializados ampliaram seus superávits comerciais junto aos países em desenvolvimento não exportadores de petróleo; minimizando, assim, os reflexos sobre sua balança comercial global (coluna C), e sobre o total das Contas Correntes (coluna D), este da maior relevância, porque determina a posição final, devedora ou credora, frente ao resto do mundo;
- c) com essa transferência da conta do petróleo para os países periféricos, afastou-se a necessidade de uma solução alternativa, de natureza possivelmente grave, par impedir-se que os países industrializados se tornassem os grandes devedores internacionais:
- d) desse modo foi possível aos exportadores de petróleo substancias superávits globais, em Contas Correntes, frente ao resto do mundo (coluna E), tornando-se os grandes credores internacionais;
- e) a contrapartida deu-se nas contas externas dos países em desenvolvimento não exportadores de petróleo, que passaram a registrar inacreditáveis déficits em Contas Corrente (coluna F), agravados posteriormente pelo aumento das taxas de juros internacionais, tornando-se os grandes devedores do contexto mundial.

Tabela 3 – Ajustamento das Contas Internacionais frente aos Choques do Petróleo – 1971-1981 - US\$ bilhões (valores acumulados nos períodos indicados)

	Países Industrializados				Export. de	Outros
Período	B. Comercial	B. Comercial	B.	Contas	Petróleo	Países
	c/ export.	c/ demais	Comercial	Correntes	Contas	Desenv.
	Petróleo	Países Desenv.	Total		Correntes	C/corrente
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)
1971-73	- 31,7	50,2	31,7	29,7	11,0	- 22,7
1974-76	- 134, 4	90,9	- 26,9	- 26,2	134,9	- 93,4
1977-78	- 69,4	64,6	- 9,5	- 1,2	21,6	- 52,3
1979-81	- 276,8	183,0	-124,6	-110,9	205,1	- 218,2

Fontes: Internacional Financial Statistics, FMI, Yearbook, 1986. Direction of Trade, FMI/BIRD, 1978, 1980 e 1986."²⁹

A política econômica da ditadura consistiu de uma série de trapalhadas, cujo momento culminante pode considerar-se a incompetência crassa de Bulhões e Campos

²⁹ MUNHOZ, Dércio Garcia. Dívida Externa: a Crise Rediscutida. São Paulo: Cone Editora, 1988, p. 27 e 28.

(com erros que saltam da simples leitura de suas declarações) e a "direção perigosa" seguida por Delfim Netto, Mário Simonsen e seus aliados. O auge da cegueira caracterizou-se pelo brutal endividamento, após a chamada "primeira crise do petróleo" (1973-1975).

Comenta Dércio Garcia Munhoz:

"A crise da dívida iniciou-se praticamente em 1974, quando os novos preços do petróleo explodiram a balança comercial dos países industrializados, em função dos elevados déficits bilaterais frente aos seus fornecedores de óleo. E foram os arranjos nas economias nacionais dos países industrializados, conjugados com a posição de "economias abertas" prescrita para regiões em desenvolvimento, que viabilizaram, via comércio, a transferência da "conta do petróleo" dos consumidores ricos para os parceiros pobres do terceiro mundo. Esse movimento foi claramente perceptível tão logo iniciado, como o próprio autor teve oportunidade de chamar a atenção ainda em meados de 1974 quando as estimativas da OCDE para os balanços de pagamentos da área industrializada permitiram notar que a "conta de petróleo" das regiões ricas não se refletia integralmente nas contas externas da área". 30

Tornou-se impossível segurar por mais tempo a contradição entre o preço, então irrisório, do barril do petróleo, riqueza finita, e o crescimento exponencial de seu consumo baseado em aplicações tecnológicas pouco pensadas. A necessidade de planejamento estourou assim entre as falácias do "livre mercado" e de pronto coordenaram os monopólios a transferência dos débitos que o continuado consumo do óleo acarretava para os países da periferia (a maioria não-petroleira). Os adicionais de preço que os países centrais deveriam pagar pelo óleo eram embutidos nas taxas de juros do capital tomado emprestado pelos países da periferia, inclusive para fechar ano a ano o desequilíbrio de seus balanços de pagamento (BP). Desse modo, na periferia

_

³⁰ Ibidem, p. 26.

toma-se emprestado para pagar uma dívida a preços de capital (taxa de juros) que tornariam tal dívida ainda maior em seguida. Somente a pusilanimidade dos políticos da periferia pode explicar o tamanho do assalto a que foi submetida cada população pobre de seus países, durante mais de trinta (30) anos.

Em virtude da luta de classes e da resistência dos patrões, mesmo nas economias centrais, elevar o poder de compra de seus trabalhadores, a Primeira Revolução Industrial careceu sempre de suficiente mercado na economia interna e teve que voltar-se para as exportações, buscando ocupar os mercados consumidores do mundo todo, para colocar os seus produtos. Não regatearam as potencias nem mesmo de fazerem uso das armas, para vender mais caro e comprar cada vez mais barato.

Como apontou Hobsbawm:

"Ao longo prazo, elas [exportações] se expandiram muito mais, e com maior rapidez, que os mercados internos. Entre 1700 e 1750 as atividades voltadas para o mercado interno aumentaram sua produção em 7% e as de exportação em 76%; entre 1750 e 1770 (período em que podemos considerar como a pista para a 'decolagem' industrial), em mais 7% e 80%, respectivamente. A produção interna aumentava a uma razão aritmética, mas a externa a uma razão geométrica. (...) A produção de algodão, a primeira a se industrializar, estava vinculada essencialmente ao comércio ultramarino. Cada grama de sua matéria-prima tinha de ser importada dos trópicos ou sub-trópicos, e, como veremos, seus produtos tinham de ser vendidos basicamente no exterior. A partir do fim do século XVIII a indústria do algodão já exportava a maior parte de sua produção total — talvez dois terços em 1805". 31

Dessa forma, mesmo com o desenvolvimento do fordismo da Segunda Revolução Industrial (a partir de 1915), o mercado externo era a meca de todo excesso

³¹ HOBSBAWM, Eric. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986, p. 45-46.

_

de mercadoria a colocar, em busca do mais elevado preço possível. Não nos esqueçamos que o capital também é uma mercadoria. 'A mais geral de todas' (Marx). Por isso, a busca de mercados primitivos, ou a conversão de mercados locais em mercado primitivos, jamais foi abandonada no avanço da economia imperialista. Rosa Luxemburgo e Fritz Sternberg analisaram a incapacidade do capitalismo avançado para viver sem a intervenção em mercados que lhe são externos. Nesse sentido, tal sistema não pode tolerar cultura, instituição ou necessidade local alguma.

Rosa Luxemburgo e Fritz Sternberg, entre outros, ao teorizar o funcionamento do mecanismo da acumulação capitalista, chamaram à atenção a necessidade que tal sistema possui, particularmente nas condições de sua estrutura imperialista, de intervir e investir capital em mercados externos, em comunidades ou economias defasadas, que possam ser utilizadas como mercados primitivos. Estas condições mostram-se tão prementes que qualquer barreira, inclusive moral, deve ser rompida, para assegurar em certo nível de acumulação. Daí o tráfico de drogas.

Assim apontou Rosa Luxemburgo:

"Enquanto na Inglaterra a Liga Antiópio trabalhava contra a ampliação do consumo da droga em Londres, Manchester e em outros distritos industriais e uma comissão nomeada pelo Parlamento declarava o consumo do ópio altamente nocivo, a importação de ópio era assegurada na China pela Convenção de Chifu, em 1876. Todos os acordos internacionais entre a China e os europeus, tanto os comerciais quanto os relativos às missões, garantiam igualmente o direito de adquiriu terras. Nesse caso, além do fogo dos canhões, os embustes e as imposturas auxiliaram particularmente. E não foi somente a ambiguidade dos textos dos tratados que ofereceu ao capital europeu boas oportunidades para ampliar paulatinamente as regiões ocupadas, nos portos-sedes dos tratados. (...) A abertura da China ao comércio (iniciada com a Guerra do Ópio) foi confirmada por uma série de 'arrendamentos' coroada pela expedição chinesa no ano de 1900; nesta os interesses comerciais do capital europeu assumiram a forma

aberta de roubo de terras em nível internacional". 32

Seria ingênuo não enxergar o prolongamento dessa "acumulação primitiva" em nossos dias. Esta leitura marxista aproxima-se nitidamente da "economia de depressão" keynesiana como um estado geral das economias capitalistas contemporâneas. O tráfico de drogas é mais um mecanismo do mundo pré-keynesiano em plena ação, buscando formar novas camadas de "empresários burgueses", novos free-embusteiros, no dizer cômico do jornal "Pasquim", que combateu a Ditadura. É preciso acumular, não importa como seja. Então, porque não elevar de modo benévolo a curva de consumo, através de política keynesiana?

A dependência das importações (DI) é uma estrutura criada pela dominação colonial e que ultrapassa inclusive o seu limite de existência. O Brasil deixa de ser colônia em sua independência, em 1822, ou nas cercanias desta data. No entanto, manteve as estruturas semicoloniais até 1930, quando pela crise da dominação imperialista em 1929-1932, foi praticamente abandonado à deriva. Naquele ponto, como caracterizou entre outros Celso Furtado, foi a dependência das importações a estrutura que permitiu apenas um processo parcial de industrialização (1933-1945). Tão logo encerrado o conflito mundial, o consumo das elites locais e os senhores do comércio internacional haveriam de se arranjar para restabelecer laços crescentes de dependência local.

Explica o historiador Marcos Cordeiro:

"Estas novas características da época atual, com a transformação

³² LUXEMBURGO, Rosa. Acumulação de Capital, p. 269-270.

do 'fordismo' em 'toyotismo' e o controle, pelas metrópoles, dos mercados financeiros locais, veio reforçar o traço histórico de dependência das importações (DI) é fácil de se compreender. Sabe-se que, com base, seja nas vantagens absolutas, ou nas vantagens comparativas, foram estabelecidas relações de dominação que caracterizaram historicamente aquilo que hoje se tornou o comércio internacional. Traço importante deste processo de constituição verificou-se o consumo pela periferia de produtos produzidos pelas metrópoles. Uma vez que as elites ou classes dominantes nos países periféricos era no todo ou em parte oriundas das metrópoles, é de se entender que as mercadorias mais importantes compradas pelo comércio periférico se constituíam os bens que expressavam a cultura e o gosto das metrópoles. Por outro lado, como ressaltou-se, a totalidade de tais mercadorias era trazida sob a forma de monopólio comercial, apresentando preços muitos altos, que não correspondiam ao valor-trabalho nelas embutidos, mas sim correspondiam às necessidades das metrópoles de produzir enorme saldo favorável para drenar via comércio a produção colonial e semicolonial". 33

Num cenário local de intensa concentração de renda, haveria de prevalecer na procura efetiva as necessidades de elite local, capaz de bloquear e empurrar até para um segundo plano as procuras básicas do consumo dos trabalhadores e do povo em geral. O Brasil dedicou-se a produzir automóveis, arranha-céus e resorts de turismo, enquanto o comércio exterior priorizava uns quantos produtos agrícolas, com a soja como novo, e a maciça exportação de minérios ferrosos e preciosos. Num regime de ditadura política, consolidava-se a dependência das importações, com um crescente papel para o petróleo e seus derivados, inclusive os petrodólares, que geraram dívida de enormes proporções.

Os EUA desde 1944 controlariam para sempre o comércio internacional, até os dias presentes. Suas ferramentas para tal tem sido: (a) a existência do FMI; (b) a política pró-imperialista certamente benévola, quando era uma potencia indisputada (1944-1971), durante a efetiva vigência do acordo de Bretton Woods. No mundo pós-

³³ PIRES, Marcos Cordeiro, p. 59

_

Bretton Woods, contudo, a coisa mudou.

Como ensinou José Luiz Fiori:

"A partir do desaparecimento do perigo comunista e lograda uma convergência das políticas macroeconômicas nacionais mais relevantes, não está errado dizer que a política externa americana (sic) orientou-se numa direção quase única e obsessiva: 'a caça aos mercados externos'. Esta estratégia comercial, agora radicalmente livre-cambista, se impôs contra todas as resistências nacionais, nos acordos que deram origem à nova Organização Mundial do Comércio dotada de regras e instrumentos extremamente rigorosos que interditam todo tipo de proteção, subsídio ou política de quota capaz de sustentar estratégias de desenvolvimento da produção nacional. Tem sido esta a diretriz que orientou a inclusão do México no NAFTA e vem forçando a adesão dos demais países latino-americanos ao projeto de um mercado comum (ALCA) liderado, obviamente, pelas empresas norte-americanas".³⁴

Esta "caça aos mercados externos" nunca poderia ser intentada sem que o dólar fosse a moeda do comércio internacional e o FMI não manipulasse as economias alheias, particularmente aquelas periféricas para drenar seus capitais e colocá-las em posições de déficit em seus balanços de pagamentos. Afinal, a política monetária dos EUA é a política monetária abraçada pelo FMI. E só há dois objetivos para uma política monetária: (a) tornar o câmbio favorável para aquele que a elabora; e (b) drenar para si o máximo de capital desde o exterior. Não é assim que tem funcionado o mundo atual em relação aos EUA?

Sob a orientação do chamado "Consenso de Washington", desde o final do Governo Sarney viu-se a política econômica exagerar o perfil da dívida do setor estatal, dando-se o tratamento neoclássico do problema, como exigiam os banqueiros e

³⁴ FIORI, José Luis. Globalização, Hegemonia e Império. In: Poder e Dinheiro: uma Economia Política da Globalização. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 126.

esquecendo-se a sabedoria do ensinamento de Keynes, que estabelece o déficit público como a compensação necessária e inevitável de uma economia que optou por (1) concentrar renda, (2) colocar seus lucros no exterior e (3) inviabilizar a expansão econômica por meio de juros excessivamente elevados e baixíssimo investimento.

Dentro da ótica microeconômica da "casa de família", a comunidade brasileira não podia investir; não podia expandir seu consumo; não podia satisfazer sua procura efetiva. Devia trabalhar, como a Alemanha após a primeira guerra, somente para encher os cofres dos banqueiros internacionais:

"De qualquer ângulo do qual se examine a questão, salta aos olhos que foi injusto, senão desonroso, transferir as empresas de energia elétrica da sociedade, para grupos privilegiados, preponderantemente estrangeiros. A crise das empresas era apenas financeira, de sorte que o problema poderia ter sido resolvido sem que o patrimônio público fosse dilapidado, mediante um programa especial, em que o Tesouro adiantaria recursos alongando o endividamento. E, para evitar os erros do passado, essas empresas seriam submetidas a administrações profissionais, controladas pela sociedade, por meio de conselhos de consumidores a serem judiciosamente criados. Isso seria mais justo e muito mais honesto do que o PROER, que dissipou recursos públicos para salvar bancos improdutivos e banqueiros incompetentes. Por outro lado, se o objetivo das privatizações era o de reduzir o endividamento do país, a incoerência foi ainda maior, pois a dívida interna multiplicou-se por dez e a externa quase triplicou".35

Joaquim de Carvalho chama a atenção para eliminação do binômio das empresas públicas (petróleo e eletricidade) que asseguravam ainda a rentabilidade da economia brasileira e a formação doméstica ao menos dos insumos básicos para a produção. Endividado o país pelos preços do petróleo importado, aproveitavam-se agora

³⁵ CARVALHO, Joaquim Francisco de. Construção e Desconstrução do Sistema Elétrico Brasileiro. In: Política Energética e Crise de Desenvolvimento. A antevisão de Catullo Branco, p. 103 e outras.

os banqueiros para comprar, com os trocados da bacia das almas, a flor das empresas brasileiras, estabelecidas no setor público. Tratava-se da privatização dos neoliberais, liderados por uma plêiade de economistas a serviço de banqueiros estrangeiros. Após ver-se atribuída uma dívida de centenas de bilhões de dólares, com a drenagem da riqueza criada em vinte (20) anos, o povo brasileiro, acusado de "populismo", via agora ser desnacionalizada a nata de suas empresas públicas, construídas num esforço de industrialização de mais de cinquenta (50) anos.

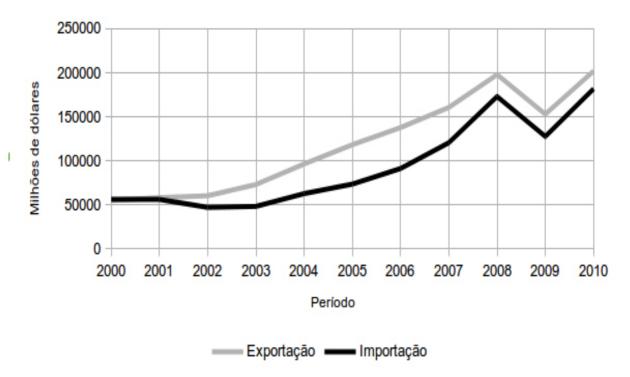
Capítulo 2 - Economia Keynesiana no primeiro governo Lula

O governo Lula, desde o momento em que se estabeleceu, propôs-se como estratégia (1) "cozinhar o galo" na área de melhoria e de reformas para a população; e (2) manter-se alinhado com os interesses da grande burguesia local e dos grandes monopólios externos, que conduzem a economia do país. Tratava-se, portanto, de mais um capítulo da novela "mudar tudo para não mudar nada" que se vê passando na América Latina. Promessas, circularidade de falsas soluções, "cintilações de ametistas"... na verdade, como comentou o falecido vice-presidente "fizemos tudo errado, mas deu tudo certo". Em semelhante contexto, cabem duas reflexões: (a) "o que fizemos"?; (b) por quê "deu tudo certo"?

Para não desalinhar o governo e os interesses dominantes, a administração Lula optou por uma política macroeconômica de fundamento teórico ortodoxo, qual fosse, (1) câmbio flutuante capaz de assegurar a livre movimentação de capitais, inclusive no curto prazo; (2) regime de superávit primário, capaz de garantir os superávits físcais primários que eliminam o risco das aplicações financeiras; e (3) o regime de metas da inflação, em que o Banco Central na prática adota uma política monetária autônoma às necessidades do governo. Portanto, esta opção pela ortodoxia, desde sua constituição, do governo Lula, continuava tanto (a) a política macroeconômica do governo FHC, quanto (b) confirmava a viragem de Lula e do PT desde o campo popular para o campo da burguesia, caracterizada na "Carta aos Brasileiros" com que se abrira a campanha eleitoral de 2002.

É evidente que, através daquele documento, Lula e o PT não mais se comprometiam com as reformas de estrutura que sempre haviam pregado. Contudo, a percepção desse fato foi rápida nas forças dominantes e lenta no campo dos explorados. Tal permitiu a Lula catalisar votos de ambos os setores e vencer as eleições. Qual o governo, portanto, que se poderia esperar? O que se poderia fazer de "tudo errado"? O vice-presidente José Alencar certamente referiu-se em seu balanço, como erro, à opção por deixar o campo popular e as propostas de reformas. Na verdade, tanto no primeiro como no segundo mandato, o governo Lula foi conservador, não priorizou políticas de industrialização, e buscou mais preservar os interesses dos ricos e dos poderosos. A linguagem, contudo, por ele utilizada, fingia representar ainda os interesses de mudanças estruturais para os pobres, que de fato já abandonara. Daí o "tudo errado", certamente a que se referia Alencar, não sendo outra coisa que buscar governar para os ricos. Assim, na prática, o Lulismo se caracterizou por adotar uma política econômica ortodoxa, ficando para as políticas sociais uma franja de atividades e recursos (na origem 5% dos impostos arrecadados) que muitos podem caracterizar como "atitudes keynesianas". Portanto, uma análise a sangue frio descarta a hipótese de um governo keysnesiano, ou pós-keynesiano de Lula, mas caracteriza a porta aberta a uma assistência social mais ampla que a precedente e inspirada em esgares de kevnesianismo.

Gráfico 1 - Comércio Exterior Brasileiro - 2000 a 2010



Fonte: IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) **Elaborado por**: CAETANO, Nelson Alves - 2013

Dentro dessa demarcação, como foi então possível que "desse tudo certo"? É que o governo Lula viu-se beneficiado por mudanças na conjuntura internacional, com a retomada da expansão do comércio mundial (2002 – 2008), vide tendência no Gráfico 1; com o avanço vigoroso da procura chinesa, que alcançou um novo patamar; e a consequente elevação dos preços das chamadas "commodities" que mudou a situação da balança comercial e do BP do Brasil por vários anos. Semelhantes impactos são possíveis porque a posição do comércio exterior do Brasil é insignificante em escala mundial (em 60 anos, varia entre 0,8% e 1% do comércio mundial). Com uma participação tão frágil, as flutuações externas são decisivas para os resultados possíveis no país. Do ponto de vista político, isso é muito importante. Porque os brasileiros, habitando um grande país no mapa, pensam que não. É um caso similar ao dos russos.

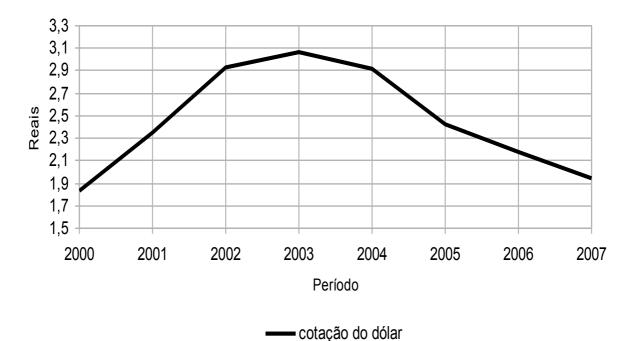
Trata-se do modelo chamado ironicamente de "japonês de Hiroshima". Na piada, o japonês pensava que seus atos é que acarretaram a explosão da cidade.

O governo Lula certamente foi salvo pelo gongo da expansão internacional. "Deu tudo certo". Daí, à interpretação arrogante de que houvesse criado uma nova política macroeconômica não durou muito. Buscar estudar, portanto, eventuais políticas keynesianas (ou pós-keynesianas) na administração, se cifra em explicar um conjunto de atos que são diferenciadores, mas não essenciais, em tal período de governo. Esse é ponto de partida. Graças à melhora dos ganhos com o comércio exterior, o "galo" a cozinhar em fogo brando haveria de se tornar – ao menos – na principal peça peculiar ao discurso petista.

2.1. A Teoria na Prática...

Aquilo que havia sido prometido durante 25 anos pelo PT, uma política macroeconômica heterodoxa, jamais foi entregue depois da reviravolta da "Carta aos Brasileiros". O governo Lula preferiu o caminho de satisfazer os mercados financeiros domésticos e externos. Por sorte, foi socorrido por uma conjuntura externa de comércio favorável, que lhe permitiu "surfar na crista da onda", praticando até uma política assistencial sem precedentes na história do Brasil. Este é o segredo da durabilidade do Lulismo, que hoje se vê às voltas com a necessidade de inventar alguma solução macroeconômica projetada entre o que parece ser (1) o fim dos preços ascendentes das matérias primas; e (2) uma voracidade insaciável dos mercados parasitários para expandirem seus lucros.

Gráfico 2 - Cotação do dólar (média anual - 2000-2007)



Fonte: Banco Central do Brasil **Elaborado por:** CAETANO, Nelson Alves. 2013

O câmbio flutuante (Gráfico 2) e a liberdade de movimento de capitais prometiam uma cornucópia sem fim de recursos para o crescimento econômico. Na verdade, como sempre, o que se deu foi um reforço das flutuações de origem externa, com a continuidade do "ande e pare". A chamada "restrição externa" apoiada pelos recursos do comércio exterior, viu-se aliviada, com a entrada de montantes consideráveis de capital inclusive de curto prazo. No entanto, no médio e no longo prazos, o movimento desonerado dos capitais externos gera mais elementos de desequilíbrio do que elementos de equilíbrio. O capital externo está viciado em ganho de dois dígitos, e elabora todas as pressões necessárias para elevar mais e mais suas remunerações. No paroxismo de uma metamorfose, o capital local transmuda-se em capital externo e passa a participar do processo de saque exagerado contra os recursos locais. O desfecho como é conhecido, é a mudança do patrimônio local de mãos e o

endividamento do Estado local, que torna impossível qualquer política de investimento produtivo.

O impacto da chamada restrição externa e da política do "ande e pare" foi que, apesar dos recursos enormes angariados, impediram os governos Lula de conseguir retomar taxas de crescimento econômico, capazes de se expressas em mudanças estruturais duradouras. Mesmo ao comparar o país com outros, dos chamados BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, África do Sul), o resultado não foi significativo. A evolução do rendimento real pago ao trabalho continuou desanimador e as flutuações observáveis na formação bruta real de capital fixo caminharam no mesmo sentido. É visível que, pelo modelo ortodoxo adotado, os únicos parâmetros decisivos são: (1) uma certa estabilidade de preços; e (2) a capacidade de efetuar pagamentos para de novo endividar-se.

Keynes chamou eficácia marginal de capital à rentabilidade esperada de um novo investimento. Por experiência sabe-se que a parte mais importante de um investimento é aquela que se incorpora como riqueza além do curto prazo, sob a forma de armazéns, fábricas, maquinários, estradas e outras vias de transporte. Os empresários privados só arriscam tal tipo de gasto, devido a um custo de crédito favorável, quando têm certeza que tais custos serão cobertos pelos lucros daí advindos. Capitalistas e empresários confiam mais em suas previsões, que muitas vezes são precárias, que naquela de especialistas de instituições. Isso quer dizer tanto o movimento das "marés", às vezes chamados "vai e vem da manada" ou flutuações adicionais àquelas próprias do ciclo. Daí considerar-se o governo capaz de possuir capacidade de investimento e poder

 até dever – antecipar-se ao "movimento de manada" e assegurar taxas orientadas de expansão de ramos e sub-ramos, capazes de induzir o crescimento geral.

No entanto, recorde-se, estamos no mundo da globalização e do "pensamento único". Neste contexto, o investimento na periferia, em atividades expansivas, sofre a competição predadora do "tubarão" metropolitano, que, através de um mercado financeiro interconectado, tem que assegurar para si ganhos extraordinários ali na ex-colônia. A presença desse capital de curto prazo absolutamente predador, perturba sobremaneira a política possível de investimento público local. Isto porque tal capital predador vê no recurso público amealhado localmente pelo sistema de arrecadação a garantia de seu acréscimo, a possibilidade de colheita sem fim de sua alimentação reincidente. A possibilidade local de usar-se o gasto previsto e orçamentado e o déficit induzido como fonte de expansão da capacidade produtiva ficam proibidos pela doutrina metropolitana, que demanda a entrega de tais recursos, sob a forma de superávit fiscal, para pagar as manobras mercadológicas do capital financeiro predador (externo ou disfarçado de externo). As flutuações ampliadas por essa via são a fonte alimentadora do "ande e pare", modelo recomendado pelo neoliberalismo.

Para produzir uma unidade a mais de um tipo particular de bem de capital, haveria de requerer-se a mais elevada taxa de rendimento sobre o custo previsto. Nas condições do mercado local, tal há de referir-se sempre a evoluções de consumo ali previsíveis e próprias, certamente do mundo de sardinhas, e não das necessidades tubarônicas do capital "livre", predador, interno/externo. Fazer-se de cego e surdo ante a tais características do mercado local – é na verdade – opor-se à liberdade de mercados,

fazendo a defesa do capital externo especulativo. Assim, ao nivelar todos os mercados, a política neoliberal conscientemente bloqueia a industrialização em processo nos países periféricos. Não é possível encontrar localmente uma taxa de rendimento produtivo esperada que possa exceder à taxa de juros demandada pelo capital predador.

2.2. ...É Outra Coisa

A excessiva vinculação dos bancos ao capital financeiro (interno e externo) inviabiliza no país uma das principais funções bancárias, qual seja, o aumento da oferta de crédito para baixar as taxas de juros. O próprio governo, colocando preço excessivamente alto na Selic e remunerando parte de seus títulos por contrato acima da taxa de inflação, desencadeia a corrida pela elevação sustentada da taxa de juros. Como poderia portanto o mesmo governo estimular a industrialização pela oferta de crédito barato? O único "oferecedor" de crédito barato, o BNDES, depois da gestão de Carlos Lessa, tomou o caminho da desorientação estratégica de suas atividades (ou melhor, voltou a um outro caminho estratégico...). Dessa maneira, apesar do fato de as autoridades monetárias locais serem fortes, elas não foram colocadas a serviço das políticas de industrialização, como antes era no passado, mas foram adaptadas às tarefas indicadas pelo processo externo de globalizações. Eis outro elemento, pois, a contribuir para o "ande e pare", porque a capacidade da economia local para fornecer crédito "soluça" de tempos em tempos, como outra contribuição para o padrão local de flutuações em excesso.

Todas as teorias reformadoras da postura neoclássica e clássica sobre o desempenho dos salários no movimento cíclico (ascendente ou descendente) passam

pela leitura macroeconômica keynesiana. Isto porque a teoria clássica e as reelaborações dela afins, tratam de uma visão microeconômica que é considerada não discrepar, se estendida ao nível macro. Dessa maneira, o impacto da redução de salário sobre o emprego pode ser concebido em ótica meramente do caso de uma indústria particular. A teoria keynesiana liga o aumento do emprego a três elementos: (a) aumento na propensão a consumir; (b) diminuição da taxa de juros; (c) elevação da eficácia marginal do capital.

a) A Propensão a Consumir – Esta tende a variar muito lentamente ao longo do tempo, sofrendo contudo oscilações que caracterizam o aumento do desemprego ou a queda do salário real, podendo, portanto, requerer uma política consciente de governo para contrabalançar sua diminuição, como parte de uma política anticíclica. Quando na crise o consumo se reduz, é porque está a ocorrer uma redistribuição do rendimento. Uma parte da renda que antes se destinava, ou agora se deveria destinar, aos assalariados, fica em poder de capitalistas e empresários, diminuindo o mercado. Contrariamente às crenças da ortodoxia, o mercado não pode voltar a se expandir por si mesmo quando encolhe, requerendo uma política que induza à elevação da propensão a consumir, ou seja, (1) aumento da oferta de emprego, (2) sustentação do nível, ou expansão, dos salários, e (3) aumento do crédito à produção e ao consumo. Esses três esforços caracterizam a adoção de uma pauta keynesiana para combater a tendência à recessão ou estagnação. Aquilo que os capitalistas e empresários obtém de renda extra pela contração do mercado, eleva a poupança de dada camada social tendendo, pois, a deprimir a função consumo. Como resultado, a função desenhará um PIB mais baixo. A estrutura oligopolista da

economia, no entanto, tratará de se proteger contra um crescimento menor do PIB, mantendo tão elevado quanto possível o preço de seus produtos, reforçando desse modo a tendência depressiva. Haverá, pois, uma redução dos salários maior do que a redução dos preços (caso ocorra a redução nos preços...). Aquilo que seria o mecanismo *natural* do mercado descrito na teoria clássica de a queda dos preços voltar a impulsionar o consumo, deixa de funcionar ante a observação do comportamento oligopolista no fato real.

b) Diminuição da Taxa de Juro – Em termos clássicos, o crescimento dos salários reais estaria conectado com uma baixa na taxa de juro. No contexto desde a crise internacional de 1998, essa tem sido a tendência nos países industriais. No entanto, no que se refere aos países periféricos, e, portanto, também o Brasil, o predomínio político dos grandes agentes do mercado financeiro, bancos à frente, impede o governo local de elaborar soluções próprias compatíveis com as necessidades socioeconômicas, impondo as falsidades contidas na política neoliberal. Havendo baixado os salários e se sustentado – talvez até elevado – os preços, o governo vê-se empurrado a usar o câmbio como controlador da inflação. Assim, a quantidade de dinheiro necessária não decresce, ocorrendo inflação, juros altos, e estagnação do produto simultaneamente. Mantida elevada a taxa de juros de modo artificial, para remunerar a demanda política do capital financeiro, com endividamento em excesso, a resposta ortodoxa de tornar a elevar a taxa de juros para controlar a inflação torna-se por completo irrelevante, devido ao impacto anterior na função consumo. Na prática, os excessos na quantidade de dinheiro assim produzidos vão reforçar ativos de poupança (em grande parte externo), tornando o capital para uso local mais caro para atividades produtivas (ou seja, o motivo especulação sabota aqui a eficácia do capital). Portanto, a flexibilização dos direitos dos assalariados, com a redução dos custos do trabalho, é importante elemento para a manutenção ou obtenção de juros mais altos e a satisfação dos especuladores no curto prazo. Semelhante política no longo prazo pode impactar até sob o salário nominal, obtendo reduções substanciais do mesmo e tendo impacto como aumento no número de emprego. Nesse sentido, haverão de se expandir as atividades onde a mão de obra não compete com a tecnologia possível de ser utilizada. Daí que a dívida pública veja-se a crescer mais rápido do que as taxas do salário e as taxas do PIB, aumentando sua carga real para a sociedade e justificando no plano teórico as falácias ortodoxas sobre a necessidade de um superávit fiscal. O tamanho crescente da dívida pública se converte talvez no argumento oculto para manter a taxa de inflação, porque uma queda efetiva nos preços aumentaria o custo do endividamento geral no plano nominal.

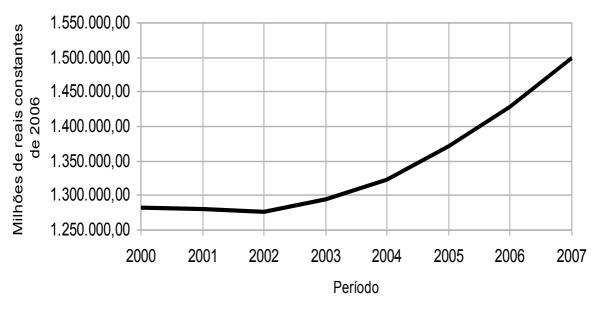
c) Eficácia Marginal do Capital – As crises recentes (1998; 2002-03; 2008-09) no centro do sistema cumpriram o objetivo de reduzir a renda real das famílias (Error! Reference source not found.), o nível do crédito e promover para isso a queda dos salários reais (e às vezes até nominais). Dessa maneira, uma quantidade maior de dinheiro concentrou-se nas mãos de capitalistas e empresários, reforçando-lhes o poder em escala mundial, particularmente através de poder adicional nos países periféricos (vide África do Sul, Rússia, Argentina, China, Brasil, etc.). No caso da periferia, a sucessão das crises não provocou uma rebaixa única no nível dos salários reais. Além da baixa atingir também os salários nominais, tal se deu com

uma sucessão de descidas de degrau entre 1979 e 2009. Esta verdadeira rampa de rebaixa salarial esteve ligada a um movimento de empobrecimento estrutural da periferia, expresso pelo: (a) processo de endividamento da "crise do petróleo"; (b) luta pelo "pagamento" de semelhante dívida com taxas flutuantes (!); (c) sucateamento do processo de industrialização da maioria dos países periféricos; e (d) viragem local de uma economia em industrialização para uma economia de serviços. A baixa taxa de salário, num keynesianismo às avessas, levou à hegemonia os setores de serviço nos países que viram bloqueada sua industrialização. Uma poeira de pequenas empresas levantou-se da queda da industrialização para ocupar parte da enorme mão de obra disponível em atividades de baixa remuneração. Paradoxalmente, nesse contexto, os representantes locais do capital industrial não se sentem seguros ou interessados para efetuar aí investimentos produtivos de grande monta. Gera-se uma expectativa de novos decréscimos da renda real dos consumidores e a suspeita que a expansão da capacidade produtiva talvez não venha a alcançar o seu momento máximo (por exemplo, no Brasil, a capacidade ociosa da indústria é em média 20%). Assim, salários que "descem escadas" são desfavoráveis à eficácia marginal do capital, por fazer repousar sobre o crédito ao consumidor o futuro de todas as atividades expansivas. Pode-se, portanto compreender o traço keynesiano de uma política de elevação do salário mínimo particularmente num ambiente severo das crises entre 1998 e 2009. A elevação do salário mínimo foi usada como expediente aliviador, no lugar da adoção de fato de um conjunto coerente de políticas keynesianas ou estruturalistas similares.

Nos dezesseis trimestres do primeiro governo Lula (2003 – 2006) foram nitidamente negativos três: o primeiro de 2003 (-1,2%); o segundo de 2003 (-0,1%); e o terceiro de 2005 (-1,2%). Não se pode vincular, é óbvio, as decisões do governo Lula o que aconteceu nos seus dois primeiros trimestres. Fazem parte das políticas de FHC, algo que os petistas qualificam de "herança maldita". Portanto, os resultados negativos do primeiro trimestre de 2005 tiveram que ser atribuídos a qualquer coisa menos à política do governo Lula. A explicação óbvia tem apenas dois elementos: (a) a economia brasileira é muito frágil, porque pequena, no contexto internacional, mantida com fatores de abertura que rapidamente absorve choques externos; (b) o investimento público, que seria o fator orientador de expansão ou propósito de reversão cíclica, é insignificante. Cabe, portanto, a reflexão se é justificada ou excessiva preocupação com o papel – suposto autônomo – das políticas econômicas aqui aplicadas.

Examinando-se o segundo trimestre de 2006, importante por ser aquele que precedeu à votação que reelegeu Lula, os investimentos diminuíram 2,2% (quando se compara com o trimestre anterior). O consumo das famílias elevou-se 1,2% (Gráfico 3), e aquele do governo 0,8%. Vê-se nitidamente aí a incapacidade do governo para exercer uma política expansiva de curto prazo, que tivesse efeito no jogo eleitoral. Contudo, a mídia o acusava de possuir tal habilidade. Ainda mais, de modo bem esquizofrênico, numerosos "analistas" se referiam à "orgia" de gastos do governo... no primeiro trimestre de 2006, os investimentos cresceram 3,7%, em comparação ao último trimestre de 2005. Acúmulos de estoque na indústria deram ao primeiro trimestre (2006) um crescimento dos investimentos de 9% (com relação a período similar de 2005). Portanto, tudo bem comportado, dentro da filosofia de ação do "ande e pare"...

Gráfico 3 - Consumo real das famílias do Brasil (2000 a 2007)



----- consumo das famílias

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografía e Estatísticas) Elaborado por: CAETANO, Nelson Alves. 2013

As razões de uma economia contida a apresentar o "voo de galinha", caracterizado por Carlos Lessa, são bastante evidentes. A persistência de uma escolha pelo modelo neoliberal atribuía ao país a mesma natureza econômica dos países centrais. Nesse caso, a aplicação de um receituário importado, ao resultar em desfechos fracassados, deixava como único diferencial a hipótese da inferioridade da população local. Ou seja, ou a estrutura é diferente, ou a população local expressa um padrão inferior. No caso em pauta, o governo brasileiro parecia (e parece) adotar a hipótese de possuir uma população inferior, que precisa ser "melhorada" para obter o "desenvolvimento".

No entanto, é visivelmente a estrutura que é inferior. Basta citar que o setor de construção civil era responsável então por 60% de toda formação de capital bruto fixo (FBCF), vide Gráfico 4. No primeiro trimestre de 2006, havia esta crescido 3,7%, e no segundo, 2,6%, números insuficientes para expressar uma política sustentada de crescimento.

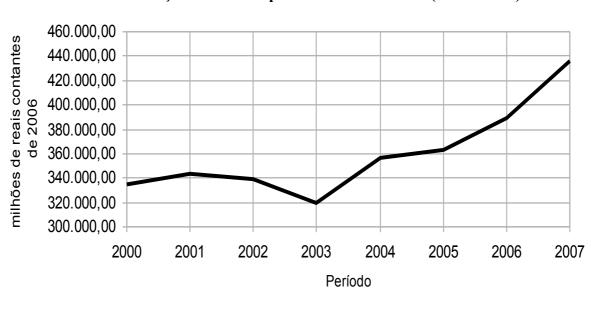


Gráfico 4 - Formação bruta de capital fixo real do Brasil (2000 a 2007)

formação bruta de capital fixo

Fonte: IBGE Elaborado por: CAETANO, Nelson Alves. 2013

2.3. O Mercado Exterior Favorável

Os analistas mais aprofundados indicavam um Real (moeda) sobrevalorizado como elemento responsável para o desempenho aquém do esperado para os investimentos. A indústria local, sem capacidade de competir lá fora, obviamente retraía seus investimentos. Em treze trimestres tinham ali as exportações

sua primeira queda. O PIB do segundo trimestre, 2006, revelava uma queda de 5,1% nas exportações de bens e serviços (quando comparado ao primeiro). O governo se desculpava que não era apenas o câmbio, mas um "conjunto de fatores". Dessa forma, ia-se comprando lá fora o que deveria estar exportando. Era inevitável observar que "o pouso suave" da economia norte-americana despertava medos e ansiedades para 2007, também nos industriais brasileiros.

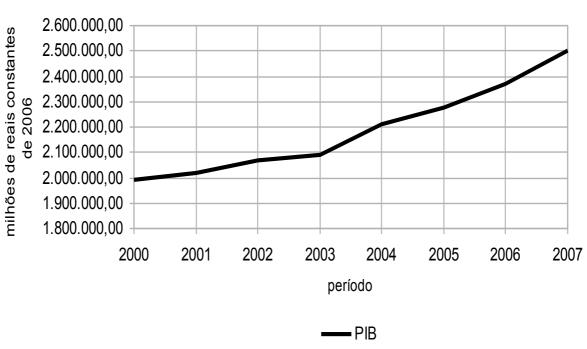


Gráfico 5 - PIB real do Brasil (2000 a 2007)

Fonte: IBGE Elaborado por: CAETANO, Nelson Alves - 2013

Em outubro de 2006, Lula enfrentou a sua disputa para a reeleição, tendo como principais opositores Geraldo Alckmin e Heloisa Helena. Esta, considerada no exterior uma candidata de extrema esquerda (!), obviamente só estava no plano interno arregimentado forças para futuras batalhas. Como principal opositor, Alckmin escolheu

uma tática prudente de não diferençar-se muito de Lula, evitando até mesmo cristalizar suas posições num programa. Lula, com habilidade, prometeu modificações favoráveis ao empresariado, conseguindo particularmente baixar a taxa de juros em setembro. Lula evitou ser identificado pelo que havia de ruim, prometendo melhoras que aparentemente seriam o desfecho natural das dificuldades enfrentadas. Podia seu governo desfrutar da divisa de Alencar, "deu tudo certo", pela conjuntura favorável do comércio internacional e seu então formidável efeito expansivo sobre a economia brasileira.

No horizonte internacional, a economia crescia a ritmo forte. No entanto, os problemas que haviam vindo à tona nas crises monetárias dos anos (19)90, particularmente as duras crises de 1998 e 2002, não haviam sido removidos. Colocarase no nível do BIS (Banco de Compensações Internacionais), dos Bancos Centrais, e do FMI, apenas uma pá de cal sobre os problemas, seguindo a expansão central, baseada sobre o setor imobiliário a toda máquina, sendo esta comandada pela especulação financeira. A partir de setembro de 2006, começaram aqui e ali técnicos da área econômica global a indicar que se aproximavam turbulências graves: que a desaceleração relativa se acelerava para absoluta, etc. O diretor-executivo do FMI, Rodrigo de Rato pontuou: "os desequilíbrios mundiais aumentaram e os preços de energia subiram". O fracasso da Rodada de Doha também parecia apontar para o aumento de risco da economia mundial. O déficit fiscal e em conta corrente dos EUA se contrapunham à forte acumulação de superávit na Rússia, China, e países asiáticos. Analisando a natureza potencial e as prováveis consequências do equilíbrio em marcha, não se esperava nada de bom a partir dos meados do ano seguinte (2007). No entanto,

em ano eleitoral, a última coisa que os candidatos importantes gostariam de prever era uma crise, ainda mais das proporções que aquela – então vindoura – haveria de ter.

Realizou-se no Rio de Janeiro uma reunião do G20 (setembro de 2006). Com a finalidade de (a) equacionar uma mensagem política de alto nível capaz de esconder eficientemente o fracasso de Doha; (b) efetuar alguma concessão de redução dos subsídios às exportações dos excedentes agrícolas dos países industriais, para manter viva a negociação subsequente.

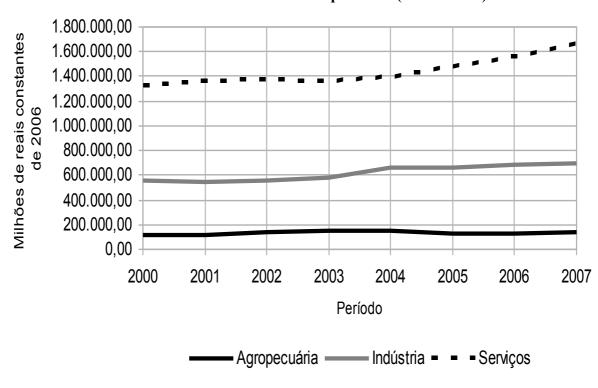


Gráfico 6 - Valor real adicionado por setor (2000 a 2007)

Fonte: IBGE Elaborado por: CAETANO, Nelson. 2013

O contexto interno de inflação baixa retirava dos grupos do mercado financeiro sua principal arma de terror contra o governo, dando ao processo eleitoral o caráter de uma reeleição "com favas contadas". O regime de metas da inflação ficava

assim com seus efeitos políticos esvaziados. O economista Octavio de Barros (diretor de pesquisa e estudos do Bradesco) dava uma entrevista (08-09-2006), em que afirmava:

"... há um amplo conforto em relação à meta deste ano. O BC não precisa tomar riscos em termos de atividade."

A previsão de Barros era que em 2007, o BACEN iria continuar o processo de redução dos juros:

"Não podemos descartar um processo longo de redução dos juros sujeito a algumas interrupções. Mas sem grandes riscos para a (taxa de) inflação, portanto do crescimento próximo ao potencial da menor inércia inflacionária, do patamar esperado para taxa de câmbio e da folga, em termos das contas externas nos próximos trimestres"

Esta tranquilidade dos bancos tinha que ser também a tranquilidade do Banco Central, de Lula, e do desfecho eleitoral. A consideração do BACEN sobre a conjuntura entendia que o emprego, o crédito, e a renda continuariam a se expandir nos meses seguintes. A demanda, assim, estaria impulsionada pela queda de juros, os gastos do governo, e o aumento do salário mínimo. De julho a julho (2005 – 2006), a inflação medida pelo IPCA fora 3,97%. O mercado, contudo, havia projetado que a mesma fosse 5,7% para tal período. Daí a opção do governo por uma redução na taxa de juro.

Também no exterior, a expectativa era que a fase de expansão que os EUA vinham tendo tivesse um pouso suave. Havia então começado a queda do setor imobiliário norte-americano, de modo preocupante, a uma taxa anualizada de cerca de 20%. De certo, desde a crise de 1998, havia-se vendido imóveis para quem não podia resgatar a dívida. O preço dos imóveis caía, mas a política das imobiliárias o mantinha

artificialmente alto, alimentada pelo crédito fácil. Mas os analistas despreocupavam-se devido à elevação dos salários reais dos trabalhadores, que vinha crescendo a uma taxa de quase 4% ao ano. Assim, era esperado que o desaquecimento do setor imobiliário se visse no consumo compensado pelo mercado de trabalho. A interpretação de que o desaquecimento imobiliário não contaminasse outras atividades era otimista, como mais tarde os fatos obrigaram a verificar. No entanto, a mídia e a opinião pública preferem mais a leitura otimista que aquela pessimista.

A PNAD de 2006, ano eleitoral, apresentava dados que não prejudicavam a expectativa do desempenho do primeiro governo Lula. 70,4% das casas em 2005 tinham acesso à rede de esgoto. 97,7% dos domicílios estavam ligados à rede de força elétrica. Demonstrando certamente uma expansão do mercado de trabalho, o trabalho infantil aumentara após 13 anos. A explicação do IBGE era que as crianças na área rural eram utilizadas como mão de obra das atividades de subsistência, quando havia, portanto demanda dos adultos por atividades remuneradas. Na faixa etária de 5 a 9 anos tinha-se que 1,6% das crianças trabalhavam. A maioria, 91,3%, estava em atividades não remuneradas ou na agricultura de subsistência. Na faixa de 10 a 14 anos, 10,3% das crianças trabalhavam. A maioria delas, 71,2%, via-se em agricultura de subsistência ou atividades não remuneradas. Quanto aos jovens de 15 a 17 anos, 30,3% trabalhavam. Ocorria aqui uma mudança: 67% já estavam em atividades remuneradas.

Os técnicos do IBGE interpretavam que a crise nas atividades agrícolas levava às crianças a trabalharem mais cedo, pela necessidade de a família aumentar a produção de suas glebas. O governo interpretou este fenômeno como indicador para

flexibilizar as estratégias dos programas Bolsa-Família (PBF) e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Estimava-se que as famílias com crianças em idade escolar na área rural iriam preferir receber 95 reais do Bolsa-Família à 75 do PETI. Como o PBF não exigia o controle do desempenho escolar das crianças fora da sala de aula, o PETI era visto pelos interessados como menos atraente. As autoridades reconheciam que era difícil fiscalizar crianças fora do horário de aula em feiras, camelódromos, etc. Ou seja, a participação da família era indispensável para garantir a presença das crianças na escola.

Dessa forma, o "aquecimento" da agricultura familiar requeria um reforço do investimento social na área rural para proteger a infância. Os dados do trabalho infantil àquela altura apenas começavam a ser desvendados. Quanto ao exame dos rendimentos do trabalho, os especialistas consideraram 2005 como o primeiro ano a apresentar efeitos positivos desde uma década. Os rendimentos nominais do trabalho haviam aumentado 4,3% em 2005, com relação a 2004. No gráfico, pode-se apreciar que a posição nominal de 2005 se situava num patamar do começo do Plano Real (1994), aproximadamente.

2.4. Sucesso da Primeira Administração

período

Gráfico 7 – Rendimento Nominal Médio da População Brasileira com mais de 10 anos – 2001 a 2007

rendimento nominal médio mensal

Fonte: PNAD/IBGE Elaborado por: CAETANO, Nelson Alves. 2013

O governo mostrava-se satisfeito com o resultado do PNAD, que indicava não só uma recuperação da economia a partir de 2003 (administração Lula), como o fim de uma década de perdas sucessivas da renda do trabalhador. Era a primeira expansão desde 1996. O rendimento ainda era 15,1% inferior àquele de 1996 (948 reais), mas a inversão da tendência (vide Gráfico 7) podia ser justamente comemorada. O *stop and go*, que não era simplesmente um efeito do governo anterior, havia feito cair o rendimento a uma taxa anual de 1,12% até 2005. A recuperação demonstrava uma economia mais equilibrada e com uma pequena tendência ao crescimento, que podia ser comemorada. O efeito combinado dessa recuperação do rendimento e dos fundos

repassados pelo PBF certamente melhoraram a posição de renda das famílias, que se expressou naquele período.

De 1993 a 2005, o índice de GINI caíra de 0,600 para 0,544, um resultado bastante promissor naquele momento para julgar o impacto das políticas sociais do governo Lula. O número de pessoas ocupadas havia crescido naquele ano (2005) 2,9%, ou seja, mais de 2,5 milhões de vagas. Recordemos que na campanha eleitoral, Lula paz e amor havia prometido criar 13 milhões de empregos, motivo de riso naquela ocasião, mas que agora se aproximava assustadoramente de uma hipótese a tornar-se uma realidade. É bem verdade que o aumento do número de empregos se fazia a um rendimento mais baixo e a garantias no trabalho flexibilizadas. No entanto, essa havia sido a política de emprego gerada desde a ditadura, que se mostrara capaz de acompanhar uma política de crescimento com a renda concentrada, mas com grande parte da força de trabalho empregada. As ideias neoliberais nos governos Collor e FHC, contrariaram essa escolha. O governo Lula, portanto restaurava o velho esquema, embora consciente do desemprego estrutural que no país afetava a população economicamente ativa (PEA).

A política do governo Lula confiava, portanto numa elevação sustentada ou periódica do consumo privado, disposta mesmo a usar para tal a arma do crédito a ambas as pontas (financiamento ao produtor e ao consumidor). Mais adiante, na crise de 2008, cujos efeitos seriam minimizados no discurso de Lula com a famosa frase da "marolinha", o governo retomaria um conjunto de medidas muito mais próximo das políticas keynesianas, mas apenas como defesas conjunturais, por exemplo: redução dos

impostos sobre o consumo, aumento do crédito aos consumidores dos bancos públicos, liberação de dinheiro do Banco Central, redução da taxa de juros, etc. É importante observar que o recurso a tais expedientes anticíclicos durante o aguçamento da crise revela a consciência que os elaboradores da política econômica do governo têm da política econômica geral que vem adotando, de corte neoliberal. Se a mudam aqui e ali durante o período agudo da crise é porque sabem da sua ineficiência, no que se refere a ajustar-se à realidade.

Enquanto isso, o governo prosseguia na sua política de trocar a dívida externa pela interna. Quando o governo emitia um título interno de endividamento, uma vez que o juro brasileiro era dos mais elevados, ele pagava um custo de dívida mais alto para resgatar esse título do que seria o caso, com uma taxa de juro externa. No entanto, o governo estava a preferir ampliar o endividamento interno no lugar do externo, por razões óbvias: (a) livrar-se do impacto da dívida externa sobre o câmbio; (b) ter maior independência política em relação às pressões externas; (c) com menor oscilação do câmbio, maior controle sobre o ritmo da inflação doméstica.

Naquele momento (2006), a dívida interna alcançava 50% do PIB (vide Gráfico 5, pág. 68). Era menor do que em 2002, quando chegou a 60%. Mas não era um valor pequeno. O superávit primário era entendido pelo governo como um elemento de estabilização da taxa de juros, porque diminuía o risco dos papeis domésticos. Encontrava-se o mesmo, à época, fixado numa meta de 4,5% do PIB. O montante dos juros da dívida interna que se deveria pagar então era da ordem de 8% do PIB. Discutiam os especialistas se a dívida interna não constituía um peso excessivo

impeditivo da adoção de política de crescimento. Outra crítica importante era que o endividamento interno, expandido para substituir o endividamento externo, na verdade só o substituía temporariamente, no médio prazo. Para essa visão crítica, ambas as formas de dívida tenderiam a caminhar de forma independente logo em seguida, pois o endividamento interno, ao exigir juros internos elevados, empurrava o aumento do endividamento externo, o qual obviamente poderia continuar a se fazer a juros mais baixos.

O governo aplicava uma política de reduzir a taxa Selic às vésperas da eleição (setembro de 2005 - setembro de 2006). O juro continuava exercendo forte pressão sobre o total da dívida, como reconheciam membros do Banco Central e do Tesouro Nacional. Daí que a preocupação de ambos fosse o alongamento do perfil da dívida pública, com a busca da troca de títulos e uma tentativa de concentração em títulos prefixados. O sucesso dessa política poderia reduzir as flutuações no processo da dívida interna. Alimentados pelo endividamento público, os lucros dos bancos continuavam a crescer vigorosamente. O governo não conseguia impor aos bancos um juro bancário menor com a política de redução da Selic. O juro do cheque especial e do empréstimo pessoal continuava elevado. Isso prejudicava a busca governamental pelo aumento do consumo, mas não prejudicava os crescentes ganhos da rede bancária. Também, manipulações dos bancos chamadas "planejamento tributário" faziam reduzir as despesas das instituições financeiras com o Imposto de Renda e com a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Embora o Imposto de Renda protestasse à época, não foram tomadas medidas para checar em que consistia o referido planejamento tributário.

O governo procurava reforçar o consumo de materiais da construção civil com um novo pacote para criar credito consignado habitacional, gerando um financiamento de 4,5 bilhões de reais até 2007. O objetivo era reduzir as prestações da casa própria e o pacote compreendia: (a) juros – a possibilidade dos financiamentos para compra de casa própria ser feito à uma taxa fixa com juros pré-determinados; (b) desconto dos salários – os descontos em folha poderiam alcançar 30% da renda; (c) internet – criar-se-ia um portal no internet para cadastramento de interessados na compra de imóveis e fornecimento de uma lista de habitações à venda; (d) construtoras - a Caixa Econômica Federal (CEF) iria ampliar o financiamento para as construtoras em 1 bilhão em 2006 e 3,5 bilhões em 2007; (e) linha de crédito - o BNDES criaria duas novas linhas de crédito, respectivamente para construção de moradias para trabalhadores de empresas que financiassem a ampliação de suas fábricas pelo banco; e a outro para empresas da construção civil que apoiassem a inovação tecnológica; (f) redução de imposto – redução do IPI de 10 para 5% para equipamentos residenciais na faixa de construção como sanitários, chuveiros, pavimentos, etc.; (g) micro e pequenas empresas – às construtoras de pequeno e médio porte se concedia que se enquadrassem na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, com redução de imposto e custos operacionais.

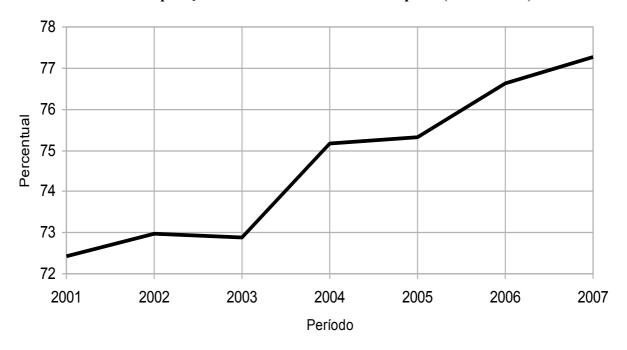
O ministro Guido Mantega, da Fazenda, comentava que a prestação de financiamento para compra da casa própria iria se aproximar de um aluguel com um valor entre 0,6% a 1% do valor do imóvel. A adoção desse pacote a 19 dias da eleição foi visto com irritação pela oposição. No entanto, ao se efetivarem os elementos da proposta, é evidente que se constituía uma nova oportunidade para expansão do crédito

imobiliário e da construção residencial com fins sociais. O presidente Lula compareceu ao programa de lançamento, que por certo lhe traria benefício eleitoral.

 $\rm Em~2005,$ os jovens representavam apenas 25% da PEA (a evolução geral pode ser acompanhada no

Gráfico 8, mas segundo pesquisa do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos) 45,5% do total dos desempregados compreendia jovens entre 16 e 24 anos. A pesquisa cobria apenas Distrito Federal e as regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, e Recife. Dos 3,241 milhões de desempregados nessas regiões, 1,473 milhão tinha até 24 anos. A explicação seria em parte a baixa oferta de postos de trabalho e em parte uma certa inércia que se criaria, após as primeiras tentativas de obter emprego. O DIEESE fazia uma leitura que a falta de oportunidade para os jovens se devia à resistência das empresas para empregar trabalhadores menos experientes. Em São Paulo, por exemplo, a taxa geral de desemprego era de 11,9%, para maiores de 25 anos e 29,89% para jovens entre 16 e 24 anos.

Gráfico 8 - População Economicamente Ativa ocupada (2001 a 2007)



População economicamente ativa ocupada

Fonte: IBGE

Elaborado por: CAETANO, Nelson Alves. 2013

2.5. A Busca Por Uma Sintonia Fina

Os especialistas encaravam que só um crescimento econômico elevado poderia favorecer uma tendência de pleno emprego para a juventude. Para esse fim a taxa de crescimento do PIB deveria permitir a contratação da oferta anual de força de trabalho, mas também reduzir o número de desempregados deixados anteriormente em reserva. A pesquisa indicava uma dificuldade dos jovens ocupados em combinarem estudo e atividade profissional. Isso certamente contribui para o desemprego de jovens que ainda projetam voltar a estudar. Para o estudo, jornadas pesadas de trabalho afastam o jovem da escola. Na maioria das regiões pesquisadas os jovens só conseguem trabalhos próximos às 44 horas semanais, que é o limite de carga legal. A menor jornada

média encontrada foi em Belo Horizonte (39 horas), o que o DIEESE considerou na pesquisa não compatível com uma oportunidade para continuar os estudos. O menor salário médio encontrado era o de Recife (318 reais) e o maior era o Distrito Federal (573 reais), a média em São Paulo era 570 reais, no mesmo período.

Apesar dessas dificuldades, o emprego industrial havia crescido 0,3% em julho (com relação à julho de 2005) depois de nove meses de queda. Em relação a junho do mesmo ano, a expansão também fora de 0,3%. Havia, portanto, a prevalência de um crescimento negativo no emprego industrial durante aquele ano de eleições. Uma queda de 0,26% nos postos da indústria em São Paulo fora detectada pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). O avanço de emprego se dava em setores que usam mais intensivamente mão de obra, como alimentos e bebidas (6,6%) e nos setores dessas atividades voltados para a exportação (como açúcar, suco de laranja, refino de petróleo, e produção de álcool). Estes setores ligados a exportação tiveram um aumento de 15,2% no emprego. As flutuações do emprego não permitiam antever uma expansão favorável do emprego industrial para o conjunto do ano. A renda do trabalhador no setor industrial recuara 0.2% em julho (comparado com junho).

A política do governo Lula havia sido, desde sua posse em 2003, sustentar o modelo neoliberal deixado pelo seu antecessor, mas introduzir uma política de crédito ao consumo mais flexível. Tinha como ministro da Fazenda Palocci e no Banco Central Meirelles, mas no médio prazo, apesar dessa opção conservadora, havia obtido sim certo efeito desafogador para a população de mais baixa renda, com suas políticas de financiamento de imóveis, de compras da chamada linha branca, de equipamento

residencial, de estimulo a empregos menos qualificados, etc. Dessa forma, as coisas se tornavam muito mais complicadas. Por exemplo, os aposentados, devido a política de achatamento da renda previdenciária, tinham que continuar a trabalhar. Em 2003, 4,5 milhões deles trabalhavam. Nos anos seguintes, o número aumentou. O Brasil, já nesse período, tinha uma população que tendia ao envelhecimento, e as garantias sociais eram eliminadas ou flexibilizadas em função das difículdades do processo de endividamento, com perda da eficiência econômica. O governo de fato não enfrentava tais problemas, como se diz na gíria, "empurrava com a barriga". Podia-se assim perceber que a versão de modelo neoliberal aplicada pelo governo Lula era mais flexibilizada do que aquela de FHC. Sem hostilizar abertamente o seu discurso anterior à "Carta dos Brasileiros", Lula seguia o caminho do liberalismo pragmaticamente, para obter apoio das forças dominantes dentro e fora do país.

Uma ação característica dessa política de jogo duplo foi o afastamento do governo da subserviência ao FMI (Fundo Monetário Internacional). Embora a adotar-se a absurdidade dos superávits primários, da responsabilidade fiscal, e outras piadas neoliberais, Lula tratou de diminuir a pressão do FMI através de uma escolha por saldar o débito do país com aquele organismo. Isso permitia uma maior independência na elaboração das táticas de aplicação do modelo neoliberal, como se apontou neste texto, e tratar igualmente os diagnósticos do FMI não como regras obrigatórias, mas como interpretações provisórias e auxiliares ao próprio discurso da Fazenda e do banco central local. Por exemplo, o FMI estranhava a teoria divulgada pelos especialistas do Governo que adotavam uma proposta de política fiscal anticíclica (economizar no crescimento para fazer superávits primários menores na crise). No entanto, em virtude da nova

posição alcançada pelo governo, não podiam impor a sua própria versão de superávit fiscal como faziam antes.

A complexidade do jogo político-econômico do governo Lula provocou durante todo seu curso críticas desencontradas, crendo alguns haver uma ala keynesiana no governo que enfrentava ali uma ala neoliberal. Outros, contudo, preferiam ver simplesmente táticas acrescentadas à rigidez neoliberal, que permitisse ao governo uma flexibilidade capaz de materializar um grupo de objetivos discordantes dos efeitos obtidos na política neoliberal. Admitida essa segunda hipótese como uma interpretação que fosse correta, recebia ela crítica de que os resultados de semelhança esperteza eram de tal forma magros que poderiam melhormente ser alinhados como demagogia ou populismo do que resultar em obtenção de objetivos diferenciados.

As metas sociais pareciam, portanto, ficar pouco visíveis. No entanto, não se pode negar o sucesso do Programa Bolsa Família, seja no primeiro, seja depois no segundo governo Lula, de modo que houvesse o mesmo chegado a atribuir a tais governos um perfil diferenciado ao longo das políticas sociais brasileiras. Pode-se dizer que embora houvesse uma preocupação do presidente Lula em "jogar para plateia externa" com afirmações brilhantes ou bombásticas ("o Brasil não é mais coitadinho"; "o que vem aí é uma marolinha"; etc.) havia de fato uma diferença entre a orientação ou estratégia de seu governo e o enquadramento neoliberal nas administrações precedentes (Collor, Itamar, FHC).

Enquanto a economia internacional caminhava para uma grande flutuação (crise de 2008 - 2009) sem haver resolvido os graves problemas de crédito e financiamento das crises precedentes (crise de 1998 – 1999; crise 2001 – 2002), o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) reclamava de que as crises periódicas prejudicavam as políticas de combate a miséria nas áreas subdesenvolvidas. No entanto, tal banco nada falava sobre a gênese da financeirização das políticas do comércio internacional, nascida na economia central e exportada sob a forma de periódicas crises cambiais e monetárias para os países ditos periféricos. É evidente que os financiamentos para o combate do nível de pobreza eram engolidos pelas oscilações periódicas do comércio internacional, através das crises cambiais e escassez de capital nos países mais pobres. Havendo tais dificuldades nascido do predomínio das empresas financeiras e de suas taxas crescentes de lucro nos países centrais, recomendar para os governos das periferias medidas para escapar dos efeitos das flutuações mostrava-se um discurso inútil. A escassez de capital é que levava os países periféricos a buscar recursos nos países centrais, apresentando taxas de juros locais excessivas. A fuga de moedas fortes nas crises financeiras subsequentes só faziam tais países cair no endividamento crescente, como a escassez ainda maior que aquela anterior que o levara a elevar o juros. Tratava-se portanto de circulo vicioso. Somente uma política contrária a isto elaborada pelos países centrais poderia alterar o desfecho verificado de crise após crise. Uma vez que nem os organismos internacionais, nem os governos centrais ousavam elaborar políticas que contrariassem os grandes grupos internacionais e financeiros no seu jogo pelo lucro máximo, pouco se poderia fazer com os governos periféricos do sistema. Nesse sentido, uma crítica ao desdobramento tático do governo Lula, que jamais ousou se afastar dos interesses do capital externo de curto prazo, indica a incapacidade também aqui verificadas de se intentar a adoção de uma política que fosse diferente.

Segundo alguns especialistas, esperava o governo Lula um momento favorável para gradualmente descolar-se das imposições de curto prazo do mercado financeiro internacional. É evidente que tais condições – se é que podiam existir – nunca se deram e o governo viu-se talvez obrigado a retomar o caminho de um crescente endividamento externo, apesar do forte movimento de endividamento interno. O governo Lula certamente guardava uma expectativa de gradual controle da taxa de inflação, com estabilização dos gastos públicos e aumento do superávit fiscal, como resultado de uma mudança de postura do setor empresarial, o qual segundo tais esperanças, enxergasse uma nova oportunidade de crescimento do país. Na verdade, desde havia muito, o setor empresarial não se alimentava de perspectivas para um crescimento a ritmo elevado ou sustentado. Todo aquele que participasse de um certo nível de elaboração das políticas empresariais ou da logística pública a elas destinada, conhecia o horizonte de "voo de galinha" com que o empresariado doméstico vinha analisando o potencial expansivo. O "ande e pare" (stop and go) estava sempre suficientemente entranhado no setor empresarial para não fazê-lo mais acreditar em movimentos locais descolados das efetivas demandas externas. Na verdade, desde os anos (19)80, o empresariado deixa de lado a hipótese de um voo solo no crescimento econômico local, adotando em seu lugar uma visão de complementaridade dentro da política internacional de globalizações.

A expectativa do Lulismo era, dentro dessa premissa, falsa. O empresariado não se descolaria de sua faixa de investimento entre 17 e 19% do PIB, nem o governo teria forças, devido o seu grau de endividamento, de contribuir com mais de 1 ou 2% do PIB no investimento seguinte. Dessa maneira, de onde viriam os 10 ou 20% restantes demandados para obter uma evolução de crescimento sustentado? Tratava-se meramente de um sonho, desprovido de vínculos na realidade e que podia ser alimentado por um bloco político oposicionista de pequenas dimensões, mas que dificilmente pode ser compreendido se atribuído a uma força efetivamente no poder. Não havendo assim a hipótese de um empresariado local a mudar de atitude, não haveria de se crer na hipótese de algo diferente do famigerado "voo de galinha". Uma melhoria substancial do comércio exterior foi obtida nos dois governos Lula particularmente no primeiro – pela crescente demanda chinesa por matérias primas, com o impacto favorável que elevou substancialmente os preços das mesmas. Isso, obviamente, não despertou o "espírito animal" do empresariado local nem substituiu a montanha faltante dos seus investimentos. Quando muito, isso se insere na afirmação do vice presidente Alencar, "deu tudo certo".

2.6. Dívida e Crescimento

Em 2003, quando Lula assumiu o país, pouco podia fazer pela dívida externa ou pela dívida interna. Disse à época (2003) o economista-chefe do FMI Kenneth Rogoff:

"A dívida doméstica é grande. A dívida externa é muito alta. Esses problemas não desaparecem da noite para o dia e continuarão absorvendo uma parcela dos crescimentos nos próximos anos. É preciso ter um crescimento sustentável para diminuí-los em relação ao PIB, a menos que o país adote medidas mais radicais."³⁶

Ou seja, o que se tem de dívida interna ou externa absorve uma parcela do crescimento possível da economia. O próprio economista-chefe não fechava a porta a "medidas mais radicais". Quer dizer, em sua cabeça havia um outro modelo econômico, que não fosse neoliberal e que poderia haver sido escolhido, ou ainda ser escolhido à aquela altura pelo governo Lula, trazendo consigo medidas mais radicais do que simplesmente sujeitar-se ao juros elevados e à prática do superávit primário.

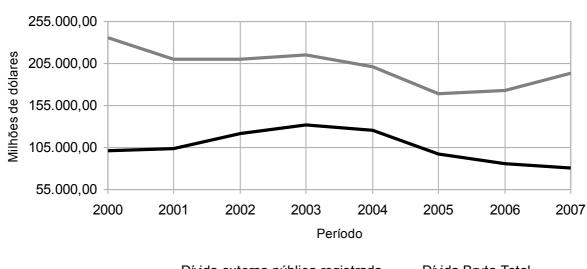


Gráfico 9 - Dívida brasileira (2000 a 2007)

■ Dívida externa pública registrada —— Dívida Bruta Total

Fonte: Banco Mundial **Elaborado por:** CAETANO, Nelson Alves. 2013

No primeiro governo de Lula ainda houve uma tentativa de desbloquear as numerosas barreiras internas ao crescimento que foram estabelecidas durante os anos

_

³⁶ In ROSSI, Clóvis. Sigamos a ordem do FMI. Jornal Folha de São Paulo – Caderno: Opinião. 20/09/2013. [Link: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2009200304.htm]

(19)80 e (19)90, como resultado do processo de pagamento das parcelas da dívida externa. Durante esse processo, o FMI impôs ao Brasil uma sucessão de barreiras para impedir o crescimento do investimento interno, sob a alegação que os mesmos se constituíam despesas – e, portanto desequilibravam orçamentos no nível micro – e não investimentos produtivos. Isso era um absurdo (e é), em um país onde então 40% do PIB era criado pelas empresas públicas. O governo Lula procurou liberar com o FMI o financiamento das metas sociais fora das restrições resultantes do processo de subordinação econômica. O interesse do FMI obviamente não era a melhoria da área das políticas sociais do governo, mas simplesmente que o governo canalizasse os recursos disponíveis para obras de infraestrutura, como estradas, portos, aeroportos, armazéns, etc., com a finalidade de facilitar crescente saída da produção física do país, é claro, ao mais baixo preço possível.

O gigantesco crescimento do comércio exterior chinês nos anos (19)90 e (20)00 levou ao desapontamento, para os interesses externos, da elevação dos preços da matéria prima ("tudo deu certo"). Nessa conjuntura, a influência do FMI dentro das decisões do governo perdeu espaço, permitindo uma autonomia maior, que foi decisiva no segundo governo Lula para as escolhas no modo de combater a crise de 2008-09.

A melhora da posição da balança comercial (BC) e do balanço de pagamentos (BP) contribuiu certamente para uma flutuação menos desfavorável do poder de compra dos consumidores brasileiros, embora no longo prazo do período a renda real do trabalho continuasse em tendência decrescente. A flutuação do rendimento nominal, em parte devido às melhoras pontuais do comércio exterior,

aumentou o consumo interno e respondeu favoravelmente, portanto, à expansão do crédito e dos financiamentos. Esse processo de gradual melhoria para o consumo e o trabalho só seria interrompido em meados de 2008, na chamada crise de 2008, mas que de fato se iniciara em setembro de 2007.

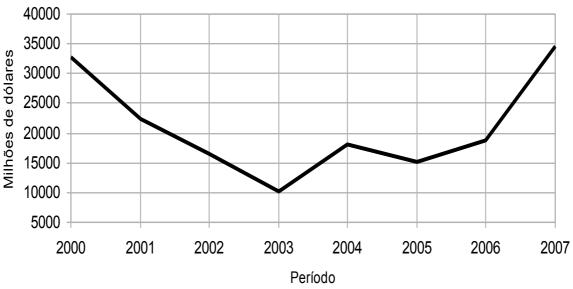
O ano de 2004 continuou marcado pelo forte processo de flutuação caracterizado pelo ande e pare. No entanto, examinando os indicadores de então, observa-se uma queda nos juros e a lenta recuperação da economia. Durante todo esse período de recuperação relativa do primeiro governo Lula, os recursos da dívida pública financiaram as atividades do governo. Dessa forma, os bancos permaneceram aplicando boa parte dos seus recursos no mercado de títulos públicos e não se esforçaram para ampliar a concessão de empréstimos aos seus clientes. A política do Banco Central não apresentava traços de interessar-se pela mudança de atitude na atuação dos bancos privados. O governo, para baixar a taxa de juros, utilizou o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, não chegando a apresentar uma política agressiva de ampliação de crédito ou de compulsão do sistema bancário privado para operações de crédito. Ou seja, o governo insistiu na política de elevados recolhimentos compulsórios.

O desinteresse dos bancos privados pela ampliação do crédito é para nós o que explica no período o baixo volume de crédito que se verifica. Uma postura diferente teria levado a um crescimento maior da economia. O microcrédito, por exemplo, indicado pelo governo federal aos bancos afetou apenas 2% do dinheiro depositado em contas correntes. O governo também não possuía à época um balanço consolidado dos programas que utilizava. Dessa forma, não podia avaliar os impactos

resultantes de suas escolhas na política bancária ou tão pouco de mencionar quantitativamente o tamanho das mudanças que devia em seguida operacionalizar. O mesmo não se poderia dizer dos bancos privados. Estes tinham seu planejamento financeiro bem regulado, a ponto de aplicar mais em títulos públicos, mesmo com a eventual queda da taxa Selic.

Nos três primeiros anos do primeiro governo Lula, os investimentos foram canalizados para o BNDES, afetando empréstimos ou aquisição de participação em empresas. O economista Carlos Lessa, tornado presidente do banco, redirecionou suas atividades dentro da ótica do neo-desenvolvimentismo, procurando aumentar a participação do mesmo na política efetiva de crescimento. Para ele, a ótica de planejamento do desenvolvimento havia sido perdida nos anos (19)80 e o banco deveria voltar a apoiar um empresariado que se comportasse de maneira expansiva, com metas para a economia doméstica. A opinião geral dos representantes dos sindicatos patronais era que esse novo planejamento deveria ser desenvolvido sem centralizações, mas em diálogo com os setores empresariais produtivos. Gradualmente, durante o governo Lula, o banco avançou de maior financiador de longo prazo do país para a posição de principal banco de investimento da América Latina e logo depois do mundo. Os seus fundos vinham em grande parte do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e outra parte do recebimento dos empréstimos anteriormente concedidos. Uma parcela menor advinha de captações no país e no exterior.

Gráfico 10 - Investimento estrangeiro direto no Brasil (2000 a 2007)



Investimento estrangeiro direto

Fonte: Banco Central do Brasil **Elaborado por:** CAETANO, Nelson Alves. 2013

Como premio das medidas conciliatórias e favoráveis ao modelo neoliberal, o primeiro governo Lula viu ascender fortemente as entradas de capital externo, acompanhando o movimento internacional de fusão e aquisições que caracterizam a globalização. Só no ano 2007, estimou-se uma entrada de capital estrangeiro da ordem de 35 bilhões de dólares, algo que não se verificou sequer no auge da instalação da moeda Real. Alguns especialistas, observando principalmente a forte entrada de capitais na área de serviços, duvidavam que o referido capital visse materializarem-se nos anos vindouros suas expectativas de lucro. Sugeria-se para garantir tal, por exemplo, a redução dos impostos locais, com vistas a estimular a continuidade de tais investimentos. Apesar do elevado investimento externo no setor de serviços (mais de 45%) o capital externo havia se internalizado em praticamente todas as formas de atividades econômicas neste período.

Como contraparte das entradas de capital, o país atingiu no mesmo período elevação significativa de gastos no exterior, seja para pagamento de juros, seja para atividades diversas, como turismo (vide Gráfico 11).

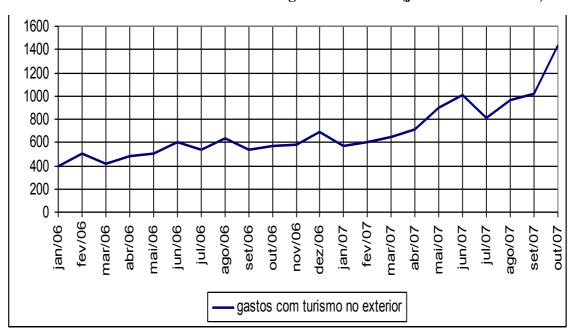


Gráfico 11 - Gastos com turismo e viagens ao exterior (jan/2006 a out/2007)

Fonte: Banco Central do Brasil **Elaborado por:** CAETANO, Nelson Alves. 2013

2.7. Nossas Ilusões

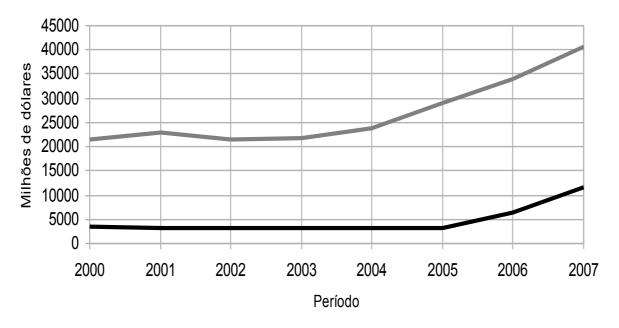
Os habitantes de países de territórios grandes e população numerosa costumam julgar que são economicamente importantes. Este é o caso da Rússia, Índia, Canadá, Brasil, África do Sul, etc. Do número do tamanho, não decorre necessariamente poder econômico. Um país grande ou pequeno necessita enriquecer pela habilidade de seus cidadãos no comércio, na produção, e na mudança tecnológica. Um país como o Brasil, cuja população anterior foi praticamente descartada ao se fundarem suas instituições, tem à partida zero vezes nada. Isso não é do nosso agrado,

mas infelizmente é assim. Os nossos sonhos de grandeza não podem ser satisfeitos por empresa ou país externo qualquer, exceto como alimentar-se de nossas ilusões. Qualquer coisa que vá ser realizada requer um montante dado de capital e o capital é, em última análise, dinheiro, ou seja, a representação de um valor que seja aceite por outrem. Só em momentos caritativos as grandes potências se interessarão pela moeda de países socialmente pobres, pois elas mal valem o papel em que foram impressas.

O capital, como nos ensinou um dia Kenneth Galbraith, é abundante porque é escasso. Ou seja, ele é abundante onde a remuneração é elevada, taxas de juros altas, lucros assombrosos, etc. E é escasso onde essas condições não se dão. Que interesse pode ter empresários, investidores, ou governo de outra nação para investir numa segunda ou terceira? Certamente, ganhos muito maiores do que teriam em casa ou no vizinho mais próximo. Assim, o custo do capital é sempre proibitivo para os países socialmente pobres e sempre insuficiente para que possam paga-lo. No entanto, não lhes resta outra alternativa do que viverem de empréstimos, entregando as riquezas que tem, que são por outras avaliadas abaixo do valor real, ao mesmo tempo em que endividam as gerações futuras. Um bebê argentino, peruano, ou brasileiro, já nasce devendo talvez uma soma que não ganhará durante a sua vida. Assim, enquanto os brasileiros se queixam do governo e produzem a ritmo de tartaruga, as potências externas levam milhares de toneladas de nossos minérios e outros bens ditos primários e nos pagam e emprestam papel pintado, que são moedas em seus países e permitem que ao menos uma parcela de nossa população lhes compre os bens e os serviços.

Dessa maneira, o governo Lula não podia fazer nada de extraordinário. Ele só podia seguir a fazer "mais do mesmo", que é o apelido que nos anos (19)80 foi dado ao "stop and go". Umas medidas aqui e outras ali para intensificar atividades em recesso, um programa mais esperto aqui e outro mais tolo ali, sem que nada que fosse decisivo ou importante se visse mexido. Sendo o PT um partido defensor da globalização e adversário das ideais nacionalistas, metamorfoseou-se como a barata de Kafka, em patriótico, e aqui e ali em nacionalista. No entanto, o exame das estatísticas demonstrava a marcha implacável para continuidade da subordinação às estratégias externas (Gráfico 12). Visualizava-se, claramente, no ano de 2005 ou de 2006, o que dizia Roubini sobre o curso na economia internacional. A crise de 1998, que não fora saneada, mas tratada com esparadrapos, prosseguia a gritar seu nome do miolo da especulação do setor imobiliário norte-americano. A desregulamentação do mercado por indivíduos suspeitos como Henry Paulson e Allan Greenspan continuava sua marcha inexorável para o desastre. A crise começaria em julho-agosto de 2007, debaixo de uma gritaria de que se tratava apenas de um balanço do veículo na estrada. Um mês depois, já ninguém podia dizer que se tratasse de uma vibraçãozinha, porque o desastre avançava rapidamente, com a queda das bolsas e a debandada generalizada desde as hostes livres do mercado. O governo Lula aproveitando-se de uma conjuntura local favorável, viu a economia expandir-se em 2007. Talvez por isso julgassem os seus especialistas o país imune à crise, que dos Estados Unidos, atingia a Europa e logo, o mundo todo. Por uns meses, viveu-se a situação paradisíaca de que se possuía uma economia com navegação própria, ao largo de marolas e marolinhas. Depois, viu-se o governo obrigado, em 2008, a preparar-se para taxas mais baixas de investimento e crescimento do Produto, chegando à grave depressão de 2009.

Gráfico 12 - Renda recebida e enviada ao exterior (2000 a 2007)



Renda recebida do exterior Renda enviada ao exterior

Fonte: Banco Central do Brasil **Elaborado por:** CAETANO, Nelson Alves. 2013

Por quê relembrar-se coisas tão tristes? Certamente, o fato de a "vaca ir para o brejo" não dependia do PT ou do governo federal, mas do papel pouco relevante da economia brasileira no cenário internacional. Na verdade, estou convencido de que não devíamos dar tanta importância à políticas econômicas que adotamos, porque elas não possuem o poder mágico que lhes atribuímos. Caso fossemos um país economicamente soberano, poderíamos praticar variantes da política keynesiana, a qual certamente corresponde melhor a um processo de crescimento que precisa ser controlado. Não nos serve o "keynesianismo" de Paulson ou de Greenspan, que enriquecem organizando a miséria alheia. Nem tão pouco o falso keynesianismo do governo inglês, que foi logo rejeitado pelos eleitores, pessoas tão sábias que preferiram o governo conservador. Tampouco nos serve a ortodoxia cruel e até estúpida dos muito

ricos que controlam o Banco Central Europeu. Todavia, quem somos nós, nas presentes condições históricas, para elaborarmos uma política econômica capaz de considerar prioritariamente os interesses brasileiros?

Capítulo 3 – O Segundo Governo Lula (2007-2010)

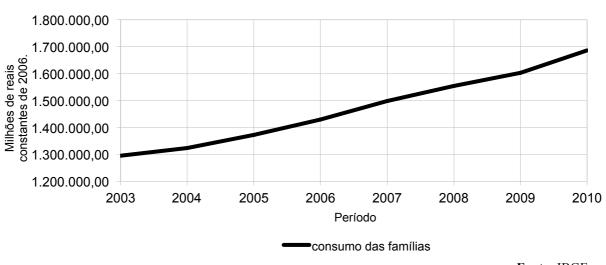
Os gráficos a seguir estão na sequência apresentada no Capítulo 2 e irão ilustrar a variação dos índices durante o segundo governo Lula. Interpretações e análises irão aparecer no transcorrer desse capítulo.

3,5 3 2,5 2 1,5 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 Período —cotação do dólar

Gráfico 13 - Cotação do Dólar - Média Anual 2003 a 2010

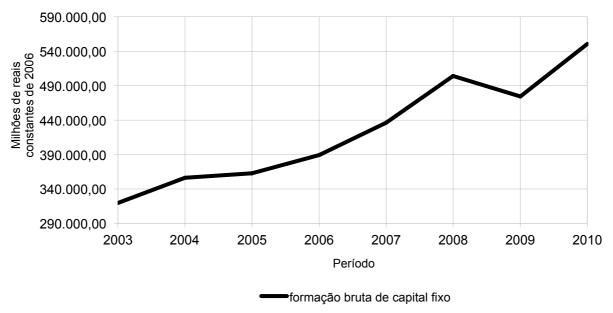
Fonte: IBGE





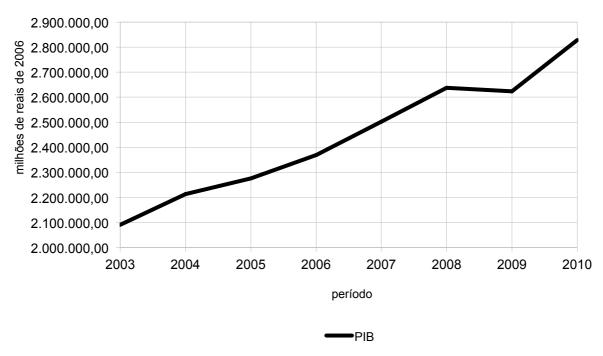
Fonte: IBGE

Gráfico 15 - Formação Bruta de Capital Fixo Real do Brasil - 2003 a 2010



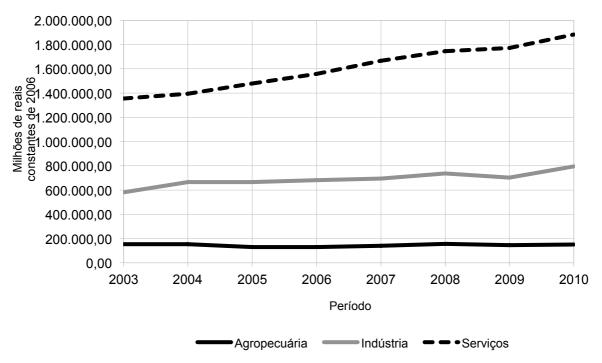
Fonte: IBGE

Gráfico 16 - PIB Real do Brasil - 2003 a 2010



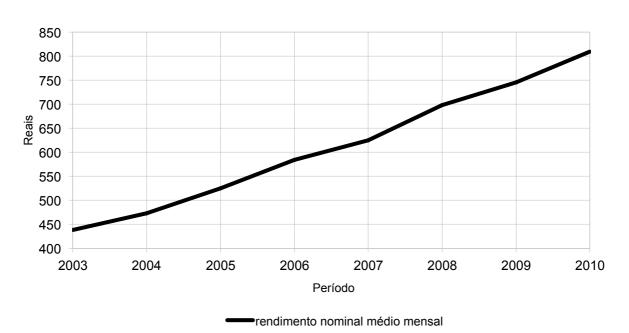
Fonte: IBGE

Gráfico 17 - Valor Real Adicionado por Setor - 2003 a 2010



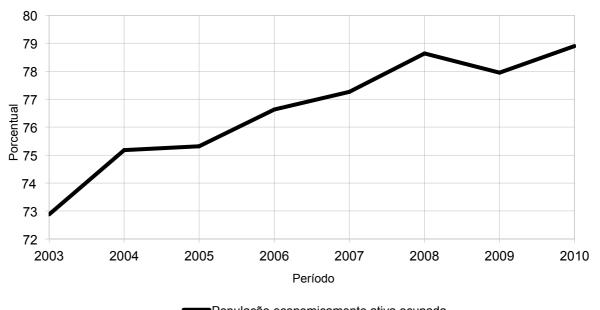
Fonte: IBGE

Gráfico 18 - Rendimento Nominal Médio da População Brasileira com mais de 10 anos - 2003 a 2010



Fonte: PNDA/IBGE

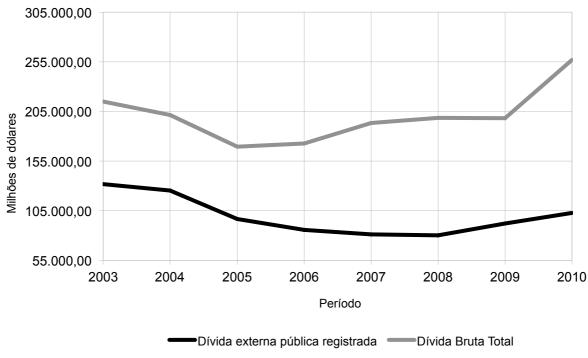
Gráfico 19 - População Economicamente Ativa Ocupada - 2003 a 2010



População economicamente ativa ocupada

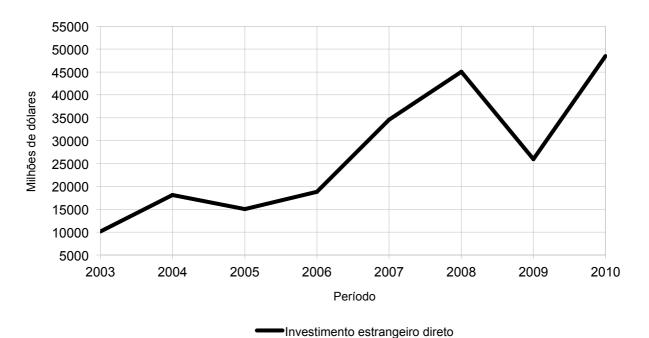
Fonte: IBGE

Gráfico 20 - Dívida Brasileira - 2003 a 2010



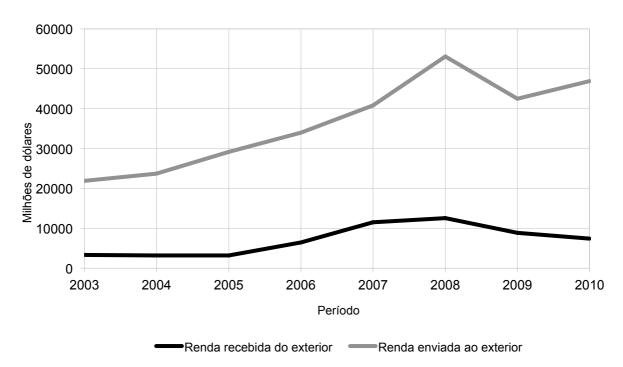
Fonte: Banco Mundial

Gráfico 21 - Investimento Estrangeiro Direto no Brasil - 2003 a 2010



Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 22 - Renda Recebida e Enviada ao Exterior - 2003 a 2010



Fonte: Banco Central do Brasil Gráficos Elaborados por: CAETANO, Nelson Alves. 2014

3.1. Efeitos Estruturais

O enorme crescimento do setor financeiro na economia brasileira deu-se a partir do colapso do comércio exterior local, com a crise de 1973 – 1975. Como resultado nos últimos quarenta anos, o país endividou-se no plano externo e interno, transformando sua capacidade de investimento em praticamente um fator político exógeno à ação do governo. Daí as crescentes dificuldades em elaborar uma estratégia própria de crescimento e, portanto, de desempenhar um papel independente no contexto internacional. Na verdade, o governo brasileiro pode apenas seguir as decisões dos grandes grupos, seja da economia doméstica, seja da economia externa. Com uma moeda local sem significado internacional, o mercado financeiro brasileiro é uma simples dependência onde se jogam os projetos externos, para o bem e para o mal. Esta ligação permanente e instantânea com os centros do capital financeiro limita sobremaneira as possibilidade de maximizar os efeitos das decisões tomadas no mercado doméstico, no que se refere à população do país.

Na crise financeira de 1998, Giovanni Arrighi havia comentado que não se tratava de um problema dos mercados asiáticos, mas de insistência em certos erros, que favoreciam grandes grupos financeiros e que traziam impactos mundiais negativos. Tais impactos ele listou como: (a) redução da renda e do padrão de vida dos trabalhadores; (b) aumento do desemprego, pela elevação da intensidade do trabalho, decorrente de novas tecnologias; (c) financeirização em excesso das atividades, com ruptura aberta dos ganhos financeiros em relação ao capital produtivo; e (d) como decorrência, uma crise social permanente. Uma vez que a crise de 1998 não foi enfrentada, mas apenas "soterrada", suas forças continuaram a operar surdamente, até de novo emergir, como a crise do mercado imobiliário norte-americano, em 2007 – 2008. Certamente, a enorme

expansão da China serviu para disfarçar em muitos países periféricos a situação sombria do impacto do mercado financeiro. O comércio exterior no Brasil, por exemplo, beneficiou-se sobremaneira com a expansão da demanda chinesa entre 1999 – 2008. Disse a respeito Wilson Barbosa, em 2004: "a "bolha" da economia que explodiu ... ainda está para explodir novamente nos EUA. Cedo ou tarde, ela terá de explodir".

A expectativa de que houvesse uma mudança de política de Palocci para Mantega, foi assim expressa por Andrioli e Schmalz:

"O maior problema é a política econômica diametralmente oposta à maioria das demais áreas do governo. Se fala de um governo de esquerda com um programa econômico liberal, em continuidade à política econômica do governo FHC. Essa política foi inicialmente acompanhada de acordos regulares com o FMI (vários deles ainda realizados no governo anterior) que exigiam a implementação de medidas estruturais, conduzindo o governo brasileiro ao estabelecimento da meta de superávit primário (a diferença entre receitas e gastos do Estado sem considerar os serviços da dívida) de 4,25% e ao comprometimento com a tarefa de tornar o Banco Central um órgão independente das decisões governamentais. Essa política de pagamento de juros da dívida continua assegurada mesmo após o fim do último acordo com o FMI e o pagamento antecipado de 15,5 bilhões de dólares ao final de 2005. A base dessa estratégia econômica é a política de altos juros e o apoio às exportações. O incentivo às exportações permitiu um superávit na balança comercial da ordem de 24,8 bilhões de dólares em 2003, 33,7 bilhões em 2004 e 44,8 bilhões em 2005, que serviram, prioritariamente, ao pagamento de dívidas do país. No que se refere à política de juros, após uma temporária redução da taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para Títulos Federais, que baliza as taxas de juros cobradas pelo mercado) de 25,5% em janeiro de 2003 para 16% em abril de 2004, se sucedeu um novo aumento para 19,75% em julho de 2005. Em seguida, os juros foram reduzidos na proporção de 0,5% ao mês até atingirem 16,5% em março de 2006. Por isso, com a renúncia do Ministro da Fazenda Antonio Palocci, em abril de 2006, muitos aguardavam significativas mudanças. Os principais elementos da política econômica, no entanto, continuam mantidos na gestão do novo ministro Guido Mantega: os juros foram reduzidos de 16,5% para 15,75% juntamente com o anúncio de que o pagamento da dívida externa segue sendo uma prioridade para o governo." ³⁷

-

³⁷ ANDRIOLI, Antônio Inácio, & SCHMALZ, Stefan. *O governo Lula: continuidade da política neoliberal no Brasil?*. Revista Espaço Acadêmico. Nº 62. Julho/20006. [Link: http://www.espacoacademico.com.br/062/62andrioli.htm]

Tem-se que se fazer força para não rir, diante das "dúvidas" que assaltam os especialistas que são, aqui e ali, vocalizadas pela grande imprensa. No terreno macroeconômico, os especialistas fingem que não sabem que interesse de classe defendem. Não sabem se tratam: (a) de maximizar o lucro – mesmo na crise -; ou (b) combater a crise com mais emprego e consumo para os mais pobres. É interessante observar que os advogados teóricos dos magnatas, nesses momentos, se preocupam com uma taxa mais elevada de crescimento do PIB (...). Parece que o "ande e pare" não é resultado das políticas macroeconômicas que defendem, mas sim do resultado do crédito aos mais pobres. Então, há sempre "crucial" debate, capaz de pressionar os governos da periferia em crise (quase toda importada): qual será a "melhor" estratégia de saída da crise?

Os teóricos a serviço dos grandes ricos e da especulação nos mercados financeiros apontam sempre que a saída se dá pelo (1) ajustamento e (2) austeridade. Depois de defender um tipo de ajustamento em que: (a) o governo reduz o crédito; (b) eleva o juro; (c) socorre os bancos; (d) "fica" com os "micos" dos empresários; e (e) reduz ou congela os salários. Deve-se então "esperar" que a economia se "recupere". Este, por exemplo, é o modelo da economia alemã e do Banco Central Europeu. Se você passar fome hoje, terá o que comer amanhã.

Outro modelo é aquele que – no nível das políticas de governo – vem do keynesianismo ou do pós-keynesianismo. Para tal modelo é possível equacionar o nível de crédito com políticas locais de consumo e de investimento, ainda que ao custo da regulação do câmbio, da balança comercial (BC), e do balanço de pagamentos (BP).

Este é o grande divisor de águas com que se propõem as políticas macroeconômicas em nossa época e – é evidente – sobre tal divisão se deram também as escolhas das duas administrações do presidente Lula.

3.2. O Pragmatismo

Lula, não sendo um teórico, ou mesmo membro de uma corrente de opinião em temas estratégicos, tem o traço de uma pessoa puramente interessada no poder pessoal, que transforma em ferramentas do alpinismo sociopolítico tudo que lhe caia às mãos. Um pragmático, alguém governado por obter a linha de menor resistência. Não cabe, portanto, atribuir-lhe seja um conceito de reformas inamovíveis, ou que pretenda aferrar-se ao poder por programas que não sejam pelo poder. Como ele próprio se auto definiu, "uma metamorfose ambulante". Sua mais implacável frase talvez seja – uma certa desculpa - "No Brasil, Cristo teria que se aliar a Judas" (20/10/2009, Folha de São Paulo). Diria ele o mesmo, onde quer que estivesse a fazer política. Com a frase, desmoraliza, ou busca desmoralizar, Cristo e Judas, mostrando seu caráter de todo avesso a princípios.

Nesse contexto, o segundo governo Lula seria determinado por uma estratégia de sobrevivência tal qual o primeiro. Um carrossel de públicos a atender, com gestos para uns, meramente no terreno dos mitos, das promessas; para outros, das classes dominantes, concedendo vantagens que lhe garantam uma trégua momentânea da mídia, a sobrevivência por mais 3 dias ou 3 meses. Apesar de ser assim, ou por causa disso, Lula não tornou a governança do país pior do que era, como muitos propagam, antes o contrário. O governo de Lula – tanto o segundo como o primeiro – foi melhor que os anteriores, certamente apoiado em conjuntura internacional favorável (2000 – 2007). A

conjuntura teve problemas, como a crise em seu início, mas ainda assim permitiu rápida recuperação, com a expansão na Ásia, que levou ao ano favorável de 2006, e à reeleição de Lula. O atendimento das satisfações, em geral em parte, pelo "modelo de carrossel", levou o governo Lula a ser mais equilibrado na distribuição de renda que seus antecedentes. O PBF (Programa Bolsa Família), que unificou o socorro financeiro aos pobres e muito pobres, (regras individuais de 100 e de 50 reais, na partida, respectivamente) começou com 7,5 bilhões de reais e ascendeu até os atuais 25 bilhões. É certo que a "grana" do "bolsa-família" não era nada comparada com a "bolsa explorador", vinte vezes maior (pagamento de juros da dívida interna).

Lula procurava pelo "bolsa-família" adaptar-se ao modelo norte-americano do "Food Stamp", com a política de proteção à pobreza do SNAP (Supplemental Nutrition Assistance Program). Por exemplo, de setembro de 2008 a setembro de 2009, o FS distribuiu nos EUA, a 16 milhões de famílias, cerca de 45 bilhões de dólares. No mesmo período, no Brasil, o PBF distribuiu a 12 milhões de famílias, cerca de 7 bilhões de dólares. A diferença radical a favor de Lula era que seu governo tivera coragem de adotar um programa único, e, portanto, de introduzir a prática de uma política de bem estar social no pais, pela primeira vez. Olhando para outros aspectos, Lula distribuía também pelo "carrossel" do acaso aparente outras diferenças, comparado aos governos anteriores: pela primeira vez bancos eram multados por evasão tributária (primeiro 8 meses de 2003: 3,645 bilhões de reais) (6-8/09 – 2003); ricos eram mandados presos pela polícia federal; a receita federal impunha o REFis a empresas relapsas, etc. Ou seja, os dois governos de Lula conseguiram se apresentar com uma fachada renovada de Estado neutro, capaz de beneficiar – na aparência – tanto este como aquele grupo, desde que este parecesse corresponder em sua demanda a um interesse socialmente legítimo.

Isso, diga-se a verdade, constitui-se um fato novo na vida política nacional, ou seja, que o Estado vigente pareça ser democrático e autenticamente pluriclassista.

Enquanto as dificuldades acresciam, os bancos de toda parte tratavam de reduzir o crédito como sua forma de "ajudar" à saída da crise. O aperto no crédito global começou no último trimestre de 2007, para agravar-se um ano depois (setembro de 2008). Os lucros dos bancos aumentaram, tornando-se "surpreendentemente fortes", mas tais instituições apresentavam dúvidas quanto à "qualidade e sustentabilidade" de tais ganhos. Segundo comentário do Banco para Compensações Internacionais (BIS). Para amealhar o máximo de fundos em financiamentos garantidos pelos diferentes governos, as instituições financeiras trataram de emitir um volume moderado de títulos próprios. Ou seja, a filosofia esbulhativa contra o contribuinte, "sou grande demais para me deixar quebrar".

Os consórcios de banco realizaram empréstimos internacionais em 2009 bem abaixo da média dos últimos anos. Isso nos países ricos e nos países emergentes. Uma queda de 46%, no último trimestre de 2008 para o primeiro trimestre de 2009. Recordese que a posição de outubro – dezembro de 2008 havia sido 44% menor que a de outubro – dezembro de 2007. Considerando-se o cálculo do BIS, no Brasil, em período similar (Out-Dez 2008/Jan-Mar 2009) a queda foi 46%. Dessa forma, pode-se observar que o serviço de melhoria de crédito, necessária à combater a crise, não foi uma tarefa que os bancos se deram a si próprios. Assim, após um 2007 de queda em relação à 2006, o governo Lula viu-se obrigado a reforçar, em 2008, a redução de taxas e impostos para automóveis, motos, e similares, estimulando o mercado. O FMI reconhecia publicamente que o Brasil, nem precisava da ação direta do órgão, nem podia crescer

mais, sob o peso de uma dívida excessiva, interna e externa, o que – observe-se – era uma guinada muito importante daquele órgão para um país que vivia de "pires na mão".

O impacto da crise de 2007 – 2009 no Brasil, cujo quebra explícito foi em agosto – outubro de 2008, teve momentos: (a) primeiro de meados de 2007 ao primeiro trimestre de 2008, teve uma presença favorável com vinda de moeda de curto prazo para "refugiar-se" no mercado local ("favorável" para o governo local ... não talvez para população). Esse "capital fugitivo" ficou por aqui fazendo lucro pelas operações, até "fugir" novamente para os EUA, quando Obama criou mecanismos para continuar a linha de Bush, de salvar os grandes grupos econômicos. O ônus continuaria para aqueles que perderam seus postos de trabalho e outros, suas casas. (b) Segundo, houve um impacto de deixar a crise entrar amplamente no país, com perda dos capitalistas locais com investimento externo, saída de divisas, queda da bolsa dos mercados locais, etc. O governo Lula tomou medidas de "tipo keynesiano" para manter o consumo local, o emprego, etc. Isso dentro do espírito praticado lá fora, de "medidas emergenciais" e não buscando uma reversão estratégica do caminho trilhado para o caminho a trilhar. Assim, (c) 2009 foi um ano de estagnação de PIB recessivo até, mas pouco poderia ser feito quanto a isso em qualquer governo. Os espasmos keynesianos da política neoliberal de Lula preenchem um quadro dos anos de 2009 a 2010, sendo suficiente para manter a feroz oposição dos políticos neoliberais (PSDB; DEM) e da mídia, dentro de um controle, pela ampla simpatia popular ao Lulismo. O fato é que a população, segundo alguns, expressa política do "menos pior". O neoliberalismo de Lula, mesmo com Palocci, é considerado "menos pior" que o neoliberalismo de FHC, que nada deu para trabalhadores e pobres. Com FHC, o rendimento real do trabalho caiu todo o tempo. O salário mínimo precisava de uma lente para ser visto, arrastando para baixo os salários nominais. Lula – e a conjuntura nova – reverteram em parte semelhante quadro, sendo daí a "política do carrossel" interpretada pela grande massa como um "mal menor". Isso se refletiu claramente na campanha eleitoral, com Dilma crescendo e superando Marina e Serra, para vencer no segundo turno (31 de outubro).

Lula sempre utilizou uma tática de expor-se sob os holofotes, sem temer riscos de perda de popularidade. Quando sua situação é desgastante, usa sua experiência sindical, com tiradas brilhantes e cínicas, próprias da multidão, como suponham os historiadores (e Shakespeare) que fizesse os grandes discursadores romanos. Orador "mussolínico" sem atributos literários, arranca seus exemplos da brutalidade da pobreza. No plano interno, sempre convence. Sua experiência o faz apoiar-se fortemente nos empresários. No segundo governo, passou a tratá-los como iguais, dando "pito", em público. Tudo isso tem gerado hilariedade de parte a parte. Trata-se de um governo de parceiros, sindicalistas de "resultados" e empresários. Isso é altamente aprovado pela massa urbana institucionalizada, que detesta confrontação, ambiente de insegurança social, e revolucionarismos, de verdade ou do "araque".

Quando a mídia local, sempre a serviço do que há de pior, hostiliza e ignora Lula, ele arranja uma viagem e se coloca sob os holofotes externos. Ali, sobre o poder absoluto do grande capital, ele é o trapezista bem querido, o governante que os oligopólios confiam. No exterior, a racionalidade de Lula demonstra todo o passadismo e a ganância da oligarquia local, com sua caipirice crônica de concentração de renda e de apogeu na pobreza alheia.

Muitas especialistas criticaram a política econômica por introduzir medidas que até aprovaram o modelo neoliberal de FHC, com o intuito de obter um equilíbrio de curto prazo mais fácil do movimento de capitais. Como verbalizou Ricardo Carneiro:

"Durante o governo Lula, do ponto de vista da abertura financeira, há duas medidas centrais a serem discutidas, além de uma proposta, passível de converter-se em realidade. O primeiro conjunto de medidas refere-se ampliação da abertura no âmbito dos residentes (outward transactions) ou a facilitação para os residentes manterem depósitos ou investimentos no exterior. A segunda diz respeito aos incentivos fiscais para investidores estrangeiros adquirirem títulos da dívida pública (inward transactions). Ambas as medidas ampliam a oferta e demanda potencial de divisas. Na conjuntura recente de alta liquidez tem contribuído para a internalização de recursos apreciação da taxa de câmbio. Mas, numa conjuntura adversa podem exacerbar as desvalorizações cambiais e portanto ampliar a volatilidade da taxa de câmbio. O terceiro grupo de medidas, em tramitação no Congresso, visa suprimir a cobertura cambial das exportações eliminando a obrigatoriedade de sua internação pelos exportadores. Na prática isto transforma um fluxo de divisas de natureza mercantil em um fluxo financeiro, similar aos capitais de curto prazo, cuja entrada e saída é determinada pelas expectativas quanto à variação das taxas de câmbio e de juros."38

Um número considerável de pessoas acredita na conversa fiada dos liberais de que não se sabe de onde vem os problemas: o endividamento em excesso, a crise dos bancos em escala mundial, o aviltamento do trabalho, etc. Ora, tudo isso tem uma só fonte capaz de ser detectada até mesmo por uma criança esperta: o superlucro, a eliminação de controles para a exploração do próximo, o desrespeito — a partir da corrupção das autoridades — do princípio da igualdade, em que se deve basear a verdadeira democracia. A partir de semelhante procrastinação do direito do próximo, os muito ricos vivem acima da lei, e os muito pobres bem abaixo dela. Quando não há homogeneidade de direitos, não é possível cidadania. Nesse caso, o governo governa

³⁸ CARNEIRO, Ricardo. *A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula*. Política Econômica em Foco, n. 7 – Nov/Abr 2006. Pág. 11-12.

[[]Link: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311535060.CARNEIRO5.pdf]

para uma minoria que faz e desfaz as leis e os regulamentos ao seu bel-prazer. A sociedade civil entra em crise a assume em seu lugar o comando, o crime, disfarçado de elite dominante.

3.3. Em Busca da Saída

É inegável que o governo Lula, em virtude da crise de 2008, viu-se obrigado a corrigir o seu curso e se adaptar a um receituário, com medidas de tipo keynesiano. Não que deixasse de lado ser governado pelos interesses dos bancos e dos mercados financeiros. Com mais de 70% da dívida pública sendo gerenciada pelos banqueiros – na verdade corretores do mercado financeiro – a taxa Selic não passava (e não passa), para dizer menos, de um cabresto pelo qual o governo é arrastado para o pior dos mundos. O povo brasileiro estava (e está) a pagar o preço de um diagnóstico de sua economia totalmente equivocado. Na verdade, o diagnóstico é feito deliberadamente errado para permitir elevar o grau de endividamento e permitir situações como, por exemplo, em 2007, pagar-se 146 bilhões de juros da dívida interna, dos quais 115 bilhões serviram para remunerar apenas 20 mil famílias do famigerado "motel financeiro". Enquanto isso o PBF distribuía – no mesmo ano – de baixo do maior barulho apenas 7 bilhões de reais para 8 milhões de famílias (Carlos Lessa; Marcio Pochmann).

O novo-desenvolvimentismo foi assim caracterizado por Lécio Saad-Filho:

"Enquanto alternativa mais difundida, e conforme examinado acima, o novo-desenvolvimentismo contém um corpo articulado de políticas econômicas baseadas teoricamente no keynesianismo e no estruturalismo cepalino. Seu objetivo é representar uma nova estratégia de desenvolvimento, superando o nacional-desenvolvimentismo tradicional e adequando os seus princípios às

novas realidades emergentes da revolução tecnológica e da globalização. Essa política econômica advoga a necessidade de

uma ruptura com as políticas macroeconômicas neoliberais, a serem substituídas por novas políticas monetárias, cambiais e fiscais, e subordina a adoção das novas políticas à existência de um projeto nacional para o Estado brasileiro. A defesa da ruptura tem como fundamento a ideia de que as políticas macroeconômicas neoliberais são incompatíveis com a soberania do Estado para implementar uma política econômica atendendo ao objetivo nacional de retomada do desenvolvimento com estabilidade macroeconômica e com um menor custo fiscal."³⁹

A evidência de uma mudança da política econômica do segundo governo Lula é algumas vezes filiada à hipótese de um projeto teórico:

"A partir de 2006 e, especialmente, durante o segundo governo Lula (2007-2010), a política econômica brasileira sofreu uma inflexão, e os resultados macroeconômicos foram positivos em termos do crescimento do PIB, fortalecimento de grandes empresas nacionais (estatais e privadas), distribuição de renda e redução da pobreza. A mais completa avaliação desse período, ainda muito recente, é oferecida por Barbosa e Souza (2010), sendo especialmente significativa por ser Barbosa um dos principais policymakers nesse período, enquanto secretário de política econômica do Ministério da Fazenda."

"Várias inovações introduzidas por essa inflexão de política econômica foram defendidas pelo novo-desenvolvimentismo, e há uma clara correlação entre as políticas introduzidas, a forma como elas foram justificadas pelo governo, e aquela formulação teórica. No entanto, destaque-se que Barbosa e Souza não aludem ao novo-desenvolvimentismo como fonte dessas mudanças na política econômica. Ao contrapor as diferentes visões de política econômica - antes e depois da inflexão de 2006 - os autores referem-se a elas como "neoliberal" e "desenvolvimentista". Porém, as óbvias similitudes tornam inescapável o paralelo entre a última e as propostas novo-desenvolvimentistas delineadas acima."

Tudo indica que seria possível obter um superávit fiscal com uma política de investimentos produtivos por parte do setor público mais ousada, e daí, mais eficiente. Fixar-se a priori no terreno das exigências da ortodoxia bancária é sem imaginação e desconhece o potencial da dinâmica macroeconômica. Mas sim. O segundo governo

_

³⁹ SAAD FILHO, Lécio Morais Alfredo. *Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula.* Revista de Economia Política, vol. 31, ano 4, Out/Dez/2011. Pág. 520

⁴⁰ Ibidem. pág. 516.

Lula aplicou uma correção da rota em que vinha. A crise de 2008 colocou o problema da necessidade de sustentar o nível de consumo, ou seja, que para a periferia do capital não estava esgotada a demanda e era preciso elevar o salário real. Assim, Lula aceitou elevar as despesas dos programas de renda mínima a aumentar o salário mínimo, ao mesmo tempo que elevava o crédito para sustentar o consumo e o emprego. Semelhante política não estava inspirada por um projeto de bem estar social, embora a propaganda oficial dissesse que sim. Ela estava era mais determinada pelos objetivos pragmáticos do sobreviver, diante do tamanho da crise (tsunami lá, deveria ser "marolinha" aqui...).

A estruturação do PBF acabou por colocar para o Estado brasileiro pela primeira vez a assunção da política de bem estar social como um problema central. Isso tem a implicação: quanto mais tempo o PT passe no poder, mais difícil se torna ignorar políticas distribuição de renda. A crítica da oposição é que o PBF não gera empregos, apenas maus hábitos, porque "dá" dinheiro. Aqui se vê todo o esplendor da mentalidade escravista que esgrima a miséria e o extermínio do outro como forma de interessá-lo na produção econômica. 37 milhões de brasileiros, em idade de trabalho, não tem emprego algum e talvez hoje deles 25 milhões são alcançados pelo PBF. De maneira alguma isso pode pensar-se descartável. O apoio dessa renda básica a famílias excluídas do assalariamento é de todo necessário.

O tratamento da economia como uma ciência social advém tanto da escola marxista como da escola da economia nacional, herdeira essa da escola histórica alemã. Para estas escolas, não se pode estudar economia separada da (a) História; (b) das instituições efetivas existentes; e (c) do quadro real de cada nação. Não se pode, para tais escolas, imaginar sujeitos robsoncrusianos, mas tratar dos grupos e classes sociais

reais em cada Estado a estudar, com abordagem de seus números por métodos estatísticos. Assim, em tais Economias Políticas não existem soluções perfeitas que sirvam para todas economias ao mesmo tempo. A ideia de algo perpétuo como o superávit primário e a lei de Philips é pura vigarice ideológica.

Assim, qualquer governo faz sempre uma política que não é científica, mas que expressa interesse além dos mitos vigentes e das propagandas. Alguém sempre leva vantagem, e é muita vantagem. Reconhecer tal pressuposto começa levar a discussão para um marco mais verdadeiro. O governo de Lula foi "menos ruim" porque de fato, em seus atos, reconhecia esse elemento básico. Atender primeiro aos que podem mais, sem reduzir os que podem menos a simples caso de polícia. Para alguns especialistas, a simples flexibilização da política econômica neoliberal implica a possibilidade de uma rota keynesiana. Nesse sentido, esta visão não dá importância a que se veja o keynesianismo como simples viragem tática para salva o neoliberalismo.

"Um economista ortodoxo típico consideraria a política econômica atual como keynesiana por que ela tem procurado, por meio de certa flexibilização, fazer um sacrifício na combate à inflação que possa ter perdas mais fortes, quiçá desnecessárias, do crescimento do produto e do emprego" 41

Assim opina o professor Luiz Fernando de Paula, presidente da AKB, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Sem dúvida essa foi a atuação do segundo governo Lula (e do governo Dilma), que procurou minorar os efeitos do modelo geral neoliberal, aplicado na economia do país. Mas então, se o keynesianismo oferece ferramentas melhores para enfrentar as crises periódicas, então porque não se substitui o modelo neoliberal por um modelo keynesiano ou pós-keynesiano? A resposta se

_

⁴¹ In ALVES, Fabio. *No Brasil, Keynes se sentiria em casa*. Jornal Estadão – Caderno de Economia. 31/07/2011 [Link: http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,no-brasil-keynes-se-sentiria-em-casa-imp-,752360]

encontra em a natureza social do governo. Ele não representa nem quer representar uma hegemonia dos movimentos sindical e do trabalhador, com a escolha de um caminho de crescimento cujos elementos mais interessados sejam essas forças sociais. O governo deseja se apresentar apenas como uma aliança da burguesia talvez com o aparato sindical, opinião que emerge da política adotada frente aos oligopólios domésticos e os fundos de pensão.

3.4. A crise de 2008 – 2009

Mas a crise de 2008 de maneira alguma tem-se revelado manejável. O desejo dos elaboradores da política econômica é de alguma forma encontrar um "motor", capaz ao menos de facilitar a travessia de duras dificuldades e afastar-se das "marolinhas" mais sombrias. Já em setembro de 2009 (um ano desde o auge da crise) o governo local contava que a alta de 1,9% no segundo trimestre significasse haver deixado a crise para trás. De fato, os dois trimestres anteriores (Jan-Fev-Mar; Abr-Mai-Jun) haviam indicado queda do PIB, ou seja, recessão. Não é a mesma coisa a taxa de crescimento ser expandir sobre dois trimestres de queda (este caso) ou se expandir, como no final de 2007, após nove trimestres consecutivos. A sensação de haver-se livrado da crise era – aqui no segundo governo Lula – meramente um artefato psicológico para desencadear o otimismo. Na verdade, as forças acumulativas descendentes continuavam a atuar quando comparadas a 2008 – indicando o caráter objetivo da crise. O colapso global do comércio e do crédito bancário não poderia desaparecer bruscamente no horizonte de uma economia não-essencial no mundo, como a brasileira. A recuperação de que podia falar o governo em 2009 era puramente comercial. A observação dos investimentos em atividades importantes para uma recuperação, como a compra de equipamentos e máquinas ou a adição de obras infraestruturais, demonstra um nível insuficiente. A produção e o consumo de cimento iriam cair drasticamente. Mas talvez fosse o papel do governo alardear uma vitória precoce sobre a crise. Os investimentos estavam caindo, pondo-se abaixo da fase pré PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Este programa fora lançado em 2007, com o intuito de eliminar as flutuações nas obras de grande porte, acelerando as conclusões das mesmas.

A qualidade da elaboração prospectiva do Banco Central é ironizada em texto essencial de Samuel Costa Filho:

"Acontece que no Brasil, a política monetária do Banco Central está baseada em modelos econométricos, com "fundamentos" na linha monetarista, que forçam a taxa de juros reais para patamares bastante elevados, sob o pretexto de trazer a inflação para a sua meta. O modelo utilizado pelo Banco Central estabelece correlações rígidas de décimos de percentual entre inflação, juros e crescimento do PIB. Esse modelo é estruturado numa fantástica desenvoltura com equações matemáticas tomadas como verdades absolutas, a despeito da precariedade das suas premissas. Medidas dúbias, como as do PIB potencial e a da taxa dos juros futuros, aparecem como valores e medidas definitivas e incontestáveis (ASSIS, 2007,B). Aqui, porém, o Banco Central procura, prioritariamente, atender aos financistas, as agências multilaterais e a banca "privada". Acontece que essa "comunidade de financistas" só presta conta a si mesma, no plano de suas reuniões "globais", e não está muito interessada nas comunidades e países por elas arrasados."

"Os neoliberais que enfatizam o impacto na dívida pública da emissão de moeda em excesso, via política monetária populista do Banco Central para cobrir o déficit público ou para elevar o gasto do governo devido às políticas keynesianas, não revelam a mesma preocupação com o aumento da taxa de juros que incide diretamente sobre a dívida pública elevando o custo para o Tesouro Nacional, quando o BC utiliza juros elevados na sua política de metas. Nessa política de metas o Banco Central tem o direito de fazer a política que quiser, independentemente do que venha a ocorrer com o Tesouro Nacional (ASSIS, 2006)."⁴²

Na verdade, a crise poderia ser vista como uma oportunidade do governo mudar de política, deixando de lado as práticas neoliberais e adotando uma perspectiva

⁴² COSTA FILHO, Samuel. *O resultado macroeconômico do primeiro Governo Lula*. Universidade Federal do Piauí – Centro de Ciências Humanas e Letras e Cursos de Ciências Econômicas. Junho/2007. Pág. 13-14.

keynesiana ou pós-keynesiana, capaz de assegurar uma expansão duradoura. Investir na capacidade produtiva e nas obras de infraestrutura, deixando de lado as velhas imposições do mercado financeiro, deveria, é claro, começar pela remoção das travas ao investimento das empresas públicas, do governo, etc., reestabelecendo uma política desenvolvimentista compatível com os interesses internos. No entanto, o governo só ousou tomar no auge da crise, medidas parciais de desafogo, continuando prisioneiro do "ande e pare" debaixo de pressões inflacionárias, juros altos, e patrimônio infraestrutural sucateado.

Por que o governo deixaria escapar tal oportunidade? Segundo alguns interpretes da situação, por não tratar-se para Lula de uma "oportunidade". Seu destino não era um modelo keynesiano, ou uma estratégia keynesiana de crescimento. Semelhante opção prejudicaria interesses do agronegócio, ao canalizar recursos para a expansão industrial. Contrariaria oligopólios já dominantes na indústria que seriam obrigados a pôr seus "elefantes" a se moverem em busca de novos "pastos". Contrariaria os interesses dos grandes bancos e do mercado financeiro. Na política de carrossel, seriam estas forças as verdadeiras "meninas dos olhos" do projeto de Lula.

A política de metas da inflação, método às avessas importado da Nova Zelândia, indica bem como raciocinam os neoliberais. No lugar de o governo criar e aperfeiçoar mecanismos para o controle das atividades específicas, e supervisionar semelhantes mecanismos a partir da esfera pública, ele deve primeiro declarar-se incompetente – como preferem os liberais – e desregular o conjunto e cada setor da economia. Como resultado, as dificuldades que irão surgir de todo o tipo de abuso, serão declaradas de sua responsabilidade. Enquanto os trambiqueiros de todos os tipos enchem

os bolsos às custas da maioria, o governo irá então controlar os efeitos dos desmandos usando, por exemplo, "metas de inflação". Ou seja, reduzindo o consumo, garantido os preços de oligopólio, etc. A maioria pagará de novo pela liberdade – desnecessária – concedidas aos infringentes, que se retiram com seus níveis de renda intocadas para lá do limite daqueles que podem ser submetidos ao "aperto".

De posse de um instrumento como o BNDES em plena atuação, poder-se-ia aproveitar a crise para mandar às favas tanto (1) as metas de inflação; (2) as taxas elevadas de juros; e (3) colocar metas seletivas de importação. (4) juros baixos para empresas e obras ligadas à industrialização retomada. Estas colocariam o país em poucos anos noutra faixa de taxa de crescimento do PIB (talvez 5%) e jogaria no ostracismo o modelo neoliberal. Afastando-se do modelo adotado das agências liberatórias, da liberalização comercial em excesso, da internacionalização da economia, também em excesso, etc., o governo retomaria um crescimento baseado em empresas públicas, reativando o famoso e bem sucedido binômio Petrobrás-Eletrobrás. Este é caminho estratégico visualizado pelos heterodoxos estruturalistas (de tipo cepalino).

Lula certamente deve haver pensado nas três hipóteses: keynesianismo, póskeynesianismo, e estruturalismo cepalino. As três ideias devem haver-lhe sido apresentadas naqueles anos de crise (2008 – 2009). O certo é que ele optou pela continuidade do modelo neoliberal. As medidas anticrise foram apenas táticas keynesianas de circunstância. Ele não ousou afastar-se dos parâmetros do modelo neoliberal: juros altos, superávit primário, comércio liberalizado e metas de inflação.

3.5. Remendando o Imprestável

Quando uma elite societária deixa de se preocupar com as demandas materiais da maioria da sociedade, a satisfação com o superlucro substitui a necessidade de expandir a produção e melhorar a organização da vida social. Nesse caso, a elite, que de certo modo já era estrangeira — colonial ou semi — torna-se internacionalizada, retirando o seus ganhos da localidade onde os obtém e colocando-os em outra parte sob a proteção de outros governos. Esse processo neocolonial de sangria de recursos vem substituir os velhos procedimentos colonizadores. O efeito é o mesmo, pois deixa a população local à deriva, na pobreza, seguindo o rumo certo da miséria.

Comentou o professor Fernando Ferrari Filho (UFRGS):

"O keynesianismo de Lula no segundo mandato foi mais por reação do que por convicção, com uma política pragmática em razão de um ambiente muito adverso na economia mundial." ⁴³

Também comentou Luiz Carlos Mendonça de Barros:

"No caso do Brasil de hoje, essa renda nacional está sendo criada por meio de maiores salários e transferências sociais nos segmentos de forte propensão a consumir. Essa forma é claramente muito mais eficiente do ponto de vista de aumento da demanda do que as pirâmides de Keynes. Mas isso só foi possível em razão de uma situação nova, criada a partir de meados de 2005: o acumulo de dólares em nossa balança de pagamentos, criado pela incrível demanda chinesa por matérias primas."

"A mudança de sinal em nossas contas externas, para mim o pilar do sucesso da política econômica do governo, provocou uma valorização significativa do Real e, ao mesmo tempo, um processo continuado de aumento do coeficiente de importação. A maior abertura da economia teve papel primordial na estabilização da inflação em níveis inferiores ao centro da meta perseguida pelo Banco Central. A combinação virtuosa de segurança em relação à taxa de câmbio e à inflação baixa possibilitou a queda rápida do juros e um 'boom'de crédito ao consumo. Nesse ambiente novo de crédito, de aumento do salário mínimo, e do bolsa família, o

⁴³ In ALVES, Fabio. No Brasil, Keynes se sentiria em casa. Jornal Estadão – Caderno de Economia. 31/07/2011 [Link: http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,no-brasil-keynes-se-sentiria-em-casa-imp-,752360]

consumo dos brasileiros passou a crescer a taxas 'quase chinesas'." 44

Os empresários domésticos preferem tomar empréstimos no exterior, onde o juro é mais baixo. Os banqueiros internos preferem a "ciranda financeira", onde ganham o dinheiro dos impostos e do pagamento dos juros e da dívida interna e não por aquilo que deveria ser sua atividade específica, o fornecimento de crédito à produção. O governo prefere manter a Selic e o juro elevado, para assegurar a colocação de seus papéis, com o fito de prosseguir a endividar-se. A burguesia local prefere os rendimentos de suas aplicações, do que atividades que criem nova riqueza material. Assim, todos conspiram pelos bem deles mesmos e pela ruína da nação:

"Em suma, a taxa de juros no Brasil se encontra em um nível muito elevado se comparado com outros países que também adotaram o regime de metas de inflação. De acordo com a teoria póskeynesiana, isso pode implicar sérios custos em termos de crescimento e investimento econômico. Dessa forma, é essencial procurarmos algumas possíveis explicações para a manutenção da taxa de juro nesse nível, além da explicação óbvia contida na própria natureza do regime de metas de inflação, que diante de qualquer pressão inflacionária leva as autoridades monetárias a aumentar a taxa de juros. Essa questão nos conduz para alguns problemas de operacionalização desse regime e para o uso da taxa de juros como instrumento de atração internacionais".45

Em condições em que o investimento produtivo local seja ampliado pela poupança externa, o produto resultante tende a crescer. Caso a poupança externa seja canalizada predominantemente para o investimento local improdutivo (especulação imobiliária e territorial, bolsa de valores etc.), então o aumento da liquidez doméstica

⁴⁴ BARROS, Luiz Carlos Mendonça de. *Lula e seu keynesianismo*. Folha de São Paulo, Caderno: Mercado. 06/04/2007. [Link: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0604200704.htm]

_

⁴⁵ ARAÚJO, Assilio Luiz Zanella de. *Política Macroeconômica do Governo Lula: uma crítica pós-keynesiana*. Monografia – Cursos de Ciências Econômicas – UFSC, Florianópolis, 2010. Pág. 51 [Link: http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123703]

favorece o aumento dos empréstimos bancários, e vice-versa. Ampliam-se os lucros dos bancos e se encarece o custo do capital. A tendência é a poupança externa atrair para o mercado local mais poupança externa, reforçando-se a "ciranda financeira". Tal implica um movimento de queda para a relação capital-produto e outra queda na propensão marginal das famílias a poupar. Se cai a propensão à investir produtivamente é porque cai a eficácia marginal do capital. Daí, tende a cair a propensão a poupar das famílias, reforçando o feixe de forças cumulativamente descendentes. Vê-se que a sustentação e/ou o aumento do consumo local das famílias só pode ser obtido por via de um crescente endividamento.

É possível que haja atividades capazes de tomar dinheiro a juros e pagar pela sua reprodução aos seus investidores e seus fornecedores de capital a juros, no montante do juros e do capital. É difícil imaginar tais atividades, com taxas de lucros de dois dígitos, a financiar taxas de juros de dois dígitos. A opção do país por semelhante prática revela por certo a ausência absoluta de estratégia nacional e a talvez até de sentimento patriótico. Nessas circunstâncias, a liberação em excesso do comércio exterior do mercado financeiro local, da transferência de patrimônio, etc., podem colocar em risco a sobrevivência do espaço nacional.

O processo de crescente endividamento cedo ou tarde deve-se fazer presente na conta de movimento de capitais do BP. A política adequada seria buscar o equilíbrio entre o consumo e o investimento produtivo, para decrescer estruturalmente o valor das importações. Caso o Estado possua um amplo setor público empresarial, essa tarefa será mais fácil. Ele poderá inclusiva atuar na conformação dos preços relativos, através de suas políticas de apreçamento. Isto poderia ter um impacto positivo na produtividade

marginal do capital e do trabalho. Há aqui uma oportunidade de relançamento do conjunto da economia local, para uma fase expansiva.

O papel favorável do investimento externo – o caso da hegemonia do investimento improdutivo – para frear a queda da propensão marginal ao investimento é, em geral, de menor monta. Mantêm-se o uso da capacidade instalada, mas se oferece pouco para expansão adicional da mesma. Impacta mais, portanto, sobre o consumo das famílias, como estabilizador temporário do mecanismo das flutuações. No entanto, ao oscilar o fluxo externo de recursos por motivos cíclicos, a "trepidação" tornar-se-á mais considerável que o ocorrido antes.

A interpretação corrente dos keynesianos, apesar da ressalva que fazem da necessidade que fazem de adaptar o modelo às condições de uma realidade local, parece muitas vezes ignorar o ensinamento estruturalista sobre a diferença estrutural entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento. Ambos, é óbvio, estão conectados. Mas só podem ser tratados pela sua diferença. Quando são tratados conjuntamente pelas suas semelhanças, as características do subdesenvolvimento ficam "aquém do modelo" (visão neoclássica) e se tornam inexplicáveis. Veja-se um exemplo:

"A taxa de desemprego, por sua vez, não apresentou uma redução significativa e ainda se mantém em um nível extremamente elevado.

(...) O pensamento pós-keynesiano, em contraste, considera a questão do desemprego como oriunda de restrições também do lado da demanda. Ou seja, o baixo nível de crescimento econômico seria fator determinante pela manutenção do alto nível de desemprego. Portanto, segundo esse pensamento, devia ser adotadas algumas políticas macroeconômicas que propiciassem um ambiente mais favorável ao investimento e ao crescimento econômico". 46

⁴⁶ Ibidem. pág. 27.

O autor do texto talvez não perceba que o número que expressa, por exemplo, o desemprego no Brasil revela outra estrutura que não aquela do pleno emprego de fatores do modelo keynesiano, uma estrutura que não pode ser manejada no curto ou no médio prazo. O desemprego no Brasil revela estruturas pré-capitalista ancoradas numa capitalização de colônia, que a história indica e que os teóricos preferem ignorar. Uma industrialização incompleta não pode gerar no país um nível de emprego compatível com uma expectativa de uma "idade de ouro" com estagnação. Nossa estagnação não se dá na riqueza, mas na pobreza.

Muito discurso e muita tinta tem sido gastos pelos especialistas para apontar um novo caminho que o Estado local deverá trilhar, para ser capaz de obter novos e fantásticos níveis de acumulação, com a produção – feita no ar de todas as ações mágicas – de uma ou várias novas tecnologias. Nada mais falso. Não existe outra mudança tecnológica que aquela que está sendo aplicada e está em poder dos monopólios. Ela não pode ser estendida aos interesses das maiorias em cada sociedade. Talvez por isto os intrujões de plantão apresentem sempre suas fantasias sobre um futuro melhor, com a forma do verbo no Condicional. Trata-se seguramente de condições que nunca serão dadas e jamais cumpridas.

3.6. Gato Por Lebre

É claro que é muito mais fácil trabalhar apenas com a "parte rica" da economia, a parte que ficou com parcela considerável da acumulação (outra parcela é "exportada"). A massa pobre, cujo processo de participação cumulativa é ficar com as perdas, é posta para fora da "economia nacional", ou seja, aquela da qual se escolhe estudar os "problemas" (vide Chico de Oliveira, para o dualismo "fajuto").

Na "parte rica", o desemprego é 6%. No todo, 37%. No entanto, o melhor do modelo keynesiano, como apontaram Celso Furtado, Aníbal Pinto, Conceição Tavares, Carlos Lessa, e tantos outros, não recusa ajustar parâmetros para montagem de "modelos de desenvolvimento", desde que hajam, está visto, governos que deles queiram se fazer consumidores. E o sentido de tais modelos é a busca do pleno uso dos fatores, com aumento da produção, do consumo e do emprego. Trata-se portanto de priorizar nele o ganho do capital produtivo, que trabalha pela ascensão cíclica.

Como pontuaram Bittes e Ferrari:

"Entretanto, não se pode — a risco de uma análise precipitada — dizer que há tons mais próximos às ideias de Keynes na recente política econômica levada a efeito no País. Em continuidade ao segundo governo Lula, 2007/2010, mas, com maior intensidade, a política econômica assume matizes difusos, sem atrelamento imediato a uma dada perspectiva teórica, haja vista exercitar um rigoroso RMI (*) alinhavado à ampliação da demanda agregada via aumento dos investimentos públicos ou à redução das taxas de juros do varejo bancário. Certo é, contudo, que o atual governo, bem como seu antecessor, detiveram políticas diferentes, que se refletiram em políticas fiscal e de renda que, em concomitância ao conservadorismo da política monetária, buscaram incentivar a ampliação do emprego, da renda e da riqueza, algo distinto do que se observou entre 1995 e 2006. Talvez, esta postura ambígua tenha sido responsável pelas maiores expansões do PIB entre 2006 e

2008, o que sinaliza que os empresários respondem aos estímulos dados pelo Estado, tal qual propugnado por Keynes."⁴⁷

* RMI – Regime de Metas de Inflação

Certamente os "matizes difusos" referidos por Fábio Henrique e Fernando Ferrari podem ser lidos consistentemente, caso deixe-se de lado a elegância, como continuidade do modelo neoliberal. Sim, a política seguiu no segundo governo Lula firmemente ancorada nos parâmetros neoliberais, flexibilizados aqui e ali certos componentes, para compensar o visível mecanismo das perdas no cenário interno-externo. Luiz Carlos Azenha trata dessas flexibilizações táticas com uma dureza que se assemelha à nossa interpretação.

"O discurso oficial agora é que o dinheiro do Bolsa-Família aumentaria a demanda por bens duráveis, o que levaria à ampliação de fábricas e ao aumento de empregos. Balela. Mesmo se fosse verdade, o consumo cresceria nas áreas carentes e a produção, nas áreas já afluentes, perpetuando as desigualdades".

"Na realidade, o programa transfere, mas não gera renda: o consumo só aumentaria se a propensão de consumir dos beneficiários do Bolsa-Família fosse maior do que a propensão dos que pagam o imposto que torna o programa possível, o que é improvável". 48

Em virtude das remunerações bastante baixas, é comum nas famílias que possuem renda no nível médio deixar uma parte dos seus membros fora do mercado de trabalho formal. Estas pessoas podem, eventualmente, fazer "bicos" (por exemplo: trabalhar um mês no Natal, ou na área do Dia das Mães). Não entram contudo em empregos permanentes, ou na busca permanente de emprego. Na década 2001 – 2010, o

_

⁴⁷ TERRA, Fabio Henrique Bittes & FERRARI FILHO, Fernando. *As Políticas Econômicas em Keynes, reflexões para a economia brasileira no período 1995 – 2011.* Apresentado no 40°. Encontro Nacional de Economia. ANPEC – 2012. [Link: http://www.anpec.org.br/encontro_2012.htm#TRABALHOS_APROVADOS]

⁴⁸ In AZENHA, Luiz Carlos. *O Discurso de Lula e a identidade dos críticos do Bolsa-Família*. Viomundo, 31/10/2013, 18h18. [Link: http://www.viomundo.com.br/humor/identificando-os-criticos-do-bolsa-familia-no-passado.html]

seu número revelou-se alto, pois eram uns 80% das pessoas permanentemente ocupadas. É um paradoxo. Em um país em que as pessoas na sua maioria são pobres, haver um "desemprego voluntário" da ordem de 29% da força de trabalho (17,4 milhões / 59,5 milhões). Na verdade, essa força de trabalho "recusante" de postos, sabe que só encontraria postos de trabalho com 39 a 44 horas de trabalho semanais.

No Brasil, os trabalhadores despendem horas – problemas de mobilidade – para ir e vir do trabalho. O salário ganho eventualmente para essas camadas seria despendido com roupas, passagens, e comida, pelo menos nos anos iniciais, até a obtenção de uma promoção ou certa estabilidade. Feita a "análise custo-beneficio" aproximada de parte de cada família, a maioria termina por optar pelo adiamento do ingresso do jovem no mercado de trabalho, prolongando-lhe a fase de estudos e preparação formal. Por outro lado, devido à má qualidade do ensino e a vícios culturais dos estudantes, essa esperança familiar bem pouco se vê ser bem sucedida. Atualmente, pela decadência dos direitos do trabalhador, a formalização do ingresso em um posto de trabalho é – para ambas as partes – pouco relevante. Pelo menos é o que espelha a política sindical e a política do governo. Tem-se portanto uma população enorme afastada dos postos de trabalho, postos que na verdade não existem. A industrialização incompleta que o país sofreu no século XX é o fator em geral considerado explicativo para semelhantes deformações da estrutura brasileira.

Com um gasto público em saúde que é uns 73,5% dos gastos em educação, e com um gasto em educação que é uns 15% do gasto público total anual (União, Estados, e Municípios), vê-se que é difícil "fechar a conta". Dos recursos obtidos no curto prazo

pelo endividamento, muito pouco se logra colocar no item "investimentos públicos produtivos" (se é que ele existe).

Em síntese, aquele Brasil expansionista da época do fordismo foi substituído por um cenário de conformismo ante o baixo crescimento. Já não há o "espírito animal" que Delfim Neto cobrava dos empresários. Nem há o ideal de planejamento de uma burocracia que se julgava tecnocrática. Difundiu-se a percepção de que a riqueza (ou enriquecimento, que não é a mesma coisa) não depende do trabalho. O horizonte é outro. Não sei se cabe comentá-lo (não é exatamente histórico-econômico). Diante desse cenário, a leitura dos keynesianos também não é homogênea. Há aqueles mais simpáticos ao ecletismo pragmático do governo. E aqueles que cobram maior consequência no plano teórico, como a adoção de uma estratégia para obter resultados definidos.

Liliana Lavoratti, no Diário Comércio Indústria e Serviço, pergunta interessantemente para Rodrigues Afonso:

"DCI: Quais as lições Keynes para o Brasil atual?"

"José Roberto Rodrigues Afonso: Keynes ensinou que na hora da grande crise, o governo precisa se endividar, mas preferencialmente para aumentar o investimento. O Brasil só fez a primeira parte da lição — aumentou bem o endividamento no conceito relevante, o da dívida bruta, hoje na casa de 60% do PIB, mas a segunda parte foi frustrada pois segue sem elevar a taxa de investimento público e mesmo o investimento nacional. E agora, nem mesmo o investimento privado aumenta sobremaneira, mesmo com todo incentivo e crédito oferecido pelo governo brasileiro — porque é possível que a maior parte serviu mais para trocar o funding dos projetos de investimentos — e liberando o próprio para ficar no caixa — do que para aumentar o valor total investido e a própria demanda, que era a aspiração keynesiana". 49

_

⁴⁹ LAVORATTI, Liliana. *Brasil fez somente a primeira parte da lição keynesiana*. Diário do Comércio Indústria & Serviços, 04/12/12 – 0h00. [Link: http://www.dci.com.br/especial/brasil-fez-somente-a-primeira-part-da-licao-keynesiana-id322471.html]

Ou seja, endividar-se keynesianamente é uma forma de colocar o capital improdutivo a serviço do capital produtivo, através da eficácia marginal do capital. Isso requer uma estratégia de política de juros que realoque sucessivamente o capital especulativo, colocando os seus ganhos efetivos por baixo daqueles voltados para a produção. Tal requer habilidade na manipulação das taxas e não a formulazinha importada pelo Banco Central, com a qual o Copom engana milhões de brasileiros. Os ganhos excessivos do capital especulativo retiram o sentido remunerado da produção econômica, aviltando o capital produtivo e a força de trabalho.

3.7. Dinheiro Para Quem Gosta de Dinheiro

A dança ascendente da taxa de juros e o aquecimento da oferta de crédito encaminharam pouco a pouco a política de saída da crise para uma redução na prática de seus efeitos. Os salários não cresceram tanto quanto o esperado nem a oferta de postos de trabalho. A procura pode se manter e, depois, se elevar um pouco em 2010. Mas a renda das famílias já mostrava o peso dos encargos de endividamento (mais de 20% em 2010). A função consumo dos brasileiros, lida como única e agregada, não apresenta um consumo muito elevado, ainda que estável (cerca ou inferior a 0,7). No entanto, quando se olha o perfil das funções de consumo distribuídas pelas diferentes camadas de detentores de rendimento – como faz em dois estudos Wilson Barbosa – vê-se o quanto o consumo dos pobres seria capaz potencialmente de crescer. Contudo, embora nos governos do PT a redistribuição de renda haja se ampliado, não foi o suficiente para apresentar uma tal elevação de renda que propiciasse uma viragem anticíclica da parte das funções de consumo dos setores menor portadores de renda durante a crise.

A queda da eficiência marginal do capital implica um decréscimo da propensão marginal ao investimento (relação marginal-produto). Para que se mantenha ou se eleve – via financiamento do crédito – o consumo das famílias, torna-se necessário a elevação do endividamento interno e externo. Tem-se, portanto, a queda da produtividade do setor produtivo, o que inicia (ou reinicia) novo movimento de deterioração da posição relativa da eficiência marginal do capital.

Isso resulta da hegemonia (ou mesmo dominação) das políticas do capital financeiro nas escolhas de política econômica do governo. A opção de privilegiar as ações financeiras puras (investimentos improdutivos em títulos, busca de mais-valias em capital, outras especulações, etc.) resultam das práticas neoliberais pelo endividamento. Trata-se do inverso da opção pelo investimento produtivo. Uma coisa é ter por objetivo a obtenção de lucros, mediante o desempenho de uma atividade de produção. Outra coisa bem diferente é perseguir a mais-valia em capital, com a colocação em mercados de lucros sobre papéis.

O fato de as taxas de lucro do setor produtivo serem hoje mais elevadas na China, na Índia, em certos outros países asiáticos, ou da Europa dita oriental, etc., contribui para colocar, nas condições ditas de globalização, em desvantagem, o processo de industrialização brasileiro. A conformação de uma estratégia do capital produtivo, elaborada que fosse pelo governo ou pelo setor empresarial, teria que assumir é certo, a posição de uma estratégia nacional. Quer dizer, a política econômica prioritária enfatizaria o interesse de se elevar a eficácia marginal do capital local. No entanto, sabemos que tal não existe.

Quando se analisa as fatias de rendimentos das famílias destinadas ao pagamento de juros e amortizações de dívida, percebe-se que de 21 a 24% é o limite que tal categoria pode alcançar. Este limite foi alcançado em 2010 (cerca de 21%) e chegou hoje no governo Dilma, a quase 24%. Não havia, portanto, a possibilidade de continuar a crescer. Com a elevação do custo dos empréstimos, em situação de juros entre 9% e 11%, não há qualquer espaço adicional para "táticas keynesianas". Depois da queda brusca da oferta, e da procura imobiliária em 2009 e 1010, como efeito da crise de 2008, chegou-se a falar hipoteticamente em "bolha" imobiliárias nos anos posteriores, sendo que o valor especulativo atingiu o PMCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida), posto em curso para reativar a construção civil, em função do caráter devastador no ramo (e no emprego), da referida crise de 2008. Tem-se assim que os ciclos de inadimplência se tornaram mais curtos (dois anos e meio), o que caracteriza o esgotamento do financiamento ao consumo de baixa renda.

O consumo que se mantêm estável consome a si próprio no médio e no longo prazos, porque o aumento de uma unidade de consumo sobre o PIB dispensa acréscimos adicionais do produto, quando em movimento decrescente. Portanto, expansões futuras só podem ser obtidas por (a) novos investimentos; e/ou (b) consumos mais elevados. Ora, sabemos que nas condições de renda muito concentrada a tendência dos grandes detentores de renda é consumir cada vez menos da renda adicional que obtém, e poupar dela cada vez montantes crescentes. Ou seja, a concentração de renda e a estagnação do consumo freiam o crescimento do produto e cooperam para modelos do tipo "ande e pare".

Mantega admitiu que a crise internacional havia mudado de perfil. Ter-se-ia deslocado do mercado financeiro para os governos locais, obrigados a financiar as empresas falidas (ou quase). A solução que então propôs Mantega seria (a) repousar sobre a capacidade industrial doméstica; e (b) manter o padrão de gastos sem elevação. A proposta de reforço da indústria local foi à época denominado "plano Brasil maior". A ele, a imprensa na época não deu maior destaque. O comportamento do consumidor individual ou familiar, ao perceber a crise, é: (1) reduzir seu consumo ao mínimo necessário; e (2) não investir poupando à espera de dias piores. E este, certamente, é o caminho para dias piores, porque nas condições de crise o que as famílias e os indivíduos deveriam fazer é gastar, comprar, para ativar a economia e garantir o nível de emprego. No entanto, as pessoas comuns não se guiam por manuais de economia heterodoxa. Talvez os governos pudessem fazê-lo. As pessoas comuns só ousam comprar em 10 ou 36 prestações, no caso brasileiro, ignorando a taxa de juros, que a escola básica não lhes ensinou a calcular. Se o governo financiar o crédito, chamar às compras, haverá talvez a manutenção do nível de consumo. Isso pode ser feito por três, quatro, anos, depois deixará, ceteris paribus, de funcionar. Mas o que seria necessário a fim de mudar, na tentativa de uma conjuntura mais favorável? Certamente o perfil de investimentos produtivos que ao expandir a produção geraria novos produtos e empregos, favorecendo "a subida da escada".

A dificuldade reside no baixo nível dos investimentos produtivos. O empresariado industrial treme, quando pensa em programar uma expansão de quatro anos. A burguesia mercantil prefere importar e vender, com grandes lucros, porque pode assim trocar de produtos a cada "nova onda" trimestral de "bagulhos". Nas condições de um mercado subdesenvolvido até aquilo que se oferece aos consumidores é em séries

limitadas e quantidades limitadas. Não há muitos produtos novos no sentido de sofisticados. Só a boa "linha chinesa" de produtos: celulares, TVs, carros, etc. Preços? 3 a 4 vezes os da China, ou dos EUA. É uma economia para ser admirada por iniciados na chamada nova classe média...

Foram essas as condições em que Palocci e Mantega administraram, ou vinham administrando, a crise de 2008 – 2009 e seus efeitos. Alias estes se estenderam para lá de 2010 e o fim do governo Lula. É preciso dizer isso porque a crise ao se tornar crônica não apresenta uma solução a baixo custo. Para sair dela, se requer enormes investimentos. A burguesia local, que nunca teve grandes prejuízos e raramente os aceita, está aprendendo rápido do perfil internacional da pirataria financeira. Os *paulsons* e os *greenspans* hoje abundam em todas as partes, porque as quadrilhas bem sucedidas geram imitadores. Eles compreendem que bilhões e bilhões arrecadados dos impostos não podem se destinar à "recuperação econômica" ou "ao serviço público". Pode-se pagar com esses recursos dividendos desde enormes prejuízos, e a razão prática para isso é que se controle o governo. Daí a sucessão de "crises de bolso" que se alternam, ao longo da crise cíclica. Ou seja, um perfil duradouro para as políticas do "ande e pare".

4. Conclusão

Na última década, viram-se reduzidas a pobreza e a desigualdade do país, apesar de o modelo utilizado refletir o predomínio neocolonialista dos oligopólios, fato que já vinha de antes. Ante os enormes lucros produzidos e consumidos pelos capitalistas daqui e de fora, uma parcela de recursos foi desviada (cerca de 5%) para implementar um conjunto de políticas sociais, cujo o centro é o PBF. A flexibilização do direito do trabalho, particularmente no plano previdenciário, facultou uma retomada, com flutuações, do emprego, desta vez caracterizado por postos na atividade de serviços. O governo Lula (2003 – 2010), em seus dois mandatos, favoreceu o crescimento de um novo grupo de consumidores, que se encontrava bloqueado pelo baixo salário mínimo do governo FHC. Este novo grupo faz-se conhecer sob o nome de "nova classe média". Em 2010, com valores corrigidos, os rendimentos da minoria melhor remunerada atingiu a média de R\$ 82,9 mil, contra R\$ 71,2 mil em 2008, e R\$ 61,9 mil em 2005. Portanto, o crescimento da chamada nova classe média não se fez às custas dos maiores detentores de rendimento, mas resultou da concessão à aquele setor (nova classe média) de ganhos de produtividade, com aumento do consumo.

Apesar do crescimento do emprego ocorrer na economia de serviços que apresenta salários médios mais baixos que o setor industrial, isso foi compensado em parte pela política de elevação do salário mínimo. A quantidade de novos postos de trabalho e a política expansiva do salário mínimo, contribuíram para modificação do perfil anterior de rendimento, bastante depressivo. Muito se tem especulado que hajam tais melhorias surgido em virtude de uma administração keynesiana do segundo governo Lula (2007 – 2010). Isso parece um exagero. O governo Lula não se tornou keynesiano,

mas introduziu algumas medidas de tipo keynesiano, para enfrentar o auge da crise (2008 – 2009), sem se livrar contudo, do "lixo" neoliberal na política econômica. Desta maneira, embora bons resultados possam haver sido alcançados em 2010, e até se evitado o pior em 2008 e 2009, o aparato manipulador resultou de ganhos adicionais para o núcleo de força que promove a política do "Stop and Go", e, portanto, os que lançaram o país por uma rota onde as dificuldades tendem a se multiplicar. Por exemplo, no plano da dívida interna, FHC deixou um legado de 640 bilhões de reais na dívida interna (2002) e 212 bilhões na dívida externa. O total era, pois, 852 bilhões de reais. Em 2010, devido à manutenção do excesso de liberalização no mercado externo, o vai-evem de capitais fez ressurgir uma dívida externa de 240 bilhões, enquanto o financiamento das operações domésticas elevava a dívida interna para 1,65 trilhão de reais. O total era, portanto, 1,89 trilhão de reais. Ou seja, a dívida em 2002 era apenas 45% daquela de 2010, mantendo-se o caráter neoliberal do vazamento perpétuo de recursos. Dificilmente se poderia qualificar de keynesiana uma política econômica como essa, que resultou de fato de perda de eficácia marginal de capital, e não em sua elevação. Daí compreender-se o desinteresse do setor produtivo de elevar de modo significativo os seus investimentos, seja por temor às flutuações, seja aos juros altos, ou ao movimento de perda patrimonial, associado ao capital estrangeiro.

Por outro lado, a crise internacional não consistiu "apenas" em sua fase norte-americana, de fracasso da "bolha" imobiliária. O lado europeu da crise compreendeu um agravamento do componente financeiro da mesma, no momento imediato (2010 – 2014). Todos os governos tiveram, portanto, desde 2010, que adaptarse à uma estagnação demorada da conjuntura internacional, que agravou os defeitos que já apresentava a engenhoca de base do modelo neoliberal. Na Europa, a dívida foi

empurrada para os governos locais, graças ao cenário de moeda única, e o mercado de trabalho tem tido que pagar sozinho o custo total da crise.

5. Bibliografia

ALVES, Fabio. "No Brasil, Keynes se sentiria em casa." *Estadão - Caderno de Economia*, Julho 2001.

ANDRIOLI, Antonio Inácio, e Stefan SCHMALZ. "O governo Lula: continuidade da política neoliberal no Brasil?" *Revista Espaço Acadêmico*, 01 de Julho de 2006, VI ed.

ARAÚJO, Assilio Luiz Zanella de. *Política Econômica do Governo Lula: uma crítica pós-keynesiana*. Florianópolis, SC: UFSC - Centro Sócio Econômico, 2010.

AZENHA, Luiz Carlos. *O Discurso de Lula e a identidade dos críticos do Bolsa-Família*. Prod. Viomundo. 31 de 10 de 2013.

BÜRGENMEIER, Beat. *Economia do Desenvolvimento Sustentável*. Tradução: Ana ANDRÉ. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *A Corrente Keynesiano-Estruturalista de História Econômica*. 1, História, Centro de Estudos de História (CAHIS) - Universidade de São Paulo, São Paulo: EDUSP, 2008, 45.

—. Balanço da Economia Brasileira 1940-1980. São Paulo, SP: LCTE, 2006.

—. "Wilson do Nascimento Barbosa." 2010.https://sites.google.com/site/dnbwilson/histriaeconmica (acesso em 14 de 08 de 2012).

BARROS, Luiz Carlos Mendonça de. "Lula e seu keynesianismo." *Folha de São Paulo*, Abril 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as Consequencias Humanas*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1999.

BEATTIE, Alan. Falsa Economia: uma Surpreendente História Econômica do Mundo. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2010.

CARNEIRO, Ricardo. "A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula." *Política Econômica em Foco*, 01 de Nov/Abr de 2006: 12.

CASTELLS, Manuel. *La Era de la Información - Economía Sociedad y Cultura*. Tradução: Carmen Martínez GIMENO. Vols. I - La Sociedad Red. Ciudad del Mexico, DF: Siglo Veintiuno Ed., 2001.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. Tradução: Silvana Finzi FOÁ. São Paulo, SP: Xamã, 1996.

—. *A Mundialização Financeira - Génese, Custo e Apostas.* Tradução: Marta ROLDÃO. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

COSTA FILHO, Samuel. *O resultado macroeconômico do primeiro Governo Lula*. Edição: Centro de Ciências Humanas e Letras e Cursos de Ciências Econômicas. Teresina, PI: Universidade Federal do Piauí, 2007.

DUPAS, Gilberto;. Espaços para o Crescimento Sustentado da Economia Brasileira. São Paulo, SP: UNESP, 2007.

FORSTATER, Mathew. *Pequeno Livro das Grandes Idéias: Economia*. Edição: Elwin Street Limited. Tradução: Silvio F. Antunha. São Paulo, SP: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda, 2009.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, SP: Cia. Editora Nacional, 1986.

GIAMBIAGI, Fabio, André VILLELA, Lavinia Barros de CASTRO, e Jennifer HERMANN. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011.

GIDDENS, Anthony. *As Consequencias da Modernidade*. São Paulo, SP: UNESP, 1991.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. Tradução: João Alexandre PESCHANSKI. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HOBSBAWM, Eric. *Como Mudar o Mundo - Marx e o Marxismo (1840-2011)*. Tradução: Donaldson M. GARSCHAGEN. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.

—. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro, RJ: Forense: Universitária, 1986.

HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. 12a. Tradução: José Ricardo Brandão AZEVEDO e Maria José Cyhlar MONTEIRO. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2005.

JAGUARIBE, Helio. *Brasil, Mundo e Homem na Atualidade*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Edição: Editora Atlas S.A. Tradução: Mário R. da CRUZ. São Paulo, SP, 1985.

LAVORATTI, Liliana. "Brasil fez somente a primeira parte da lição keynesiana." Diário do Comércio Indústria & Serviços (DCIS), 12 2012.

MÉSZÁROS, István. *A Crise Estrutural do Capital*. Tradução: Francisco Raul CORNEJO. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

—. O Capital - Crítica da Economia Política. Tradução: Reginaldo SANT'ANNA. Vol.
 I. VI vols. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008.

MELLO, João Manuel Cardoso de, e Fernando A. NOVAIS. *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*. São Paulo, SP: FACAMP, 2009.

MUNHOZ, Dércio Garcia. *Dúvida Externa: a Crise Rediscutida*. São Paulo, SP: Cone Editora, 1988.

NAPOLEONI, Claudio. *O Pensamento Econômico do Século XX*. Tradução: Aloísio TEIXEIRA. São Paulo, SP: Círculo do Livro, 1963.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, SP: Brasiliense, 1971.

ROSSI, Clóvis. "Sigamos a ordem do FMI." Folha de São Paulo, Setembro 2013.

ROUQUIÉ, Alain. *O Brasil do Século XXI - Nascimento de um Novo Grande*. Tradução: Jorge Telles de Menezes. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

RUGGLES, Richard, e Nancy RUGGLES. *Contabilidade Nacional e Análise Macroeconômica*. Lisboa: Livraria Sá Costa, 1962.

SAAD FILHO, Lécio Morais Alfredo. "Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o gonverno Lula." *Revista de Economia Política*, Out/Dez de 2011: 516.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de Transição para o Século XXI - Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Tradução: Magda LOPES. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1993.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda, et al. *Capitalismo em Crise: a Natureza e Dinâmica da Crise Econômica Mundial*. São Paulo, SP: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009.

SARQUIS, Sarquis José Buiainain. *Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SCHULTZE, Charles L. *Análise do Rendimento Nacional*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1974.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MARANHÃO, Ricardo;. *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, SP: EDUSP/ABPHE/Hucitec/Imprensa Oficial, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaios sobre Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: ZAHAR, 1983.

TERRA, Fabio Henrique Bittes, e Fernando FERRARI FILHO. "As Políticas Econômicas em Keynes, reflexões para a economia brasileira no período de 1995-2011." *Paper apresentado no 40o. Encontro Nacional de Economia da ANPEC*, 2012.